



Número: **0800390-65.2018.8.20.5112**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Apodi**

Última distribuição : **17/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 4.050,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO (AUTOR)		WANDER ALISON COSTA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28793 635	17/07/2018 17:08	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
28793 653	17/07/2018 17:08	<a href="#">Declaração de Hipossuficiência</a>	Documento de Comprovação
28793 665	17/07/2018 17:08	<a href="#">Dcos Pessoais</a>	Documento de Identificação
28793 675	17/07/2018 17:08	<a href="#">Comprovante de Residência</a>	Documento de Comprovação
28793 684	17/07/2018 17:08	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
28793 688	17/07/2018 17:08	<a href="#">Prontuários</a>	Documento de Comprovação
28793 699	17/07/2018 17:08	<a href="#">11005481</a>	Documento de Comprovação
28793 725	17/07/2018 17:08	<a href="#">12196180</a>	Documento de Comprovação
28802 590	18/07/2018 10:21	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
28808 876	24/07/2018 12:08	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29259 456	01/08/2018 14:30	<a href="#">Citação</a>	Citação
31779 907	10/09/2018 08:59	<a href="#">AR - JT572684467BR</a>	Aviso de recebimento
32102 690	14/09/2018 17:15	<a href="#">Habilitação em processo</a>	Petição
32102 702	14/09/2018 17:15	<a href="#">2516245 PETIÇÃO DE HABILITAÇÃO ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO.pdf</a>	Outros documentos
32102 708	14/09/2018 17:15	<a href="#">2516245 CONTESTAÇÃO ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO REGULAÇÃO 1</a>	Contestação
32102 716	14/09/2018 17:15	<a href="#">2516245 PAD</a>	Outros documentos
32102 720	14/09/2018 17:15	<a href="#">Rueda &amp; Rueda - PE - NOVO</a>	Substabelecimento
32102 730	14/09/2018 17:15	<a href="#">2 -Procuração Interna Seguradora Líder 2018 - novo</a>	Substabelecimento
32102 734	14/09/2018 17:15	<a href="#">PROCURAÇÃO - TODAS AS SEGURADORAS - NOVO</a>	Substabelecimento

32102 737	14/09/2018 17:15	<a href="#">SUBSTALECIMENTO LIDER - RUEDA - NOVO</a>	Substabelecimento
32102 741	14/09/2018 17:15	<a href="#">Substabelecimento Atualizado - Natal - 22 08 2014</a>	Substabelecimento
32102 746	14/09/2018 17:15	<a href="#">MARISTELLA-2</a>	Substabelecimento
33497 982	09/10/2018 14:17	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
33964 826	19/10/2018 21:55	<a href="#">Petição</a>	Petição
33964 828	19/10/2018 21:55	<a href="#">Impugnação a Contestação</a>	Outros documentos
39895 722	27/02/2019 11:11	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
39895 726	27/02/2019 11:11	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
40379 432	12/03/2019 11:15	<a href="#">AR - JT849792488BR</a>	Aviso de recebimento

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 2808714, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 700.013.764-97, nascido em 13 de janeiro de 1994, residente e domiciliado na Rua Abiu, nº 26, Apodi/RN, CEP: 59700-000.

**OUTORGADO: WANDER ALISON COSTA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, **Advogado**, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte sob o nº 15.032, com endereço na Rua Sete de setembro, nº 28 - Sala 01 - 1º Andar, BR 405, Apodi/RN.

**PODERES:** a quem concede os poderes da cláusula "ad judicia" e para o foro em geral, e especialmente para PROPOR AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ podendo requerer judicial e extrajudicialmente o que for necessário para a defesa dos outorgantes, acompanhar processos, sendo especialmente lhes outorgados poderes para acompanhar processo judicial, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, substabelecer o presente instrumento, com ou sem reserva de poderes e revogar o substabelecimento que fizer, sempre que necessário, dando tudo por bom, firme e valioso.

Apodi/RN, 9 de julho de 2018.



**Outorgante**

Rua Sete de setembro, 28 - Sala 01 - 1º Andar, BR 405 - Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wanderalison@hotmail.com

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 2808714, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob nº 700.013.764-97, nascido em 13 de janeiro de 1994, residente e domiciliado na Rua Abiu, nº 26, Apodi/RN, CEP: 59700-000, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e da minha família, necessitando, portanto, da Gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015. Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo. Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Apodi/RN, 9 de julho de 2018.

  
**ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
ANTONIO NOBRE DE ALSURQUERQUE BISNETO

DOC. IDENTIFICAD / ORG. EMISSOR UF  
2808714 SSP RN

CPF  
700.013.764-97 DATA NASCIMENTO  
13/01/1994

PLACAO  
LUCICLAUDIO SILVA  
NOBRE  
MARIA VERLANDIA  
BRILHANTE

PERMISSAO ACC CATEGIA  
AB

1ª REGISTRO 03860337803 VALIDADE 23/10/2017 1ª HABILITACAO 23/08/2013

OBSERVAÇÕES  
EXERCE ATIV REMUNERADA:

Antonio Nobre de A. Bisneto.

LOCAL APODI, RN DATA EMISSAO 25/08/2014

89842171286  
RN702029774

DETRAN - RUA CHICO GRANDE, 100 - NOROESTE

VÁLIDA EM TODAS  
O VIGENTES NACIONAL  
959454330

PROVIDA PLASTIFICAR  
959454330



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE  
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 59015-000  
CNPJ: 08.334.385/0001-35 / INSC. Estadual: 20055.428-3  
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4562

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO

PARA: LUCILAUDIO NOBRE  
RUA ABUI, N 26 - APODI APODI RN 59700-000  
08000-840195  
84-3333-2164

CONTA DE CONSUMO DE AGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

IMPRESSO EM 02/02/2017 ÀS 09:50:07

MATRÍCULA:

MÊS/ANO

DADOS DO CLIENTE

5797770

02/2017

LUCILAUDIO SILVA NOBRE

RUA ABUI, N 26 - APODI APODI RN 59700-000

INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ.ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS			
311.001.095.0067-000	2	6160	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PUBLICO

HIDRÔMETRO	SITUAÇÃO ÁGUA	SITUAÇÃO ESGOTO
A13N175607	LIGADO	POTENCIAL

CONSUMO ÁGUA (M3): 12 DATA LEITURA: 02/02/2017  
LEIT. ATUAL: 332  
LEIT. ANT.: 320  
DIAS CONSUMO: 28

HISTORICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
01/2017	23	11/2016	14	09/2016	17	16
12/2016	16	10/2016	15	08/2016	16	

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RES ENTRE 50 E 100M 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 35,01 POR UNIDADE	10 M3	35,01
11 M3 A 15 M3 - R\$ 3,90 POR M3	2 M3	7,80
MULTA P/IMPONTUALIDADE 12/2016		1,18
JUROS DE HORA 08/2016		2,83
ATUALIZACAO MONETARIA 08/2016		0,22

TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	42,81	1,65	0,71
COFINS	42,81	7,6	3,25

VENCIMENTO: 28/02/2017 TOTAL A PAGAR: 47,04

PARA EVITAR ACIDENTES, MULTIPLIQUE SUA ATENÇÃO, SUBTRAIA OS RISCOS, SOME COM O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E O RESULTADO SERÁ SEGURANÇA TOTAL

MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Parâmetros	Turbidez	PH	Colif. Totais	Cloro Residual Livre	Nitrato (como N)
VMP e Recomendações	≤ 5,0 uT	6,0 a 9,5	% de Ausência	0,2 a 2,0 mg/L	≤ 10,0 mg/L
Valores Obtidos	0,35	7,19	100,0%	0,92	-





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**POLÍCIA CIVIL**  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE APODI  
Telefone: (84) 3333-2737

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
- Secretaria de Defesa Social -  
POLÍCIA CIVIL  
Delegacia Municipal de Apodi

**BOLETIM DE Ocorrência Nº. 097/2016**

Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR  
Tipo do Acidente: COLISÃO MOTO X MOTO  
Data e Hora do Acidente: 23 de Janeiro de 2016 16:40 h  
Local da Ocorrência: Em frente ao Parque de Vaquejada Francisco Joaquim de Sales – Apodi/RN

**Identificação do Comunicante:**

Nome: **LISMAR DARIO VIANA FERREIRA**  
CPF / Identidade RG.: 003.133.426 SSP/RN CPF: 068.756.644-45  
Naturalidade: Apodi/RN Data Nascimento: 12/11/1986  
Pai: Luiz Ferreira Neto  
Mãe: Maria Divanir Viana Ferreira  
Endereço: Rua Antonio Marcos Teixeira Diniz, 351, Bacurau I – Apodi/RN

**Identificação da Vítima:**

Nome: **ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO**  
CPF / Identidade RG.: 2808714 SSP/RN CPF: 700.013.764-97  
Naturalidade: Apodi/RN Data Nascimento: 13/01/1994  
Pai: Luciclaudio Silva Nobre  
Mãe: Maria Verlandia Brilhante  
Endereço: Rua Abiu, 26, COHAB – Apodi/RN  
Condutor ou Passageiro? Condutor – CNH 05860337803

**Identificação do Veículo:**

Tipo: MOTICLETA Marca/Modelo: HONDA / 125 FAN  
Placa: **NNJ-0915/RN** Cor: PRETA  
Proprietário: LISMAR DARIO VIANA FERREIRA - Comunicante

**HISTÓRICO:**

O comunicante comparece a esta delegacia de polícia civil para registrar a ocorrência de **Acidente de Veículo Automotor / Colisão**; Que informa que a vítima acima identificada vinha conduzindo a sua motocicleta nas proximidades do Parque de Vaquejada nesta cidade quando em determinado momento em decorrência da chuva que estava caindo perdeu o controle e colidiu com uma moto que se encontrava parada / Estacionada; Que informa o comunicante que vinha em outra motocicleta atrás e que fez a ligação para o SAMU local, que prestou os primeiros socorros e conduziram a vítima até o Hospital Tarcisio Maia na cidade de Mossoró/RN; Que informa que a vítima ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO teve fratura exposta na perna esquerda e foi submetido a cirurgia naquele Hospital. E nada mais disse.

**OBS.:** É de inteira responsabilidade do/a comunicante, a informação prestada neste BO. Se comprovadamente falsa a comunicação, sujeitar-se-á o responsável as sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável – Artigo 340 do Código Penal.

Local e data deste Registro: Apodi, 25 de janeiro de 2016.

Comunicante / Vítima

Responsável Pelo Registro



Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VÍNGT-ROSA DO NETO

REGISTRO N°

2547.286

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Antonio Manoel de Menezes D. N. 12/01/1960 Idade: 32  
Profissão: Alfaiate Cartão SUS: 3026  
Endereço: Rua: Aracê Bairro: Aracê  
Cidade: Aracê U.F.: PE Fone:   
Filiação: Mãe:  Pai:

Data: 20/06/16

Hora: 19:00

A.C.C.R.: AMARELO

1 - QUA EIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Supra membro de dor de mto,  
com trauma em parte esquerda por, com-  
tração mecânica e trauma

2 - EXAME FÍSICO

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTA CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ  
SAME ARACÊ

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Fratura exposta de parte esquerda



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o usuário dos Serviços de saúde:  
Antonio Roberto de Jesus 22 anos, foi  
atendido pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU-  
192/RN da cidade de Apodi - RN no dia 25/01/2016 às 17:16 horas no  
endereço rua Antonio Torres de Moraes  
paciente vítima de queda de moto

A presente declaração expressa a Verdade

Apodi-RN, 25 de jan de 2016

José Duégiton  
Enfermeiro  
COREN/RN 245420

**SAMU**  
José Duégiton Torres de Moraes  
JOSÉ DUÉGITON TORRES DE MORAIS  
COORDENADOR DO SAMU APODI  
COREN/RN 245420

**192**

Estado do Rio Grande do Norte  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Av. Mal. Floriano Peixoto, 117 - Centro - CEP 59700-000 Apodi - RN  
Telefone: (0xx84) 3333-2036  
E-MAIL: [smsapodi@rn.gov.br](mailto:smsapodi@rn.gov.br)

**ENCAMINHAMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - AIH**

Encaminhamos o (a) paciente **Antonio Nobre de A. Bisneto**, residente na rua Abiu, 26, COHAB - Apodi/RN. Registrado (a) no **CNS.:700609921326170**, para realizar os procedimentos de: **Procedimento múltiplo de fratura**, haja vista que o município não dispõe do (s) referido (s) procedimento(s).

Apodi/RN, 04 de julho de 2017.

Luis Sabino da Costa Neto  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria n. 0018/2017

---

**Responsável pela Autorização de Internação Hospitalar - AIH**

Luis Sabino da Costa Neto  
Secretário Municipal de Saúde  
Port. 0018/2017

Rio de Janeiro, 19 de Maio de 2017

Carta nº: 11005481

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Sinistro: 3170169848 ASL-0116700/17  
Vítima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data Acidente: 23/01/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 001

Agência: 000000892-3

Conta: 000010024594-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 =	R\$	4.725,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2018

Carta nº: 12196180

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Nº Sinistro: 3170169848  
Vitima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data do Acidente: 23/01/2016  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 001

Agência: 000000892-3

Conta: 000010024594-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 =	R\$	4.725,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Apodi  
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

---

Processo nº: 0800390-65.2018.8.20.5112

### **CHECK-LIST INICIAL DE PROCESSO**

**Em análise inicial do presente feito foram constatados pela Secretaria Judiciária os requisitos necessários abaixo descritos, sendo assinalado(s) com 'X' a(s) irregularidade(s) encontrada(s), se existente(s):**

[OK] Pagamento de custas processuais (FDJ e/ou FRMP) ou Pedido de Gratuidade Judiciária, acompanhado de declaração de hipossuficiência ou outro documento hábil;

[OK] Endereço completo da parte requerida;

[OK] Documentos pessoais da parte autora/exequente;

[OK] Instrumento procuratório em favor do(a) subscritor(a) da inicial;

[OK] Assinatura do autor no instrumento procuratório;

[OK] Valor da causa;

[OK] Valor da causa considerando o proveito econômico;

[OK] Comprovante de residência;

[OK] Em caso de Seguro DPVAT, Comprovante da negativa no acionamento prévio da seara administrativa, considerando os precedentes recentes do Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (RE 839314, RE 938348, RE 938340 e RE 826890).

Em caso de ALVARÁ JUDICIAL:

[NA] declaração de inexistência de bens a inventariar, nos moldes definidos no Decreto nº. 85.845, de 26 de março de 1981;

[NA] Certidão de inexistência de dependentes habilitados perante a previdência social;

[NA] Declaração na inicial/autos de que inexistem outros herdeiros necessários

Nas EXECUÇÕES FISCAIS:

[NA] Certidão de dívida ativa de todos os débitos cobrados

Apodi/RN, 18 de julho de 2018

**MADSON VINICIUS FIGUEIREDO LOPES**

Servidor(a)

\*NA: Não se Aplica



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Apodi  
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº 0800390-65.2018.8.20.5112

AUTOR: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## DESPACHO

Vistos em correição.

Defiro a gratuidade judiciária em favor da parte autora.

Da análise da inicial, verifica-se de logo a necessidade de prova pericial, motivo pelo qual, diante da regularidade anual da realização do Mutirão DPVAT, a perícia deverá ser realizada no referido mutirão, ficando autorizada a inclusão deste processo na lista, tão logo seja feita a citação.

Nesse ínterim, inicialmente deixo de marcar audiência prévia de conciliação, prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista a sua realização por ocasião do Mutirão DPVAT, que tem obtido bastante sucesso na resolução amigável dos processos.



Dito isto, proceda-se da seguinte forma:

Cite-se a parte requerida para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Havendo questões preliminares, reconvenção e/ou alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito autoral, ouça-se a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias.

Em seguida, inclua-se o feito para conciliação no Mutirão DPVAT, ocasião em que também será realizada a perícia.

Após, retornem os autos conclusos, nos termos do art. 352 e 353 do CPC.

Providências necessária a carga da Secretaria Judiciária.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 24 de julho de 2018.

TATHIANA FREITAS DE PAIVA MACEDO

Juíza de Direito Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Apodi  
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

CARTA DE CITAÇÃO

Ao(À)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). TATHIANA FREITAS DE PAIVA MACEDO, MM Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Apodi, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR essa seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjm.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código xxxxxxxxxx, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0800390-65.2018.8.20.5112

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO/DECISÃO: "[EM ANEXO]."

APODI/RN, 1 de agosto de 2018.

LACY LUCENA BARRA

Auxiliar Técnico

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>2ª Vara da Comarca de Apodi BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000</p> <p>Processo: 0800390-65.2018.8.20.5112</p>	<p>2ª Vara da Comarca c BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APC</p> <p>Processo: 0800390-65.201</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS I Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO I 20031-205</p>





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JT 57268446 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

PAÇO DA COMARCA DE APODI

Fórum Municipal Des. Marquão Píelo

Rodovia BR 406, Km 70, Favela Chapada, Apodi/RN

CIDADE / LOCALITÉ

CEP: 59.750-530 Fone: (84) 3133-2013

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
<b>2ª Vara da Comarca de Apodi</b> <b>BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000</b> <b>Processo: 0800390-65.2018.8.20.5112</b>	
Destinatário: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, 74, 5 Andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205	
DU DESTINATAIRE	
UF PAÍS / PAYS	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / ALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR EDIFÍCIO SEGURADORAS-MSGAGEIRA 24 AGO 2018 Renato Lima de Oliveira	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON 24 AGO 2018 R. Júnior 8.956.534-7
CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION 24 AGO 2018 RIO DE JANEIRO - RJ	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / N° DOCUMENT D'IDENTIFICATION DU RÉCEPTEUR RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO	

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

CONTESTAÇÃO.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE APODI/RN.**

**Processo nº 0800390-65.2018.8.20.5112 (Processo Eletrônico)**

**PARTE AUTORA: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO**

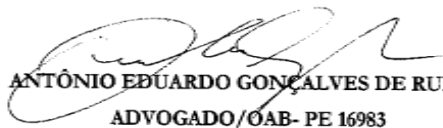
**PARTE RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

**ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na **OAB/RN nº 1066-A**, vem, perante Vossa Excelência requerer a competente **HABILITAÇÃO** nos autos da ação em epígrafe, mediante juntada dos documentos em anexo.

**Na oportunidade, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/RN nº 1066-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade das mesmas.**

Pede Deferimento.

De Recife/PE para Apodi/RN, 13 de setembro de 2018.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
**ADVOGADO/OAB- PE 16983**

**OAB/RN nº 1066-A**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE APODI/RN.**

**Processo nº 0800390-65.2018.8.20.5112 (Processo Eletrônico)**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas n.º 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.248.608/0001-04, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe promove **ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO**, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, com arrimo no art. 335 e seguintes do NCPC, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, esclarecendo, nos termos e para os fins do art. 334 do novo Código que, **antes da conclusão da prova pericial, não tem interesse na composição consensual da lide.**

**Preliminarmente, requer a V. Exa. que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/RN nº 1066-A**, com escritório no endereço expresso no timbre desta, **sob pena de nulidade das mesmas.**

#### **I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS**

---

Alega a parte autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em **23/01/2016**, alegando em síntese que do sinistro ocorrido restou inválido permanente em virtude de lesão em membro.

Aduz ainda que, de posse de toda documentação necessária, realizou pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, e após a devida análise da documentação apresentada a

**1|**

seguradora ré efetuou o pagamento da verba indenizatória no importe total de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)** valor este correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL e permanente da Parte Autora.

Irresignada, ingressou na via judicial, pleiteando a complementação da indenização por entender ser devida.

Ora, Excelência, não há que ser acolhido o valor alegado pela parte autora, ditos como corretos, para apreciação do teto indenizável, já que fora pago quantia referente à porcentagem lesionada apurada no caso apresentado. Conforme será demonstrado em tópico oportuno.

Destarte, sendo a invalidez graduada, de acordo com a Lei 6.194/74, o cálculo da reparação deve ser proporcional ao grau de invalidez, bem como a sua repercussão. Cuida-se de uma exigência do PRINCÍPIO DA IGUALDADE, que não admite sejam tratadas igualmente situações desiguais.

Por fim, ressalta esta seguradora, ora Ré, que se deve atentar para o fato de que a parte autora deve demonstrar provas do alegado na exordial, para não alegar fatos sem fazer a devida comprovação, como DETERMINADO POR LEI, induzindo assim este Juízo em erro.

## II| DA REALIDADE DOS FATOS

---

Ocorre que, conforme antecipado pela própria Parte Autora, após o aviso do sinistro e a sua devida regulação, fora realizado pagamento da indenização devida, em esfera administrativa, com base na lesão apurada a partir da documentação apresentada pela Parte demandante.

Após parecer técnico administrativo, apurou-se que a invalidez da Parte Autora, em que pese ser permanente, é apenas parcial. Desta feita, houve pagamento administrativo de acordo com o grau da lesão sofrida pela parte demandada.

2|



No Laudo Administrativo foi **verificado** que a lesão suportada pela parte autora, corresponde a lesão em **MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, grau de **50%** (cinquenta por cento), o que equivale a quantia de **R\$ 4.725,00** (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), valor este pago, conforme restará comprovado.

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

**MEMBRO INFERIOR ESQUERDA**

☐ 10% ☐ 25% ☒ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

**NOTA DO REVISOR - MANTIDO ENQUADRAMENTO EM MEMBRO DEVIDO A REPERCUSSÃO NO MESMO -**

Local e data de realização do exame médico legal:

**RN - PAU DOS FERROS, 21/12/2017**

Médico Perito: **GUIDO FERREIRA NUNES JUNIOR CRM: 7288/RN**

  
Dr. Guido F. Nunes Jr.  
Médico  
CRM/RN 7288

Assinatura do perito Examinador - CRM

**Vê-se que o VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL para Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores é no importe de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).**

DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00

Uma vez diagnosticada que a lesão sofrida pela parte autora correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento), o que equivale a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), valor este pago, conforme restará comprovado.

DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTU AL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDU AL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00

Neste sentido, a Seguradora Ré efetuou devidamente o pagamento administrativo no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), em conformidade ao percentual diagnosticado da invalidez acometida pela parte autora. Vejamos:

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

28/12/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

4.725,00



\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00892-3

CONTA: 000010024594-3

Nr. da Autenticação 1B000550E287C25E

**É importante ressaltar que esta Seguradora Ré procedeu ao pagamento administrativo de valor correspondente à lesão suportada pelo demandante, de acordo com a legislação especial que trata do seguro obrigatório, tendo procedido ao pagamento correspondente ao grau da lesão constante da tabela contida na Lei 11.945/09, não havendo razão ou fundamento jurídico que permita que a demandante receba uma indenização no valor máximo, razão pela qual a presente demanda deverá ser julgada improcedente.**

III| DAS PRELIMINARES

### III.1| DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML

---

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora alega ter sofrido acidente automobilístico, o qual restou inválido permanentemente, pretendendo assim o recebimento da indenização do seguro DPVAT.

Pois bem. Conforme o disposto no art. 5º, § 5º da lei nº 6.194/74, com a alteração imposta pela medida Provisória nº 451/08, cabe à parte autora instruir a inicial com o documento médico quantificando as lesões, apontando o percentual a ser aplicado ao valor da cobertura. Senão vejamos:

***§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.”***

Nesse sentido é o entendimento dos nossos Tribunais:

***A Lei nº 11.945/2009, que alterou o art. 3º da Lei nº 6.194/74, exige a instrução da inicial de cobrança do seguro obrigatório com laudo do IML, para comprovar o grau de incapacidade da vítima (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível nº 1.0433.11.024892-2/001. Relatora. Evangelina Castilho Duarte).***

***PROCESSO CIVIL.DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DE DECIDIR A DEMANDA SEM O GRAU DE INVALIDEZ. LAUDO MEDICO PARTICULAR. PROVA UNILATERAL INVALIDA. NECESSIDADE***

**DE LAUDO DO IML. APELAÇÃO IMPROVIDA.** 1. Impossibilidade de decidir a causa sem a quantificação das lesões com o laudo do IML, no presente caso, o apelante não fez requisição para perícia médica. 2. Laudo médico particular que não constituiu o grau de lesões sofridas pelo autor, além disso, trata-se de prova unilateral, elaborada sem o crivo do contraditório, não podendo ser considerada. Precedentes STJ. 3. Aplicação da súmula 474 do STJ, necessidade de quantificação do grau da lesão. 4. Apelação improvida. 5. Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 496813920108170001 PE 0049681-39.2010.8.17.0001, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 12/12/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 233)

É sabido que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau da invalidez permanente, inclusive fixado por Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, com fundamento no caput do artigo 12 da Lei nº 6.194/74 que normatiza, razão pela qual torna-se imprescindível a comprovação da quantificação da lesão sofrida no acidente automobilístico para fins de gradação ao valor indenizatório.

Desta feita, analisando atentamente os presentes autos, constata-se que **não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Assim, tendo em vista que a parte autora declina a apresentar documento imprescindível para a propositura da demanda, comprovando devidamente a alegada invalidez, bem como o grau da lesão para fins de apuração do quantum devido, roga a esse MM Juízo pela extinção do feito, inclusive em conformidade ainda ao **artigo**

71

**319, inciso VI e 320, do Novo Código de Processo Civil** em que determina que compete à parte autora instruir a petição inicial, com provas indispensáveis para comprovar suas alegações.

Caso não haja cumprimento pela parte autora, de rigor a aplicação do parágrafo único do **art. 321** e, por conseguinte, a rejeição da pretensão inicial, julgando extinta a ação na forma do **art. 485, inciso I e IV**, todos da Lei Adjetiva Civil.

### **III.2| FALTA DE INTERESSE DE AGIR ANTE A EXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO EM SEDE DE REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA**

---

Mesmo que ultrapassada a argumentação já trazida à baila, há também de se trazer a colação, nem que seja apenas por amor ao debate, os motivos pelos quais deve a presente demanda ser extinta sem resolução de mérito por falta de interesse de agir do autor, ante a plena e total quitação dada em sede de regulação administrativa.

Como bem restou comprovado nos autos, o demandante já recebera o que lhe era devido, tendo em vista que após rigoroso tramite de regulação administrativa, lhe fora realizado pagamento referente a indenização securitária do Seguro Obrigatório, em total consonância com o que determina a Legislação vigente.

Ainda, há de se ressaltar que o demandante, quando do pagamento supra mencionado, deu plena, geral e irrestrita quitação dos valores a que tinha direito, sem qualquer ressalva, dando vazão a caracterização do ato jurídico perfeito e acabado, não restando nada mais a receber da demandada.

É a interpretação que se abstrai da leitura dos Arts. 319 e 320 do Código Civil. Veja-se:

***“Art. 319. O devedor que paga tem direito a quitação regular, e pode reter o pagamento, enquanto não lhe seja dada.”***

*“Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.*

***Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”***  
(Grifos nosso)

Quanto a matéria ora tratada, leciona a ilustre Maria Helena Diniz<sup>1</sup> que “(...) a prova do pagamento é a quitação, que consiste num documento em que o credor ou seu representante, reconhecendo ter recebido o pagamento de seu crédito, exonera o devedor da obrigação”, e que “tal quitação engloba a quitação dada por meios eletrônicos ou por quaisquer formas de comunicação a distancia, assim entendida aquela que permite ajustar negócios jurídicos e praticar atos jurídicos sem a presença corpórea simultânea das partes ou de seus representantes”. Indo mais além, afirma que mesmo que a quitação não contenha os requisitos exigidos no *caput* do art. 320, terá validade se de seus termos ou das circunstâncias se puder inferir que o débito foi pago e o devedor exonerado. Em caso de dúvida, o julgador poderá admitir o pagamento de dívida, mediante depósito bancário feito pelo devedor em conta-corrente do credor, no qual, em regra, não há menção de débito pago”.

Indo mais além, ressalta Silvio de Salvo Venosa<sup>2</sup>, que se ressalva alguma for feita no instrumento de quitação, entende-se que esta engloba todo o débito.

No caso telado, confessa a parte autora já ter recebido os valores devidos a título de indenização, restando por esse motivo inviabilizada a pretensão de recebimento de indenização complementar. É exatamente este o entendimento externado pelo STJ:

<sup>1</sup> Diniz, Maria Helena. Código Civil anotado/Maria Helena Diniz – 15. ed. rev. e atual. – São Paulo, 2010. Pags. 304 e 305.

<sup>2</sup> Venosa, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos/ Silvio de Salvo Venosa. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010. – (Coleção direito Civil; v. 2). Pag. 198.



*“Processo civil. defensoria pública. assistência judiciária. resolução da procuradoria-geral do estado de são paulo. diferença entre os honorários arbitrados judicialmente e o constante da resolução pge-sp. cobrança. impossibilidade. precedente. **O advogado que aderiu aos critérios estabelecidos na citada Resolução da Procuradoria-Geral, recebendo os honorários respectivos sem ressalvas e dando plena, geral e irretratável quitação, não pode pleitear qualquer diferença do Estado.** Inocorrência de violação do art. 22 da Lei 8906/94. Recurso especial improvido.” (STJ RESP 280169 / SP; RECURSO ESPECIAL 2000/0099240-2, DJ DATA:05/08/2002 PG:00233 RSTJ VOL.:00160 PG:00203, Min. FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, 23/04/2002, T2 - SEGUNDA TURMA).*

Isto posto, resta evidente a falta de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demandada.

#### IV| DO MÉRITO

---

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:

#### IV. 1| DA APLICABILIDADE DAS SÚMULAS 474 E 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL – NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO DA LESÃO

---

A presente demanda tem por objeto a cobrança de indenização securitária decorrente de acidente de trânsito coberto pelo Seguro Obrigatório DPVAT, sob a alegação de suposta invalidez permanente.

10|

É certo que nos casos de invalidez permanente há que se apurar o grau da lesão suportada pela vítima, mediante laudo médico pericial exarado pelo IML, podendo ser total ou parcial e, se parcial, completa ou incompleta.

Mesmo antes da edição da Lei 11.945/09, que instituiu a tabela de graduação da invalidez, a Lei 6.194/74 já havia previsto o critério da proporcionalidade em seu art. 3º, “b”, e art. 5º, §5º, para quantificar as lesões.

Ademais, a tese da proporcionalidade teve como *leading case* no STJ o Resp. 1119614/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, lecionando o seguinte:

***“(...) I – Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade (...)”.***

Corroborando com a decisão supra, o STJ pacificou o entendimento de que as indenizações securitárias pagas a título de seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente parcial, devem ser verificadas de acordo com a proporcionalidade do grau de invalidez, de acordo com a **Súmula 474**:

***“A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”***

Para se apurar o grau de invalidez e adequar a lesão ao pagamento da indenização devida, criou-se a tabela de quantificação do dano que passou a vigorar por meio da edição da Lei 11.945/09.

Para embasar seu pedido a parte autora sustenta que sua pretensão encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74, a qual prevê a indenização no valor de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de invalidez permanente,

**11|**

devendo-se observar que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa (100%) e incompleta (10, 25, 50 e 75%).

É o que se ver:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

**12|**

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)*

**Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com a lesão suportada pelo autor, bem como o grau de invalidez apurado em laudo pericial.**

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de **invalidez parcial**, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Inconteste a relevância da supracitada tabela para a realização do cálculo das indenizações do seguro obrigatório DPVAT, conforme corroborado com a recente **Súmula 544** publicada pelo **STJ** em 31/08/2015, que ressalta a validade da aplicação da tabela do CNSP inclusive na hipótese de sinistros anteriores a publicação da MP 451/2008, senão vejamos:

**“Súmula 544 - É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese**

**13|**

**de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.”**

Certo de que o autor não juntou à exordial documento hábil a comprovar a extensão do dano sofrido, tem-se pela total improcedência do pleito autoral, visto que o pagamento da indenização securitária em sua integralidade é devido apenas nos casos em que constatada a invalidez permanente total.

Dessa forma, dever-se-ia a parte autora comprovar a proporcionalidade do grau de invalidez suportado, o que não restou evidenciado nos autos, fulminando, assim, com toda e qualquer pretensão a uma indenização integral.

Posto isto, requer-se, acaso verificada a existência de invalidez, seja observado o disposto na Súmula acima citada, devendo-se levar em consideração a graduação da lesão da parte demandante para fins de liquidação da indenização securitária.

#### **IV.2| EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO TOTAL EM VIA ADMINISTRATIVA**

---

É incontroverso na presente demanda que a parte autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em questão.

**Excelência, a parte Autora vem requerer perante este Juízo reajuste no valor da indenização securitária, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), conforme se pode inferir em peça exordial apresentada pela parte autora.**

No caso, tem-se uma situação clara de pura e irrestrita a liquidação do seguro DPVAT, com a consequente extinção da obrigação indenizatória, uma vez que o

**14|**

pagamento fora devidamente realizado conforme documentação em anexo e confissão da própria Parte Autora.

Pois, ocorre que com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro, ou seja, a ora ré.

Sucedendo que, em posse da documentação indicada, a parte Autora já socorreu a esta Seguradora, afim de pugnar pelo recebimento da indenização, o que fora devidamente realizado.

Desta feita, faz-se necessário observar o total descabimento da demanda pleiteada, que vem apenas utilizar-se do Judiciário com o intuito de ludibria-lo, acionando a máquina jurisdicional afim de gastar apenas tempo e dinheiro que poderiam estar sendo investidos em casos que merecerem, de fato, amparo legal e atenção desde Magistrado.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito da parte autora, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos Arts. 17º e 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil de 2015.

#### **IV.3| DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA:**

---

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

**Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame.**

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.

#### **IV.4| DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA**

---

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Conforme o disposto no artigo 240 da Nova Lei Processual Civil vigente de 2015, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

***“Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.”***

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

***“Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”***



Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Súmula 580 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso, senão vejamos:

***“Súmula 580 - A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/1974, redação dada pela Lei 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.”***

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o que verdadeiramente não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do evento danoso, tendo em vista o esposado na Súmula 580 do STJ, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

#### **IV.5 | DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

---

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Assim, diante do disposto no art. 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil de 2015, observa-se que o percentual máximo permitido, nos casos previstos nos incisos do parágrafo 2, tendo em vista os parâmetros objetivos ligados a complexidade da causa, é de 20% (vinte por cento):

**Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.**

[...]

**§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:**

**17|**

**I - o grau de zelo do profissional;**

**II - o lugar de prestação do serviço;**

**III - a natureza e a importância da causa;**

**IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.**

Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada o teor do artigo 86, caput do NCPC/2015, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuídos entre autor e réu, senão vejamos:

**“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídos entre eles as despesas”.**

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja proporcionalmente distribuído, conforme supracitado.

## **V| REQUERIMENTOS FINAIS**

---

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa, preliminarmente:

- a) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, diante da ausência de interesse de agir, uma vez que a indenização securitária foi totalmente adimplida em sede de regulação administrativa, não restando ao autor nenhum direito creditório em face da demanda;
- b) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável a propositura da ação – Laudo IML, com base no art. 320, art. 321 c/c Art. 485, inc I do NCPC/2015;

Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:

- a) Acolher a incidência da Lei 6.194/74, com todas as suas alterações, considerando que a PARTE AUTORA não comprovou a sua situação de invalidez permanente, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização fora o que já foi realizado de forma administrativa – **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais);**
- b) Caso assim não entenda este MM. Juízo, pela improcedência de plano do pleito autoral, requer seja determinada a produção de prova pericial, nos termos da legislação aplicável, a fim de comprovar a proporcionalidade da invalidez alegada pela Parte Autora, uma vez que a Seguradora Ré já cumpriu integralmente sua obrigação quando do pagamento administrativo;
- c) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por

Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;

- d) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da data de citação, e a correção monetária a partir do evento danoso, em conformidade com a súmula 580 do STJ;
- e) **Determinar o depoimento pessoal da Parte Autora**, com a intenção de esclarecer sobre a verdade dos fatos alegados à exordial;
- f) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, que seja considerado o teor do Art. 86, caput do CPC, devendo os honorários serem proporcionalmente distribuídos;

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 425, inciso VI do Novo Código de Processo Civil de 2015.

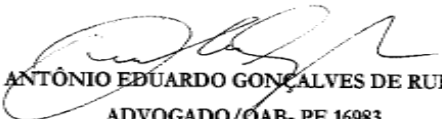
Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 85, § 2º c/c art. 86 do NCPC/2015.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Apodi/RN, 13 de setembro de 2018.

**201**

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983

**OAB/RN nº 1066-A**

**ROL DE QUESITOS (ANEXO I)**

1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.
5. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
6. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
7. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
8. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?

**ANEXO II**

*(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).*

**22|**

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTU AL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDU AL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						

23|



<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES</b>	<b>PERCENTU AL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDU AL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
<b>DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS</b>	<b>PERCENTU AL DA PERDA (%)</b>	<b>TOTAL (100%)</b>	<b>INTENSA (75%)</b>	<b>MÉDIA (50%)</b>	<b>LEVE (25%)</b>	<b>RESIDU AL (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						

Rio de Janeiro, 19 de Maio de 2017

Carta nº: 11005481

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Sinistro: 3170169848 ASL-0116700/17  
Vítima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data Acidente: 23/01/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 001

Agência: 000000892-3

Conta: 000010024594-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 =	R\$	4.725,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2017

Carta nº: 11690489

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Sinistro: 3170169848 ASL-0116700/17  
Vítima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data Acidente: 23/01/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**



Rio de Janeiro, 10 de Novembro de 2017

Carta nº: 11941989

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170169848 ASL-0116700/17  
Vítima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data Acidente: 23/01/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 17/10/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 23/01/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Comprovante de residência não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01171/01172 - carta\_03



Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 2018

Carta nº: 12196180

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Nº Sinistro: 3170169848  
Vitima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data do Acidente: 23/01/2016  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 001

Agência: 000000892-3

Conta: 000010024594-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 =	R\$	4.725,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

# Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

## Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 3170169848 - 3  
Nome do(a) Examinado(a): ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Endereço do(a) Examinado(a): RUA ABIU nº 26 - COHAB - APODI/RN  
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 2808714 - SSP  
Data local do exame: 21/12/2017 PAU DOS FERROS/RN

### Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

#### Fratura exposta em perna esquerda.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM ☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM ☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

**Fratura consolidada com tratamento cirúrgico utilizando fixador externo e após cerca de 1 ano nova cirurgia para implante de placa fixadora. Alta definitiva desde outubro de 2017. evoluiu com disfunção motora durante a marcha e limitação moderada da flexo extensão do tornozelo esquerdo e joelho esquerdo**

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatómicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

#### deficit funcional moderado do membro inferior esquerdo

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Vitima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

#### MEMBRO INFERIOR ESQUERDA

☐ 10% ☐ 25% ☒ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(\*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

**NOTA DO REVISOR - MANTIDO ENQUADRAMENTO EM MEMBRO DEVIDO A REPERCUSSÃO NO MESMO -**

Local e data de realização do exame médico legal:

**RN - PAU DOS FERROS, 21/12/2017**

**Médico Perito: GUIDO FERREIRA NUNES JUNIOR CRM:7288/RN**



Dr. Guido F. Nunes Jr.  
Médico  
CRM/RN 7288

Assinatura do perito Examinador - CRM



## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma, sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU Antonio Nogueira de Albuquerque Bisneto  
PORTADOR(A) DO RG Nº 2.808.719 EXPEDIDO POR SSP EM 05/04/2016  
CPF 70001376997 / CNPJ \_\_\_\_\_ PROFISSÃO Estudante  
RENDA MENSAL DE R\$ Ricardo NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Antonio Nogueira de A. Bisneto. AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações sobre a profissão e de faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou FAP ou Funcional;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL, operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUANÇA operação 013 da CEF aberto em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento reage-se a aceitação de proposta de abertura de conta com o documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SIEDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, ou fotos tiradas por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informações de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS):

Nº do BANCO \_\_\_\_\_ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ N° da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

PARA CRÉDITO EM CONTA POUANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL):

Nº do BANCO 001 N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0892-3 N° da CONTA (com dígito, se existir) 29.594-1

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU/OMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Apodi/RN/09 de maio de 17 Antonio Nogueira de Albuquerque Bisneto  
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

### ATENÇÃO

O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao(s) legítimo(s) beneficiário(s), obedecendo a legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com o tabelão de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.

Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguradoronline.com.br](http://www.dpvatseguradoronline.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

03/05/2017  
089270391

- BANCO DO BRASIL -

17.49.13  
0199

OUVIDORIA BB 0800 729 5678  
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA  
POUPANCA PARA POUPANCA

CLIENTE: ~~XXXXXXXXXXXX~~

AGENCIA: ~~XXXX~~ CONTA: ~~XXXX~~ VAR:51

INFORMACOES DO DEBITO:

TOTAL DEBITADO NA VARIACAO: 51

VALOR TOTAL

\*\*\*\*\* TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO NOBRE A BISNETO

AGENCIA: 0892-3

CONTA:

24.594-1

VARIACAO DA POUPANCA

51

NR. DOCUMENTO

220.892.510.024.594

NR. AUTENTICACAO


A.73B.D59.EDF.1D7.41E

Creditos a partir de 04/05/2012 estao  
disciplinados pela MP. 567/2012.

Leia no verso como conservar este documento,  
entre outras informações.





 **Seguradora Líder • DPVAT**

**AUTORIZAÇÃO DE PA** DOCUMENTO 1 \*T1%\* **TRANSITO DO SEGURO DPVAT**

Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_ CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

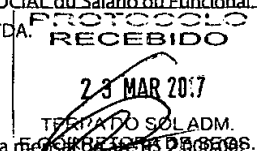
Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Antônio Nélson de Albuquerque Biniotto,  
PORTADOR(A) DO RG Nº 2808754 EXPEDIDO POR SSP/RN EM 05/04/2006  
CPF 7000013364-97 / CNPJ \_\_\_\_\_, PROFISSÃO motorista  
E RENDA MENSAL DE R\$ 880,00 (\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Antônio Nélson de A. Biniotto, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de R\$ 200,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta no site RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.



**IMPORTANTE:** Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 001 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0892-3 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 24594-1

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

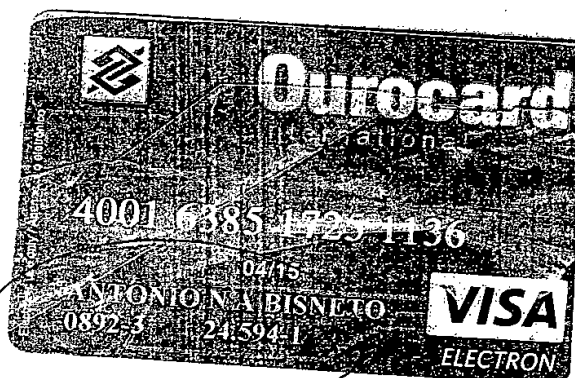
Nº do BANCO \_\_\_\_\_ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ Nº da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

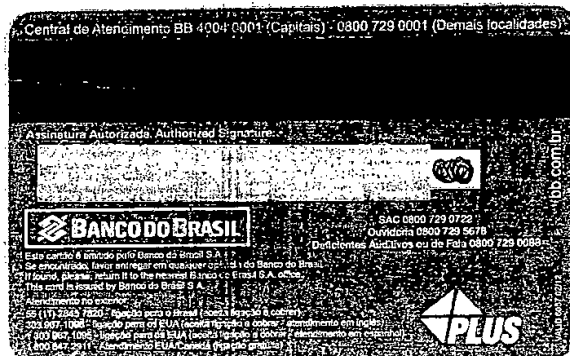
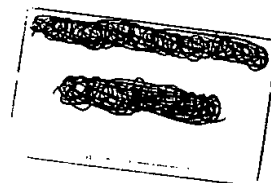
Apodi 25 de fevereiro de 2016 Antônio Nélson de Albuquerque Biniotto  
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

**ATENÇÃO**

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



PROTOCOLO  
RECEBIDO  
23 MAR 2017  
TERÇA DO SOLADM.  
E CORRETORA DE SEGS.

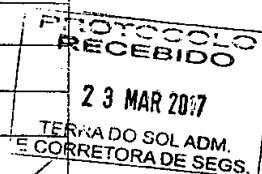


# DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Antonio Nóbrega de Albuquerque Bisneto  
 RG nº 2.808.714, data de expedição 25/08/2016 Órgão SSP/RN

CPF nº 300.013.764-97, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua - Alvin</u>
Número	<u>26</u>
Apto / Complemento	<u>lata</u>
Bairro	<u>COMAR</u>
Cidade	<u>Apodi</u>
Estado	<u>Rio Grande do Norte</u>
CEP	<u>59400-000</u>
Telefone de Contato	<u>84.9.91233471/84.9.96636227/9.91233471</u>
E-mail	<u>deborah-405@hotmail.com</u>



Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Apodi/RN 25/01/16

Assinatura do Declarante: Antonio Nóbrega de Albuquerque Bisneto



EST/ DOCUMENTO 1 \*T1%\*

DELE

Telefone: (84) 3333-2737

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 097/2016**

Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR

Tipo do Acidente: COLISÃO MOTO X MOTO

Data e Hora do Acidente: 23 de Janeiro de 2016

16:40 h

Local da Ocorrência: Em frente ao Parque de Vaquejada Francisco Joaquim de Sales - Apodi/RN

**Identificação do Comunicante:**

Nome: LISMAR DARIO VIANA FERREIRA

CPF / Identidade RG.: 003.133.426 SSP/RN

Naturalidade: Apodi/RN

Pai: Luiz Ferreira Neto

Mãe: Maria Divanir Viana Ferreira

Endereço: Rua Antonio Marcos Teixeira Diniz, 351, Bacurau I - Apodi/RN

CPF: 068.756.644-45

Data Nascimento: 12/11/1986

**Identificação da Vítima:**

Nome: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

CPF / Identidade RG.: 2808714 SSP/RN

Naturalidade: Apodi/RN

Pai: Luciclaudio Silva Nobre

Mãe: Maria Verlandia Brilhante

Endereço: Rua Abiu, 26, COHAB - Apodi/RN

Condutor ou Passageiro? Condutor - CNH 05860337803

CPF: 700.013.764-97

Data Nascimento: 13/01/1994

PROTOCOLADO  
RECEBIDO

23 MAR 2017

TERRA DO SOL ADM.  
E CORRETORA DE SEG**Identificação do Veículo:**

Tipo: MOTICLETA

Marca/Modelo: HONDA / 125 FAN

Placa: NNJ-0915/RN

Cor: PRETA

Proprietário: LISMAR DARIO VIANA FERREIRA - Comunicante

**HISTÓRICO:**

O comunicante comparece a esta delegacia de policia civil para registrar a ocorrência de Acidente de Veículo Automotor / Colisão. Que informa que a vítima acima identificada vinha conduzindo a sua motocicleta nas proximidades do Parque de Vaquejada nesta cidade quando em determinado momento em decorrência da chuva que estava caindo perdeu o controle e colidiu com uma moto que se encontrava parada / Estacionada; Que informa o comunicante que vinha em outra motocicleta atrás e que fez a ligação para o SAMU local, que prestou os primeiros socorros e conduziram a vítima até o Hospital Tarciso Maia na cidade de Mossoró/RN; Que informa que a vítima ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO teve fratura exposta na perna esquerda e foi submetido a cirurgia naquele Hospital. E nada mais disse.

**OBS.:** É de inteira responsabilidade do/a comunicante, a informação prestada neste BO. Se comprovadamente falsa a comunicação, sujeitar-se-á o responsável as sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável - Artigo 340 do Código Penal.

Local e data deste Registro: Apodi, 25 de janeiro de 2016

  
Comunicante / Vítima  
Responsável Pelo Registro

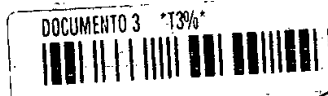
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Antônio Nélson de Albuquerque Pinheiro, portador da carteira de identidade nº 2808714 e inscrito no CPF/MF sob o nº 700.013.764-97, residente e domiciliado na Rua: Aluí, Nº 26, Conjunto Cohab, Cidade Apodi, Estado Rio Grande do Norte, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

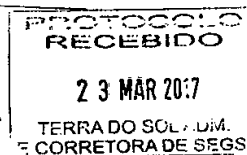
Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.



Antônio Nélson de Albuquerque Pinheiro

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação



Apodi, 25 de fevereiro de 2016

Local e data



**RN**  
**GOVERNO**  
**DO ESTADO**  
RECARGUIN E AVACAR

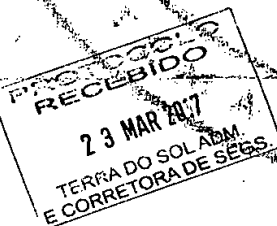
RNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI  
SAMU METROPOLITANO



## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o usuário dos Serviços de saúde:  
Antonio Roberto de Almeida 22 anos, foi  
atendido pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU-  
192/RN da cidade de Apodi/RN no dia 25/01/2016 às 17:16 horas no  
endereço em frente ao Hospital de Urgência  
paciente Vítima de Quedada de moto

A presente declaração expressa a Verdade



Apodi-RN, 25 de  janeiro de 2016

José Lucigton T. de Moraes  
Enfermeiro  
COREN/RN 245420

**SAMU**

José Lucigton Torres de Moraes  
COORDENADOR DO SAMU APODI  
COREN/RN 245420

**192**

SAMU METROPOLITANO OESTE - APODI/RN - DECLARAÇÃO Nº \_\_/2014  
SAMU - 192 - samumetropolitano@gov.rn.br

ATO DECLARATÓRIO

**DOCUMENTO 2 \*T296\***

**NOTA FISCAL F/**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE**  
RUA MERMOZ, 150, BALDO,  
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE  
CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0

**cosern**  
Grupo Neocenergia  
www.cosern.com.br

Lei 10.438, de 26/04/02  
Ligações Gratuitas:  
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116  
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
-Ouvidoria 0800 084 0404  
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167  
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

**DADOS DO CLIENTE**  
DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA  
CPF: 697.615.534-34 NIS: 15009181314

**DATA DE VENCIMENTO**  
02/01/2017

**DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL**  
02/12/2016

**DATA DA APRESENTAÇÃO**  
02/12/2016

**NÚMERO DA NOTA FISCAL**  
000093827

**Série:** U

**CONTA CONTRATO**  
000523806017

**Nº DO CLIENTE**  
3000612812

**Nº DA INSTALAÇÃO**  
0000055726

**TOTAL A PAGAR (R\$)**  
50,37

**CLASSIFICAÇÃO**  
B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS Monofásico

**RESERVADO AO FISCO**  
F482.192C.541E.23BE.F6ED.5241.BF35.AFE8

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**  
RUA DEPUTADO DALTON CUNHA 198

**PEQUENA ÁREA URBANA**  
59700-000 APODI RN

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00	0,18350713	5,50
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,31458366	22,02
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	32,00	0,47187549	15,10
Acréscimo Bandeira AMARELA			1,48
ICMS-Parcela Subvencionada			5,15
Multa por atraso-NF 000117003 - 05/10/16			1,09
Juros por atraso-NF 000117003 - 05/10/16			0,03
<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>50,37</b>

**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS**

ICMS			PIS			COFINS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
44,10	18,00	7,93	44,10	0,87	0,38	44,10	5,47	2,41

**PROTÓCOLO RECEBIDO**  
23 MAR 2017  
TERMINO DO SOLADIM  
CORRETORA DE SEGS

**Tarifas Aplicadas**

Consumo Ativo até 30 kWh	Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh
0,18350713	0,31458366	0,47187549

**HISTÓRICO DO CONSUMO**

DEZ 16	NOV 16	OUT 16	SET 16	AGO 16	JUL 16	JUN 16	MAI 16	ABR 16	MAR 16	FEV 16	JAN 16	DEZ 15
132	128	146	136	123	134	130	121	132	116	126	117	127

**COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

RS	%
Geração de Energia	17,88
Transmissão	0,84
Distribuição (Cosern)	10,38
Energias Soterais	4,58
Tributos	10,72
<b>TOTAL</b>	<b>44,10</b>

**DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL**

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO KWH
00000000070172593	CAT	03/11/2016 15.128,00	02/12/2016 15.260,00	29	1,00000	0,00	132,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LECTURA: 03/01/2017

**DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES**

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
DEC-No.de horas sem Energia	APODI	3,78	5,31	10,62	21,25
FIC-No.de vezes sem Energia		2,00	3,48	6,97	13,95
DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		1,20	3,03	0,00	0,00
DICR-Duração de Interrupção em dia crítico				Limite DICR: 12,22	
BUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 14,45					
Toda Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DEC, FIC, DMIC e DICR a qualquer tempo.					

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.  
Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br.  
Pagamento em atraso gera: Multa 2%(Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1%a.m.(Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.  
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei N° 10.438 de 26/04/02 - R\$ 29,08.  
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

**NÍVEIS DE TENSÃO**

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

**AUTENTICAÇÃO MECÂNICA**

**TALÃO DE PAGAMENTO**

Evite dobrar, perfurar ou rasurar.  
Este canhoto será usado em leitura ótica.

**CONTA CONTRATO**  
000523806017

**MÊS/ANO**  
12/2016

**TOTAL A PAGAR(R\$)**  
50,37

**VENCIMENTO**  
02/01/2017

838300000004 503700384002 523806017202 006811371530

**Autenticação Mecânica**

NOTA FISCAL   FATURA   CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA																																																								
<b>COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> RUA MERMOS, 150, BALDO, NATAL, RIO GRANDE DO NORTE CEP 59025-250 CNPJ 08.324.195/0001-81 INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0		 <b>cosern</b> Grupo Neoenergia www.cosern.com.br																																																						
Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02 <b>Ligações Gratuitas:</b> -TELEATENDIMENTO COSERN: 116 -Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142 -Ouvidoria 0800 084 0404 Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167 Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis																																																								
<b>DADOS DO CLIENTE</b> DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA CPF: 897.615.534-34 NIS: 16009181314 ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA RUA DEPUTADO DALTON CUNHA 198 PEQUE/ÁREA URBANA 59700-000 APODI RN As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br		DATA DE VENCIMENTO <b>02/01/2017</b> TOTAL A PAGAR (R\$) <b>50,37</b> CLASSIFICAÇÃO <b>B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS Monofásico</b> RESERVADO AO FISCO <b>F482.192C.541E.23BE.F6ED.5241.BF35.AFE8</b>																																																						
DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 02/12/2016 DATA DA APRESENTAÇÃO 02/12/2016 NÚMERO DA NOTA FISCAL 000093827 Série: U		CONTA CONTRATO <b>000523806017</b> Nº DO CLIENTE 3000612812 Nº DA INSTALAÇÃO 0000055728																																																						
DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>QUANTIDADE</th> <th>PREÇO</th> <th>VALOR (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo Ativo até 30 kWh</td> <td>30,00</td> <td>0,18350343</td> <td>5,50</td> </tr> <tr> <td>Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh</td> <td>70,00</td> <td>0,31458366</td> <td>22,02</td> </tr> <tr> <td>Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh</td> <td>32,00</td> <td>0,47187549</td> <td>15,10</td> </tr> <tr> <td>Acréscimo Bandeira AMARELA</td> <td></td> <td></td> <td>1,48</td> </tr> <tr> <td>ICMS-Parcela Subvencionada</td> <td></td> <td></td> <td>5,15</td> </tr> <tr> <td>Multa por atraso-NF 000117003 - 05/10/16</td> <td></td> <td></td> <td>1,09</td> </tr> <tr> <td>Juros por atraso-NF 000117003 - 05/10/16</td> <td></td> <td></td> <td>0,03</td> </tr> <tr> <td><b>TOTAL DA FATURA</b></td> <td></td> <td></td> <td><b>50,37</b></td> </tr> </tbody> </table>				DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)	Consumo Ativo até 30 kWh	30,00	0,18350343	5,50	Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,31458366	22,02	Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	32,00	0,47187549	15,10	Acréscimo Bandeira AMARELA			1,48	ICMS-Parcela Subvencionada			5,15	Multa por atraso-NF 000117003 - 05/10/16			1,09	Juros por atraso-NF 000117003 - 05/10/16			0,03	<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>50,37</b>																	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)																																																					
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00	0,18350343	5,50																																																					
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,31458366	22,02																																																					
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	32,00	0,47187549	15,10																																																					
Acréscimo Bandeira AMARELA			1,48																																																					
ICMS-Parcela Subvencionada			5,15																																																					
Multa por atraso-NF 000117003 - 05/10/16			1,09																																																					
Juros por atraso-NF 000117003 - 05/10/16			0,03																																																					
<b>TOTAL DA FATURA</b>			<b>50,37</b>																																																					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="4" style="text-align: center;">INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS</th> </tr> <tr> <th colspan="2">ICMS</th> <th colspan="2">PIS</th> <th colspan="2">COFINS</th> </tr> <tr> <th>BASE DE CÁLCULO</th> <th>%</th> <th>VALOR DO IMPOSTO</th> <th>BASE DE CÁLCULO</th> <th>%</th> <th>VALOR DO IMPOSTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>44,10</td> <td>18,00</td> <td>7,93</td> <td>44,10</td> <td>0,87</td> <td>0,38</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>5,47</td> </tr> </tbody> </table>				INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS				ICMS		PIS		COFINS		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	44,10	18,00	7,93	44,10	0,87	0,38						5,47																									
INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS																																																								
ICMS		PIS		COFINS																																																				
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO																																																			
44,10	18,00	7,93	44,10	0,87	0,38																																																			
					5,47																																																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">COMPOSIÇÃO DO CONSUMO</th> </tr> <tr> <th>RS</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Geração de Energia</td> <td>17,58 38,88</td> </tr> <tr> <td>Transmissão</td> <td>0,88 1,95</td> </tr> <tr> <td>Distribuição (Cosern)</td> <td>10,38 23,49</td> </tr> <tr> <td>Encargos Setoriais</td> <td>4,58 10,39</td> </tr> <tr> <td>Tributos</td> <td>10,72 24,31</td> </tr> <tr> <td><b>TOTAL</b></td> <td><b>44,10 100</b></td> </tr> </tbody> </table>				COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		RS	%	Geração de Energia	17,58 38,88	Transmissão	0,88 1,95	Distribuição (Cosern)	10,38 23,49	Encargos Setoriais	4,58 10,39	Tributos	10,72 24,31	<b>TOTAL</b>	<b>44,10 100</b>																																					
COMPOSIÇÃO DO CONSUMO																																																								
RS	%																																																							
Geração de Energia	17,58 38,88																																																							
Transmissão	0,88 1,95																																																							
Distribuição (Cosern)	10,38 23,49																																																							
Encargos Setoriais	4,58 10,39																																																							
Tributos	10,72 24,31																																																							
<b>TOTAL</b>	<b>44,10 100</b>																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">TARIFAS APLICADAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo Ativo até 30 kWh</td> <td>0,18884350</td> </tr> <tr> <td>Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh</td> <td>0,33801400</td> </tr> <tr> <td>Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh</td> <td>0,35702100</td> </tr> </tbody> </table>				TARIFAS APLICADAS		Consumo Ativo até 30 kWh	0,18884350	Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,33801400	Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,35702100																																													
TARIFAS APLICADAS																																																								
Consumo Ativo até 30 kWh	0,18884350																																																							
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,33801400																																																							
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,35702100																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">HISTÓRICO DO CONSUMO</th> </tr> <tr> <th></th> <th>kWh</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>DEZ 16</td><td>132</td></tr> <tr><td>NOV 16</td><td>128</td></tr> <tr><td>OUT 16</td><td>148</td></tr> <tr><td>SET 16</td><td>136</td></tr> <tr><td>AGO 16</td><td>123</td></tr> <tr><td>JUL 16</td><td>134</td></tr> <tr><td>JUN 16</td><td>130</td></tr> <tr><td>MAI 16</td><td>121</td></tr> <tr><td>ABR 16</td><td>132</td></tr> <tr><td>MAR 16</td><td>116</td></tr> <tr><td>FEV 16</td><td>126</td></tr> <tr><td>JAN 16</td><td>117</td></tr> <tr><td>DEZ 15</td><td>127</td></tr> </tbody> </table>				HISTÓRICO DO CONSUMO			kWh	DEZ 16	132	NOV 16	128	OUT 16	148	SET 16	136	AGO 16	123	JUL 16	134	JUN 16	130	MAI 16	121	ABR 16	132	MAR 16	116	FEV 16	126	JAN 16	117	DEZ 15	127																							
HISTÓRICO DO CONSUMO																																																								
	kWh																																																							
DEZ 16	132																																																							
NOV 16	128																																																							
OUT 16	148																																																							
SET 16	136																																																							
AGO 16	123																																																							
JUL 16	134																																																							
JUN 16	130																																																							
MAI 16	121																																																							
ABR 16	132																																																							
MAR 16	116																																																							
FEV 16	126																																																							
JAN 16	117																																																							
DEZ 15	127																																																							
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="8" style="text-align: center;">DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL</th> </tr> <tr> <th>NÚMERO DO MEDIDOR</th> <th>TIPO DA FUNÇÃO</th> <th>ANTERIOR</th> <th>ATUAL</th> <th>Nº DIAS</th> <th>CONSTANTE</th> <th>AJUSTE</th> <th>CONSUMO kWh</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>00000000070172593</td> <td>CAT</td> <td>03/11/2016 15.128,00</td> <td>02/12/2016 15.260,00</td> <td>29</td> <td>1,00000</td> <td>0,00</td> <td>132,00</td> </tr> </tbody> </table>				DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL								NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh	00000000070172593	CAT	03/11/2016 15.128,00	02/12/2016 15.260,00	29	1,00000	0,00	132,00																													
DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL																																																								
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh																																																	
00000000070172593	CAT	03/11/2016 15.128,00	02/12/2016 15.260,00	29	1,00000	0,00	132,00																																																	
DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 03/01/2017																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="5" style="text-align: center;">DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES</th> </tr> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>CONJUNTO</th> <th>VALOR APURADO</th> <th>META MENSAL</th> <th>META TRIM.</th> <th>META ANUAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="6">out/2016</td> </tr> <tr> <td>DIC-No.de horas sem Energia</td> <td>APODI</td> <td>3,78</td> <td>5,31</td> <td>10,62</td> <td>21,25</td> </tr> <tr> <td>FC-No.de vezes sem Energia</td> <td></td> <td>2,00</td> <td>3,48</td> <td>8,97</td> <td>13,95</td> </tr> <tr> <td>DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua</td> <td></td> <td>1,20</td> <td>3,03</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>DICR-Duração de Interrupção em dia crítico</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Limite DICR: 12,22</td> </tr> <tr> <td colspan="6">EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 14,45</td> </tr> <tr> <td colspan="6">Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DRC, FIC, DMIC e DICR a qualquer tempo.</td> </tr> </tbody> </table>				DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL	out/2016						DIC-No.de horas sem Energia	APODI	3,78	5,31	10,62	21,25	FC-No.de vezes sem Energia		2,00	3,48	8,97	13,95	DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		1,20	3,03	0,00	0,00	DICR-Duração de Interrupção em dia crítico					Limite DICR: 12,22	EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 14,45						Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DRC, FIC, DMIC e DICR a qualquer tempo.					
DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES																																																								
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL																																																			
out/2016																																																								
DIC-No.de horas sem Energia	APODI	3,78	5,31	10,62	21,25																																																			
FC-No.de vezes sem Energia		2,00	3,48	8,97	13,95																																																			
DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		1,20	3,03	0,00	0,00																																																			
DICR-Duração de Interrupção em dia crítico					Limite DICR: 12,22																																																			
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 14,45																																																								
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DRC, FIC, DMIC e DICR a qualquer tempo.																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="4" style="text-align: center;">NÍVEIS DE TENSÃO</th> </tr> <tr> <th>TENSÃO NOMINAL(V)</th> <th colspan="3">LIMITE DE VARIAÇÃO(V)</th> </tr> <tr> <td></td> <th>MÍNIMO</th> <th colspan="2">MÁXIMO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>220</td> <td>202</td> <td colspan="2">231</td> </tr> </tbody> </table>				NÍVEIS DE TENSÃO				TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)				MÍNIMO	MÁXIMO		220	202	231																																						
NÍVEIS DE TENSÃO																																																								
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)																																																							
	MÍNIMO	MÁXIMO																																																						
220	202	231																																																						
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center;">INFORMAÇÕES IMPORTANTES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">           O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.            Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br.            Pagamento em atraso gera: Multa 2%(Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1%a.m.(Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.            O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.            Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 29,06.            O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.         </td> </tr> </tbody> </table>				INFORMAÇÕES IMPORTANTES		O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gera: Multa 2%(Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1%a.m.(Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 29,06. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.																																																		
INFORMAÇÕES IMPORTANTES																																																								
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. Na data da leitura a bandeira em vigor é a Verde. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gera: Multa 2%(Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1%a.m.(Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 29,06. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.																																																								
<b>AUTENTICAÇÃO MECÂNICA</b>																																																								
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>CONTA CONTRATO</th> <th>MÊS/ANO</th> <th>TOTAL A PAGAR(R\$)</th> <th>VENCIMENTO</th> <th>TALÃO DE PAGAMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>000523806017</td> <td>12/2016</td> <td>50,37</td> <td>02/01/2017</td> <td>           Eyite dobrar, perfurar ou rasurar.            Este canhoto será usado em leitora ótica.         </td> </tr> </tbody> </table>				CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO	000523806017	12/2016	50,37	02/01/2017	Eyite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.																																											
CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO																																																				
000523806017	12/2016	50,37	02/01/2017	Eyite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.																																																				
838300000004 503700384002 523806017202 006811371530																																																								



## Comprovante de residência



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Antonio Nelson de Albuquerque BlometoRG nº 2.808.749, data de expedição 05/04/2006, Órgão ITEP

CPF nº 70.03.764.97, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua = Aliu</u>
Número	<u>28</u>
Apto / Complemento	<u>Caraca</u>
Bairro	<u>CONAB</u>
Cidade	<u>Apodi</u>
Estado	<u>Rio Grande do Norte</u>
CEP	<u>59700-000</u>
Telefone de Contato	<u>84-9091334320/9-96636227/9-91233471</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Apodi RN 08/12/17Assinatura do Declarante: Antonio Nelson de Albuquerque Blometo



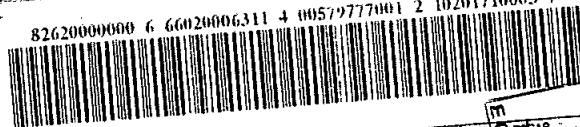
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE  
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 59015-000  
CNPJ: 08.334.389/0001-35 / INSC. Estadual: 20055.428-3  
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ovidorini: (84) 3232-4562

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO  
08000-840195  
33332164

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA E SERVIÇOS  
IMPRESSO EM 06/10/2017 ÀS 08:53:19

DADOS DO CLIENTE		MATRÍCULA:	MES/ANO
LUCICLAUDIO SILVA NOBRE RUA ABIU, N 26 - APODI APODI RN 59 000 000		757770	10/2017
INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ. ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS
311.001.095.0067.000	2	616	RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO
HYDROMETRO A13N1/5007	SITUAÇÃO ÁGUA LIGADO	SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL	
CONSUMO ÁGUA (M3): 16		DATA LEITURA: 06/10/2017 LEIT. ATUAL: 441 LEIT. ANT.: 425 DIAS CONSUMO: 32	
HISTÓRICO DE CONSUMO			
REF	CONSUMO	REF	CONSUMO
09/2017 14	07/2017 11	05/2017 23	13
08/2017 11	06/2017 11	04/2017 11	
DESCRICAÇÃO		CONSUMO	TOTAL (R\$)
ÁGUA			
RES ENTRE 50 E 100M 1 UNIDADE(S)		10 M3	38,32
ATE 10 M3 - R\$ 38,32 POR UNIDADE		5 M3	21,35
11 M3 A 15 M3 - R\$ 4,27 POR M3		1 M3	5,05
16 M3 A 20 M3 - R\$ 5,05 POR M3			0,87
MULTA P/IMPONTUALIDADE 08/2017			0,43
JUROS DE MORA 07/2017			
TRIBUTOS		BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)
PIS		64,72	1,65
COFINS		64,72	7,6
VALOR DO IMPOSTO			1,07
TOTAL A PAGAR			66,02
VENCIMENTO:		30/10/2017	
MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA			
Parâmetros	Turbidez	PH	Col. Totais
WSP e Recomendações	≤ 5,0 UT	6,0 a 9,3	Cloro Residual Livre
Valores Obtidos	0,31	6,92	0,2 a 2,0 mg/L
			≤ 10,0 mg/L

82620000000 6 66020006311 4 00579777001 2 10201710003 7



MATRÍCULA: 5797770 MES/ANO: 10/2017 VENCIMENTO: 30/10/2017 TOTAL A PAGAR: 66,02



COMPROVANTE DA CA

RECEBIDO  
1 DEZ 2017  
CÁMARA DO SOL ADM.  
COORDENADOR DE SESS.



## ANEXO II

## DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar sanções administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

PROTOCOLADO  
RECEBIDO  
23 MAR 2017  
TERRA DO SOL ADM.  
CORRETORA DE SEGS

Pelo exposto, eu Déborá Sonali Pereira de Oliveira, portador(a) do RG nº 1935.493, expedido por ITEP/RN, em 12/09/14, CPF/CNPJ nº 897.615.534-34

PROTOCOLADO  
RECEBIDO

23 MAR 2017

Na qualidade de procurador(a) intermediário(a) do beneficiário (a) Antonio nome do Alguemque Bernete do sinistro de DPVAT da natureza involuntária da vítima Antonio nome do Alguemque Bernete, e conforme determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações solicitadas:

Profissão: Agricultor Renda Mensal: R\$ Recurso  
Documentos comprobatórios: Recurso

Déborá Sonali Pereira de Oliveira  
ASSINATURA – PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO



Governo do Estado do Rio Grande  
Secretaria de Estado de Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT ROSADO NETO

DOCUMENTO 4 \*T4%



REGISTRO Nº

1547.286

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Antonio Eduardo de Rueta D. N. / / Idade: 22  
Profissão: Aluno Carga SUS: 0  
Endereço: Rua: Alameda Bairro: Alameda  
Cidade: Aracaju U.F.: SE Fone:   
Filiação: Mãe:  Pai:

Data: 23/03/16

Hora: 19:00

A.C.C.R.: AMARELO

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Queixa principal de dor no abdômen, com início em 19/03/16, com caráter paroxístico e progressivo.

2 - EXAME FÍSICO

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTA CONFORME ORIGINAL  
SANEAMENTO

PROTÓCOLO  
RECEBIDO  
23 MAR 2016  
TERNA DO SOL ADM  
E CORRETORA DE SEG

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Profilaxia exposta de paroxístico



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

RELATÓRIO DE HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO

NOME  
SERVIÇO:

*Antonio Roberto de Albuquerque Branco*

IDADE:

Nº REG:

ENFª:

LEITO:

HISTÓRIA CLÍNICA

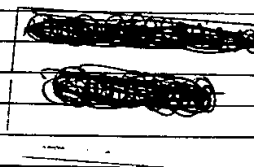
*# fratura exposta de punho esquerdo, submetido  
a cirurgia + fixação interna  
+ Ósteo sinte intramedular.*

Dr. Danilo Miranda  
Ortopedia Traumatologia  
TEOT 13919 CRM RN 7733

PROTOCOLO  
RECEBIDO

23 MAR 2017

TERRA DO SOL ADM  
E CORRETORA DE SEC

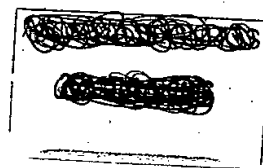


SUS Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES			
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO			
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO		9 - SEXO	
10 - RACIA/COR		11 - NOME DA MÃE		12 - TELEFONE DE CONTATO	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL		14 - TELEFONE DE CONTATO		15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO		18 - UF	
19 - CEP		20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS			
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO		22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)			
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL		24 - CID 10 PRINCIPAL		25 - CID 10 SECUNDÁRIO	
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS		27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
29 - CLÍNICA		30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO		31 - DOCUMENTO	
32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		34 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO		37 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO	
38 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TRAJECTO		39 - CNPJ DA SEGURADORA		40 - Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	
41 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA		42 - CNPJ EMPRESA		43 - CNAE DA EMPRESA	
44 - CBOR		45 - ( ) EMPREGADO		46 - ( ) EMPREGADOR	
47 - ( ) AUTÔNOMO		48 - ( ) DESEMPREGADO		49 - ( ) APOSENTADO	
50 - ( ) NÃO SEGURO		51 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
53 - DOCUMENTO		54 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		55 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
56 - ( ) CNS		57 - ( ) CPF		58 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
COMPROVANTE DE ALTA

Confirmando que Antonio  
no nome de Albuquerque  
recebeu ALTA HOSPITALAR da Clínica  
Curupaita Leito 3173  
registrada em seu Prontuário.  
Mossoró, 26/01/16  
Eduardo

RECEBIDO  
23 MAR 2017  
TERRA DO SOL ADM.  
E CORRETORA DE SEG.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto

CLÍNICA CIRÚRGICA - Leito: 217-2

DATA DE ADMISSÃO: 23/01/2016 Procedência: APODI

DATA

EVOLUÇÃO

26/01/16

#3 DIH: Fratura exposta de perna E por acidente de moto- Com FE

Nega dor e febre.

Ferida operatoria sangrante

Diurese fisiológica. Nega evacuação

Neurovascular preservado

BEG, consciente, orientado, normocorado, aaa

ACP: sem alterações

ABD: plano, flácido, indolor à palpação.

Paciente já inserido nos SISREG, Apodi

Aguardando cirurgia definitiva

PROTÓCOLO  
RECEBIDO  
23 MAR 2017  
TERRA DO SOL ADM.  
E CORRETORA DE SEGS

DATA

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO

- | DATA | PRESCRIÇÃO                    | HORÁRIO |
|------|-------------------------------|---------|
| 1    | Dieta livre                   |         |
| 2    | SF a 0,9% - 1500 ml EV/24 hs  |         |
| 3    | Cefalotina 1gr EV 6/6 hs      |         |
| 4    | Gentamicina 240mg, EV, 1x/dia |         |
| 5    | Tenoxicam 40 mg EV / dia      |         |
| 6    | Omeprazol 40 mg EV/dia        |         |
| 7    | Curativo diario               |         |
| 8    | SSVV e CCGG                   |         |
| 9    | Dipirona 1g EV 6/6 hs         |         |

*Handwritten signature and stamp*

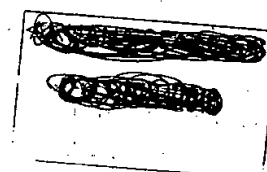


HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
COMPROVANTE DE ALTA

Confirmando que Antonio  
no dia de 26/01/16  
recebeu ALTA HOSPITALAR da Clínica  
Uniponto Leito 3173  
registrada em seu Prontuário.

Mossoró, 26/01/16  
Estelita

PROTÓCOLO  
RECEBIDO  
23 MAR 2017  
TEREIA DO SOL ADM  
E CORRETORA DE SE



HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
COMPROVANTE DE ALTA

Confirmando que Antonio  
no de Albuquerque  
recebeu ALTA HOSPITALAR da Clínica  
Unimed Leito 2172  
registrada em seu Prontuário.

Mossoró, 26/01/16  
Antonio

PROTOCOL  
RECEBIDO  
23 MAR 2017  
TERRA DO SOL  
E CORRETORA DE S



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto

CLÍNICA CIRÚRGICA - Leito: 217-2

DATA DE ADMISSÃO: 23/01/2016 Procedência: APODI

DATA

EVOLUÇÃO

26/01/16 #3 DIH: Fratura exposta de perna E por acidente de moto- Com FE

Nega dor e febre.

Ferida operatoria sangrante

Diurese fisiológica. Nega evacuação

Neurovascular preservado

BEG, consciente, orientado, normocorado, aaa

ACP: sem alterações

ABD: plano, flácido, indolor à palpação.

Paciente já inserido nos SISREG, Apodi

Aguardando cirurgia definitiva

DATA

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO

- | DATA | PRESCRIÇÃO                    | HORÁRIO |
|------|-------------------------------|---------|
| 1    | Dieta livre                   |         |
| 2    | SF a 0,9% - 1500 ml EV/24 hs  |         |
| 3    | Cefalotina 1gr EV 6/6 hs      |         |
| 4    | Gentamicina 240mg, EV, 1x/dia |         |
| 5    | Tenoxicam 40 mg EV / dia      |         |
| 6    | Omeprazol 40 mg EV/dia        |         |
| 7    | Curativo diario               |         |
| 8    | SSVV e CCGG                   |         |
| 9    | Dipirona 1g EV 6/6 hs         |         |

PROTOCOLADO  
RECEBIDO

23 MAR 2017

TERRA DO SOL ADM.  
E CORRETORA DE SE

Documentação médico-hospitalar



Estado do Rio Grande do Norte  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Av. Mal. Floriano Peixoto, 117 - Centro - CEP 59700-000 Apodi - RN  
Telefone: (0xx84) 3333-2036  
E-MAIL: [smsapodi@rn.gov.br](mailto:smsapodi@rn.gov.br)

**ENCAMINHAMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - AIH**

Encaminhamos o (a) paciente **Antonio Nobre de A. Bisneto**, residente na rua Abiu, 26, COHAB - Apodi/RN. Registrado (a) no **CNS.:700609921326170**, para realizar os procedimentos de: **Procedimento múltiplo de fratura**, haja vista que o município não dispõe do (s) referido (s) procedimento(s).

Apodi/RN, 04 de julho de 2017.

Luis Sabino da Costa Neto  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 0018/2017

**Responsável pela Autorização de Internação Hospitalar - AIH**

Luis Sabino da Costa Neto  
Secretário Municipal de Saúde  
Port. 0018/2017





# ORTHOS

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA

Dr. Alencar Lopes - CRM 3136  
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161  
Dr. João Frazão - CRM 2517  
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999  
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759  
Dr. Tupacati Nagata - CRM 4017  
Dr. Rafael Macchato - CRM 6320  
Dr. Ricardo Andrade - CRM 5392  
Dr. Ederito Garopi - CRM 6766

Henio Vitor da Albuquerque

Procedimento de fixação

Exames = R\$ 2.500,00

Atividade = placa bloqueada 4.5mm  
c/ diâmetro horizontal

18/04/17

Dr. Rodrigo Jales Barreto  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 4759  
CNPJ 07.000.000/0001-1174

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN  
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com



# ORTHOS

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA

Dr. Alencar Lopes - CRM 3136  
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161  
Dr. João Frazão - CRM 2517  
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999  
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759  
Dr. Tupacati Nagata - CRM 4017  
Dr. Rafael Macchato - CRM 6320  
Dr. Ricardo Andrade - CRM 5392  
Dr. Ederito Garopi - CRM 6766

RECEBIDO  
05 SET 2017  
TERRA DO SOL ADM  
E CORRRETORA DE SEGS.

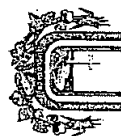
ATTESTADO

Ateste que o Sr. Anténis  
Vitor da Albuquerque Almeida,  
239,1, portador do RG 239,1,  
autor da Atividade de recente  
de correção por cirurgia de  
placa c/ c/10-10 582.2  
18/04/17

18/04/17

Dr. Rodrigo Jales Barreto  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 4759  
CNPJ 07.000.000/0001-1174

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN  
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
RIACHO DA CRUZ/RN  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



## RECEITUÁRIO

Paciente: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Esse paciente sofreu  
fratura da tíbia e  
em fevereiro de 2016,  
passou 13 meses de  
fixação externa.  
Hoje está afim de  
retornar, da data  
da cirurgia?

RIACHO DA CRUZ/RN, \_\_\_\_\_

MÉDICO REQUISITANTE

Voltando à consulta, favor trazer esta receita.

Rua Monte Sinai, 1948 - Fone: (84) 4008-5000 - (Ao lado do Nordeste Ponta Negra) - Natal/RN

**PRONTO-SOLICITA**  
Dr. Paulo Gurgel  
Prontuário de Clínica Geral

ULTRASSONOGRAFIA  
OTORRINO  
ORTOPEDIA  
UROLOGIA

PLANTÃO 24 HORAS  
CIRURGIAS - CLÍNICO GERAL  
PEDIATRIA  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES  
PRONTO-SOCORRO - RÁIO-X

PROTOMED  
RECEBIDO  
05 SET 2017  
TERRA DO SOL ADM  
E CORRETORA DE SEGS

Leitura em português  
indicando a presença de  
fratura da tíbia e da  
perna o qual ele por tempo  
agorinha de 04 meses.

Natal, \_\_\_\_\_

2017

Dr. Paulo Henrique R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-3175



Dr. Lauro Heráclano Pincha Soares

CRM-3175

Antônio Nóbrega de A. Bispeto

Paciente com diagnóstico de pseudotumor da tíbia esquerda, em sequência de fratura, de indicação cirúrgica. Solicito pré-operatório e agendamento para procedimento. Especificamente devido a possibilidade ocorrer em caso de fratura, com uso de pinos.

Dr. Lauro Heráclano R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-3175

17.07.17

Dr. Joaquim Manoel, nº 615 - Ed. Harmony Medical Center - Sl. 807 - Petrópolis - Natal/RN.



PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE  
Dr. Paulo Gurgel

RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE  
R. MONTE SINAI, 1948, CID. JARDIM, NATAL/RN  
C.N.P.J: 09.417.742/0001-91/ FONE: 4008-5000

PACIENTE: Antônio Nóbrega de A. Bispeto  
ENDEREÇO: Sítio Leste de Jurema - 40011-000  
PRESCRIÇÃO: Talidomida 500mg - 100mg  
Tóxico alérgico - lit. - 07 dias.

NATAL, 17 DE 07 DE 2017  
MÉDICO/CRM: Lauro Heráclano R. Soares  
CRM-3175

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

NOME: \_\_\_\_\_  
IDENTIFICAÇÃO: \_\_\_\_\_ ORIGEM: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_  
NATAL, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASS. DO FARMACEUTICO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE PUBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA  
EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto  
CLÍNICA CIRÚRGICA - Leito: 217-2  
DATA DE ADMISSÃO: 23/01/2016

DATA

EVOLUÇÃO

25/01/16 #2 DIH: Fratura exposta de perna E por acidente de moto- Com FE

Nega dor e febre.  
Ferida operatoria sangrante  
Diurese fisiológica. Nega evacuação  
Neurovascular preservado  
BEG, consciente, orientado, normocorado, aa  
ACP: sem alterações  
ABD: plano, flácido, indolor à palpação.

DATA

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO

- 1 Dieta livre
- 2 SF a 0,9% - 1500 ml EV/24 hs
- 3 Cefalotina 1gr EV 6/6 hs
- 4 Dipirona 1g EV 6/6 hs
- 5 Tenoxicam 40 mg EV / dia
- 6 Omeprazol 40 mg EV/dia
- 7 Curativo diario
- 8 SSVV e CCGG

10-16-22-07  
10-16-22-07  
10  
06

*Dr. Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto*

Dr. Rodrigo Sales Barreto  
Ortopedia e Traumatologia  
Cir. do Joelho  
CRM-RN 47511-01-11.724

PROTOCOLO  
RECEBIDO  
05 SET 2017  
TERRA DO SOL ADM.  
E CORRETORA DE SEGS.





Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Antonio Roberto de A. BILPETO

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

Masc. ☒ 1

Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

DDD

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Acidente de moto em Jan/16.  
Osso fixador externo no ant. Sem  
complicações de risco

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

gipsagem.

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

ex. fis + Rx

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

FATURA TIBIA (PSEUDOARTROSE).

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

( ) CNS

(X) CPF

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Dr. Lauro Herculanio R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia

05/07/17

Dr. Lauro Herculanio R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - Nº DO BILHETE

41 - SÉRIE

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

45 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

( ) CNS

( ) CPF

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

RECEBIDO  
05 SET 2017  
TERRA DO SOLADIM  
CORRETORA DE SEGUROS



REGISTRO DE INTERNAMENTO		
Nº AIH:	Nº ATENDIMENTO 265866	DATA: 21/07/17 HS:
TIPO DE INTERNAMENTO:	(X) CIRÚRGICO ( ) CLÍNICO ( ) PEDIÁTRICO	
ACOMODAÇÃO: ENV.	LEITO: 1º 228	CONVÊNIO SVS
MATRICULA 700 6099 2132 6170	VALIDADE -	
ASS. DO RESPONSÁVEL PELO INTERNAMENTO: <i>[Assinatura]</i>		

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
NOME: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO	SEXO: (X) M ( ) F
DATA DE NASCIMENTO: 13 / 03 / 1994 RG: 2808714 CPF: 700.013.764-97	
FILIAÇÃO MÃE: MARIA VERLÂNDIA BRILHANTE	
PAI: LUIZ CLAUDIO SILVA NOBRE	
ENDEREÇO: RUA - DT LAGOA DE JURUMA Nº 13	
BAIRRO: ZONA RURAL	CIDADE: ARARI
ESTADO: RN	CEP: 59700-000
RESPONSÁVEL: (VERLÂNDIA - mãe)	PARENTESCO: (mãe) (NOME)
FONE: (84) 9103-3286	FONE: (84) 9891-3731 / 9924-4786
SUMÁRIO DE ALTA	
TIPO DE ALTA: ( ) MÉDICA ( ) ADMINISTRATIVA ( ) A PEDIDO ( ) EVASÃO ( ) JOBITO	
DATA: / / 2017 HORA:	ASS: RESPONSÁVEL DO SETOR:

RESUMO DO QUADRO CLÍNICO	
<p><i>Fratura de tíbia p/ o cirurgião</i></p>	
<p>PRONTOCLINICA DA CRIANÇA LTDA CNPJ: 09.417.742/0001-91 Confere com o Original Data: 03/08/2017 <i>[Assinatura]</i></p>	
<p><i>[Assinatura]</i> Dr. Luiz Hercílio Soares Ortopedia - Traumatologia CRM-3175</p>	
CARIMBO E ASS. DO MÉDICO	

TIEM DE SALA DE CIRURGIA - PRONTUCLINICA DA

INCA PAULO GURGEL

PRONTUCLINICA

PACIENTE: **Antônio M. Silva**

REG. PACIENTE Nº:

PRONTUCLINICA

CIRURGIAS REALIZADAS: **7884 + Lucrecio**

CONVENIO:

PRONTUCLINICA

EQUIPE MEDICA

EQUIPAMENTOS / TEMPO DE USO

GASOMETRIA / TEMPO DE USO

DATA: / /

CIRURGIÃO: **Dr. Luiz Henrique R. Soares**

BISTURI ELÉTRICO:

AR COMPRIMIDO:

HORA:

1ª AUXILIAR: **Ortografia - Inauro de Paula**

CAPNOGRAFO:

GÁS CARBÔNICO:

TERMINO:

2ª AUXILIAR: **CRM-3175**

INTENS. DE IMAGENS:

NITROGENIO:

SANGUE:

3ª AUXILIAR:

MONITOR CARDIACO:

O2 SOB CATETER:

O2 SOB PRESSÃO:

ANESTESISTA:

OXIM. DE PULSO:

O2 SOB PRESSÃO:

O2 SOB PRESSÃO:

INSTRUMENTADOR(A):

SERRA ELÉTRICA:

ÓXIDO NITROSO:

ÓXIDO NITROSO:

FIOS CIRÚRGICO

QTD

MEDICAMENTOS

QTD

SONO

QTD

SOLUÇÃO

QTD

OPMES

NYLON 2.0 (2CM)

QTD

DIPIRONA

QTD

ABD 1000ML

QTD

ALCOOL 70%

QTD

ARRUELAS

NYLON 2.0 (4CM)

QTD

GRAMIN B6DL

QTD

ABD 10ML

QTD

ALCOOL IODADO

QTD

CIDEX POR ML

ETHYBOND 2.0

QTD

EPEDRINA

QTD

FISIOLÓGICO 0.9% 1000ML

QTD

FORMOL

QTD

FIXADOR EXTERNO

CATGUT SIMPLES 5.0

QTD

EPINEFRINA

QTD

FISIOLÓGICO 0.9% 250ML

QTD

MATERIAL ORTÓPÉDICO

QTD

FIQ DE KIRSCHNER

CATGUT CROMADO 1.0

QTD

FENERGAN 50MG 2ML

QTD

GLICOSADO 0.9% 500ML

QTD

ATADURA GESSO

QTD

FIQ DE LUQUE

VICRYL 0

QTD

FUROSEMIDA

QTD

GLICOSADO 5% 250ML

QTD

ATADURA GESSO

QTD

FIXADOR EXTERNO

PROLENE 2.0

QTD

GLICONATO DE CÁLCIO 10%

QTD

GLICOSADO 5% 500ML

QTD

ATADURA GESSO

QTD

GANCHO

MONOCRYL 3.0

QTD

HIDROCORTIZONA 500MG

QTD

GLICOSE 50% AMPOLA

QTD

ATADURA DE ALGODÃO

QTD

GEOLFOAM

PDS II 1.0

QTD

IPILON 1G

QTD

RINGER LACTATO 500ML

QTD

MAIHA TUBULAR

QTD

GRAMPO

FIO ALGODÃO C/ AGULHA

QTD

IPILON 4MG

QTD

RINGER SIMPLES 500ML

QTD

EQUIPO MACROC/ INJETOR

QTD

HAFTER

CERA OSSEA

QTD

METOCLOPRAMIDA

QTD

POMADAS

QTD

EQUIPO P/ SANGUE

QTD

LIGAMENTO SINTÉTICO

ANESTÉSICOS

QTD

ONDASETRONA

QTD

EPITESAN

QTD

COLETO DE URINA FECHADO

QTD

PARAFUSO CORTICAL

LINDOCAINA 2% C/ VASO

QTD

PROSTIGMINE

QTD

NEOMICINA

QTD

TUBO C/ BALÃO 3.0

QTD

PARAFUSO ESPONOSO

LINDOCAINA 2% GEL

QTD

RANTIDINA

QTD

TROPRODEMIM

QTD

ESPARADRAPO

QTD

PARAF. INTERF. TITANIO

LINDOCAINA S/ VASO

QTD

TILATIL 40MG

QTD

SUFADIAZINA DE PRATA

QTD

CATER TIPO OCULOS

QTD

PINO

ISOFLURANO

QTD

SELOKEN 5 MG / 5ML

QTD

PÉFURO CORTANTE

QTD

ELETRÓDOS

QTD

PINO DESLIZANTE

NOVABUPI C/ VASO

QTD

DIPROSPAM

QTD

JEICO

QTD

ESCOVA DESCARTAVEL

QTD

PLACA

NOVABUPI S/ VASO

QTD

C. PAPAVERINA 50MG/2ML

QTD

POLIFIXO 2 VIAS

QTD

MASCARA

QTD

PARAFUSO CANULADO

SERVO FLORANO

QTD

TRIDIL

QTD

SCALPS

QTD

MICROPORÉ

QTD

LAMINA DE SHAVER

LINDOCAINA 10% SPRAY

QTD

CLORETO DE SUXAMETÔNIO

QTD

AGULHAS

QTD

MÁSCARAS DESCARTAVEL

QTD

SURGICEI

NEOCAINA S/ VASO

QTD

CLONIDIN

QTD

AGULHA DE STIMUPLEX

QTD

GORRO DESCARTAVEL

QTD

DRILL ELÉTRICO

NEOCAINA C/ VASO

QTD

MBILUM

QTD

MATERIAL ORTÓPÉDICO

QTD

PRO-PE

QTD

ASPIRADOR

XILOCAINA

QTD

RETENÇÃO DE RECEITA

QTD

ADADURA GESSO

QTD

ESCOVA SECA

QTD

PARAFUSO ANCORÁ

MEDICAMENTOS

QTD

DOLANTINA

QTD

ADADURA GRESSOM

QTD

MICROPORÉ LARGO

QTD

PLAST ANEL 1.4

ADRENALINA

QTD

FENTANIL

QTD

ADADURA DE ALGODÃO

QTD

LUVAS ESTÉREIS

QTD

PARAFUSO TRANSVERSO

AMIODARONA

QTD

FLUMAZENIL

QTD

MALHA TUBULAR

QTD

ALGODÃO GRIBOLA

QTD

SONDAS

ATROPINA

QTD

ISOFLORANE

QTD

LUVAS DE PROCEDIMENTO

QTD

URETRAL 4

QTD

ASPIRAÇÃO TRAQUEAL 04

BUSCOPAM SIMPLES

QTD

KETAMINA

QTD

VASELINA

QTD

COMPRESSA CIRURGICA

QTD

NASO LONGA 04

CEFALOTINA 1G

QTD

MIDAZOLAM

QTD

CLOREXIDINA ALCOOLICA 2%

QTD

GASES 10X10 PCT 20



RELATÓRIO DE ENFERMAGEM DO CENTRO CIRÚRGICO

NOME Antônio Nobre de Albuquerque Nº REGISTRO 265866  
Data Nascimento 13/01/1974 IDADE 23 A Sexo M LEITO: \_\_\_\_\_ Data de Admissão 21/07/13  
MÉDICO: Dr. Lauro

ADMISSÃO DO CENTRO CIRÚRGICO

JEJUM COMPLETO INCLUINDO AGUA? ( ) Não (x) Sim início 21:30 PESO: 65 Kg Altura: 1,65 cm  
RETIRADA DE PRÓTESES/ORTESE/ADORNOS: ( ) SIM ( ) NÃO  
ALERGIAS: ( ) NÃO (x) SIM: Alergia a penicilina  
DOENÇAS PREGRESSAS: ( ) DM ( ) HAS ( ) TABAGISMO ( ) HIV ( ) Hep B ( ) Hep C ( ) Arritmias ( ) DPOC ( ) AVC ( )  
Marcapasso ( ) Outros: nejo Medicamentos de uso frequente: nejo  
Consentimento Cirúrgico Preenchido ( ) Não (x) Sim  
Exames: (x) Labor (x) Raio x ( ) USG ( ) TC ( ) RNM ( ) Risco cirúrgico Outros: \_\_\_\_\_  
Encaminhado: ( ) Deambulando ( ) Cadeira de Rodas (x) Maca (x) consciente ( ) Inconsciente (x) Orientado ( )  
Desorientado

Anotações de Enfermagem:

Conferido informação acima por: K. [assinatura] Admitido na sala: I Hora 16:30

ETAPA I: PRÉ-INDUÇÃO CHECK LIST CIRURGIA SEGURA

Cirurgia Proposta \_\_\_\_\_

POTENCIAL DE CONTAMINAÇÃO: (x) Limpa ( ) Contaminada ( ) Potencialmente Contaminada ( ) Infectada

- Equipe completa presente (x) Sim ( ) Não
- Paciente com identificação e cirurgia confirmada (x)
- Termo de consentimento (x) Cirúrgico ( ) hemoterapico ( ) não, caso não esteja assinado contatar o médico.
- Local da intervenção marcado corretamente (x) sim ( ) não ( ) não aplicável
- Bisturi elétrico disponível e testado ( )
- Aparelho de Anestesia (x)
- Equipamento de Vídeo ( )
- Monitor Multi-Parâmetro (x)
- Saída de: Oxigênio ( ) Ar Comprimido ( ) Vácuo ( )
- Aspirador cirúrgico disponível e testado (x)
- Mesa cirúrgica testada (x)
- Hemoderivados solicitados e reservados ( ) sim ( ) Não (x) Não aplicável
- Paciente tem alergia conhecida ( ) sim ( ) não

14. Aparelho de anestesia testado ( <input checked="" type="checkbox"/> sim ( ) não	
15. Esterilizações dos instrumentais com indicadores ( <input checked="" type="checkbox"/> sim ( ) não	

### ETAPA II: PRÉ-INCISÃO

16. Confirma nome do paciente, local da intervenção e cirurgia proposta ( ☒ )
17. Confirma preparo da pele com clorexidine degermante e tópica ( ☒ sim ( ) não
18. Confirmar antibiótico profilático administrado ( ☒ sim ( ) não aplicável
19. Paciente em posição adequada ( ☒ sim ( ) não

### EQUIPE DE ENFERMAGEM

20. Confirmar se a disponibilidade dos materiais e equipamentos solicitados para cirurgia ( ☒ )
20. Confirmar com a equipe médica se os exames necessários estão disponíveis ( ☒ )
21. Confirma bisturi elétrico e placas instalados corretamente ( )

### INTRA-OPERATORIO

Posicionamento: Dorsal ( ☒ Lateral direita ( ) Lateral esquerda ( ) Posição Ginecológica ( )  
( ) Decúbito Proclie ( ) Decúbito Ventral

Monitorização cardíaca: ( ☒ sim ( ) não PNI/Manguito em: MSD Placa neutra: Local: \_\_\_\_\_

Passado faixa de smarch: Não ( ☒ sim, em: MIE Início: \_\_\_\_\_ Término: \_\_\_\_\_

Soluções Antissépticas Usadas no Campo Operatório: ( ☒ ) Clorex degermante ( ) Clorex aquoso  
( ☒ ) Clorex Alcoolica ( ) PVPI degermante  
( ) PVPI tintura ( ) \_\_\_\_\_

Infusões: SF0,9% \_\_\_\_\_ ml R.Lactato: \_\_\_\_\_ ml R.Simples 1000 ml SG5% \_\_\_\_\_ ml

Drenos: ( ) Penrose nº \_\_\_\_\_ ( ) Porto-vac nº \_\_\_\_\_ ( ) Tórax nº \_\_\_\_\_

Sinais vitais: PA 113x55mmHg FC 84 bpm Sat: 97% T: \_\_\_\_\_ °C Hora: 17:15

Anestesia: Início 16:30 Término 18:00 ( ) Geral Inalatório ( ) Geral Venosa ( ) Sedação ( ) Local  
( ) Peridural ( ☒ ) Raquí ( ) Bloqueio: \_\_\_\_\_

IOT: ( ) Não ( ) sim - Cânula nº \_\_\_\_\_ IOT aramado: ( ) não ( ) sim nº \_\_\_\_\_

AVP: ( ) não ( ☒ ) sim MSE, Jelco nº 30 por Carlos

Cateter O2: ( ) não ( ) sim SNG: ( ) NÃO ( ) SIM Nº \_\_\_\_\_ SVD ( ) NÃO ( ) SIM Nº \_\_\_\_\_

Ferida operatória: Curativo limpo e seco

Cultura: \_\_\_\_\_ Anát. Patológico: ( ) Não ( ) Sim \_\_\_\_\_ Unid \_\_\_\_\_

Material Explantado: \_\_\_\_\_

Conferido por \_\_\_\_\_ Intercorrência: \_\_\_\_\_

### ETAPA III: ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA

Confirmar se a contagem de compressas, instrumentais e agulhas foi realizada ( ☒ sim ( ) não

Caso a cirurgia realizada não tenha sido a proposta,

Medicações administradas ( anotar horários) Cefazolina 2g, dipirona 2g, cloro  
hidratante, endoscopia, Monitorização comp

Joanizete Andrade Rocha  
Téc. Enfermagem  
COREN/RN 634.159

OPME: ( ) NÃO ( ☒ ) SIM, qual

01 placa OGF nota DEP + 03 parafusos Corticais  
nº 30, 02 parafusos Corticais nº 28. 01 parafuso entalcal nº 26.

Anotações de Enfermagem e Intercorrências

Início da cirurgia: 16:40 Término da cirurgia: 18:00

CIRURGIÃO: Dr. Lauer ASSISTENTE: Carlos ANESTESIOLOGISTA: Lauer  
INSTRUMENTADORA: Souza CIRCULANTE: J. Amizte ENFERMEIRA:

URPA ( Unidade de Recuperação pós-anestésica)

Condições de admissão do paciente:

☒ Acordado ( ) Sonolento ( ) agitado Ar ambiente ( ) MV 50%

( ) Cateter de O2 ( ) TQT ☒ AVP ( ) AVC

( ) Hipotensão ( ) Hipertensão ( ) Bradicardia ( ) Taquicardia ( ) Tremor ( ) Dor ( ) Baixa Saturação

( ) Hemorragias ( ) Desorientação ( ) Agitação ( ) Dispneia ( ) Broncoespasmo ( ) Outros:

Medicações Administradas na URPA ( anotar horários)

Encaminhado para o andar

AVP ☒ AVC ( ) SNG ( ) SVD FECHADA ( ) DRENOS ☒ CURATIVOS LIMPO ( )

GESSO EM: MSD ( ) MSE ( ) MID ( ) MIE ( )

EXAMES: ☒ Labort ☒ Raio x ( ) USG ( ) TC ( ) RNM ( ) RISCO CIRURGICO ( ) OUTROS

ENCAMINHADO: ☒ Enfermaria ( ) UTI ( ) Alta Hospitalar ( ) Outros

Anotações de Enfermagem:


ENCAMINHADO POR:

HORA: 18:30

Joanize Andrade Rocha  
Téc. Enfermagem  
COREN/RN 634.150



**Prontoclinica Dr. Paulo Gurgel**  
**EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM**

MÉDICO: DRE

PACIENTE: Antonio Nobre SETOR: Borda LEITO: 202 B

DIAGNOSTICO MÉDICO: fibrose / pseudotumor IDADE: 23 anos

PROCEDÊNCIA: ( ) DOMICILIAR ( ) HOSPITALAR: QUAL: \_\_\_\_\_

ALERGIAS: \_\_\_\_\_ DOENÇAS PRÉ-EXISTENTES: Fez cirurgia ortopédica

EVOLUÇÃO 21/02/17 HORÁRIO: 10:00

**ASPECTO GERAL**

( ) CONSCIENTE ( ) ORIENTADO ( ) ALGO ORIENTADO  
( ) ATIVO ( ) REATIVO ( ) HIPOATIVO  
( ) HIPERTÔNICO ( ) HIPOTÔNICO  
( ) COMATOSO ( ) SEDADO ( ) ANASARCA ( ) EDEMA

**ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)**

( ) AVP: \_\_\_\_\_  
( ) AVC: \_\_\_\_\_  
( ) Jelco: \_\_\_\_\_  
( ) Scalp.: \_\_\_\_\_

**INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB**

( ) HV \_\_\_\_\_  
( ) BI \_\_\_\_\_  
( ) ATB \_\_\_\_\_

**PELE**

( ) HÍDRATADA ( ) RESSECADA ( ) ICTÉRICA  
( ) NORMOCORADA ( ) HIPOCORADA ( ) CIANOSE  
( ) EXTREMIDADE FRIAS ( ) NORMOTÉRMICA  
( ) HIPOTERMIA: \_\_\_\_\_  
( ) HIPERTERMIA: \_\_\_\_\_  
( ) DRENO Local: \_\_\_\_\_  
Característica do líquido: \_\_\_\_\_

**APARELHO CARDIOPULMONAR**

( ) EUPNEICO ( ) DISPNEICO ( ) TAQUIPNEICO  
( ) BRADIPNEICO ( ) TIRAGEM: \_\_\_\_\_  
( ) RUÍDOS ADVENTÍCIOS. TIPO: \_\_\_\_\_  
( ) TAQUICÁRDICO ( ) NORMOCÁRDICO ( ) BRADICÁRDICO

OBSERVAÇÕES: Recente admitido em observação para  
reversão cirúrgica ortopédica. Sus. de mobilização pré e  
intra + pós-oper. Relato de dor intensa em artroscopia  
de joelho e de membros. Orientado sobre ppn e manejo  
intimidade + retirada de ardores.

**VENTILAÇÃO**

( ) O2 AMB ( ) MV \_\_\_\_\_ % ( ) HOOD: \_\_\_\_\_  
( ) ENTUBADO TOT Nº \_\_\_\_\_  
OBS: \_\_\_\_\_

**ELIMINAÇÕES**

**DIURESE**  
( ) ESPONTÂNEA ( ) SVA A CADA: \_\_\_\_\_  
( ) HEMATÚRIA ( ) OLIGÚRIA ( ) ANÚRIA  
( ) POLIÚRIA ( ) SVD \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
ASPERC/O/CARACTERÍSTICA: \_\_\_\_\_

**EVACUAÇÃO**

( ) ESPONTÂNEA  
( ) ESTÍMULO: \_\_\_\_\_  
( ) AUSENTE \_\_\_\_\_ DIAS  
ASPECTO/CARACTERÍSTICA: \_\_\_\_\_

**APARELHO DIGESTÓRIO**

**ABDOMEN**  
( ) AFLACIDO ( ) GLOBOSO ( ) SEMI GLOBOSO  
( ) DISTENDIDO ( ) DOR A PALPAÇÃO  
( ) TIMPÂNICO ( ) MACIO ( ) RUÍDOS HIDROAÉREOS

**LOCOMOÇÃO**

( ) DEAMBULANDO ( ) CADEIRA DE RODAS  
( ) SOBRE MACA ( ) MULETA

**DIETA**

( ) AGSFO ( ) ORAL/COPINHO ( ) GTM  
( ) SO SNG \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
( ) RESÍDUO GÁSTRICO: \_\_\_\_\_  
( ) ZERO ( ) VÔMITO \_\_\_\_\_ vezes

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

EVOLUÇÃO 21/02/17 HORÁRIO: 21:00

**ASPECTO GERAL**

( ) CONSCIENTE ( ) ORIENTADO ( ) ALGO ORIENTADO  
( ) ATIVO ( ) REATIVO ( ) HIPOATIVO  
( ) HIPERTÔNICO ( ) HIPOTÔNICO  
( ) COMATOSO ( ) SEDADO ( ) ANASARCA ( ) EDEMA

**ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)**

( ) AVP: MSF  
( ) AVC: \_\_\_\_\_  
( ) Jelco: \_\_\_\_\_  
( ) Scalp.: \_\_\_\_\_

**INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB**

( ) HV \_\_\_\_\_  
( ) BI \_\_\_\_\_  
( ) ATB cefazol

**VENTILAÇÃO**

( ) O2 AMB ( ) MV \_\_\_\_\_ % ( ) HOOD: \_\_\_\_\_  
( ) ENTUBADO TOT Nº \_\_\_\_\_  
OBS: \_\_\_\_\_

**ELIMINAÇÕES**

**DIURESE**  
( ) ESPONTÂNEA ( ) SVA A CADA: \_\_\_\_\_  
( ) HEMATÚRIA ( ) OLIGÚRIA ( ) ANÚRIA  
( ) POLIÚRIA ( ) SVD \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
ASPECTO/CARACTERÍSTICA: \_\_\_\_\_

**EVACUAÇÃO**

( ) ESPONTÂNEA



**PELE**

( ) HIDRATADA ( ) RESSECADA ( ) ICTÉRICA  
 ( ) NORMOCORADA ( ) HIPOCORADA ( ) CIANOSE  
 ( ) EXTREMIDADE FRIAS (X) NORMOTÉRMICA  
 ( ) HIPOTERMIA: \_\_\_\_\_  
 ( ) HIPERTERMIA: \_\_\_\_\_  
 ( ) DRENO Local: \_\_\_\_\_  
 Característica do líquido: \_\_\_\_\_

**APARELHO CARDIOPULMONAR**

(X) EUPNEICO ( ) DISPNEICO ( ) TAQUIPNEICO  
 ( ) BRADIPNEICO ( ) TIRAGEM: \_\_\_\_\_  
 ( ) RUÍDOS ADVENTÍCIOS. TIPO: \_\_\_\_\_  
 ( ) TAQUICÁRDICO (X) NORMOCÁRDICO ( ) BRADICÁRDICO

OBSERVAÇÕES: Segue em guaxa

( ) ESTÍMULO: \_\_\_\_\_  
 (X) AUSENTE \_\_\_\_\_ DIAS  
 ASPECTO/CARACTERÍSTICA: \_\_\_\_\_

**APARELHO DIGESTÓRIO****ABDOME**

(X) FLACIDO ( ) GLOBOSO ( ) SEMI GLOBOSO  
 ( ) DISTENDIDO ( ) DOR A PALPAÇÃO  
 ( ) TIMPÂNICO ( ) MACIÇO ( ) RUIDOS HIDROAÉREOS

**LOCOMOÇÃO**

( ) DEAMBULANDO ( ) CADEIRA DE RODAS  
 (X) SOBRE MACA ( ) MULETA

**DIETA**

( ) AO SEIO (X) ORAL/COPINHO ( ) GTM  
 ( ) SOG/SNG: \_\_\_\_\_  
 ( ) RESÍDUO GÁSTRICO: \_\_\_\_\_  
 ( ) ZERO ( ) VÔMITO \_\_\_\_\_ vezes

Thaíryes Alamy C de Araújo  
 Enfermeira  
 COREN/RN 241.275

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro

EVOLUÇÃO 22/07/17

HORÁRIO: 08h

**ASPECTO GERAL**

(X) CONSCIENTE (X) ORIENTADO ( ) ALGO ORIENTADO  
 (X) ATIVO (X) REATIVO ( ) HIPOATIVO  
 ( ) HIPERTÔNICO ( ) HIPOTÔNICO  
 ( ) COMATOSO ( ) SEDADO ( ) ANASARCA ( ) EDEMA

**ACESSO VENOSO (Local e data de inserção)**

(X) AVP: MSE  
 ( ) AVC: \_\_\_\_\_  
 ( ) Jelco: \_\_\_\_\_  
 ( ) Scalp: \_\_\_\_\_

**INFUSÃO INTRAVENOSA MEDICAMENTOS/ATB**

( ) HV \_\_\_\_\_  
 ( ) BI \_\_\_\_\_  
 (X) ATB Amox

**PELE**

(X) HIDRATADA ( ) RESSECADA ( ) ICTÉRICA  
 (X) NORMOCORADA ( ) HIPOCORADA ( ) CIANOSE  
 ( ) EXTREMIDADE FRIAS (X) NORMOTÉRMICA  
 ( ) HIPOTERMIA: \_\_\_\_\_  
 ( ) HIPERTERMIA: \_\_\_\_\_  
 ( ) DRENO Local: \_\_\_\_\_  
 Característica do líquido: \_\_\_\_\_

**APARELHO CARDIOPULMONAR**

(X) EUPNEICO ( ) DISPNEICO ( ) TAQUIPNEICO  
 ( ) BRADIPNEICO ( ) TIRAGEM: \_\_\_\_\_  
 ( ) RUÍDOS ADVENTÍCIOS. TIPO: \_\_\_\_\_  
 ( ) TAQUICÁRDICO (X) NORMOCÁRDICO ( ) BRADICÁRDICO

OBSERVAÇÕES: Segue em guaxa**VENTILAÇÃO**

(X) O2 AMB ( ) MV \_\_\_\_\_ % ( ) HOOD: \_\_\_\_\_  
 ( ) ENTUBADO TOT Nº \_\_\_\_\_  
 OBS: \_\_\_\_\_

**ELIMINAÇÕES****DIURESE**

(X) ESPONTÂNEA ( ) SVA A CADA: \_\_\_\_\_  
 ( ) HEMATÚRIA ( ) OLIGÚRIA ( ) ANÚRIA  
 ( ) POLIÚRIA ( ) SVD: \_\_\_\_\_  
 ASPECTO/CARACTERÍSTICA: \_\_\_\_\_

**EVACUAÇÃO**

( ) ESPONTÂNEA  
 ( ) ESTÍMULO: \_\_\_\_\_  
 (X) AUSENTE \_\_\_\_\_ DIAS  
 ASPECTO/CARACTERÍSTICA: \_\_\_\_\_

**APARELHO DIGESTÓRIO****ABDOME**

(X) FLACIDO ( ) GLOBOSO ( ) SEMI GLOBOSO  
 ( ) DISTENDIDO ( ) DOR A PALPAÇÃO  
 ( ) TIMPÂNICO ( ) MACIÇO ( ) RUIDOS HIDROAÉREOS

**LOCOMOÇÃO**

( ) DEAMBULANDO ( ) CADEIRA DE RODAS  
 (X) SOBRE MACA ( ) MULETA

**DIETA**

( ) AO SEIO (X) ORAL/COPINHO ( ) GTM  
 ( ) SOG/SNG: \_\_\_\_\_  
 ( ) RESÍDUO GÁSTRICO: \_\_\_\_\_  
 ( ) ZERO ( ) VÔMITO \_\_\_\_\_ vezes

Thaíryes Alamy C de Araújo  
 Enfermeira  
 COREN/RN 241.275

Carimbo e Assinatura do Enfermeiro



PACIENTE Antônio Nobre  
 APTO.: \_\_\_\_\_ Nº REGIST. \_\_\_\_\_  
 CONVEN. \_\_\_\_\_

USO DE:		DATA / H	USO DE:	DATA
BOMBA DE INF.	DIL		ECG	
NEBULIZADOR	Nº		OXIG./UMIDIF.	
ASPIRADOR	DIL		BERÇO AQUECIDO	
CURATIVO			FOTOTERAPIA	
			INCUBADORA	

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
21.07.17	16:00	Paciente encaminhado ao CC sob monitoramento do maculeiro. Anotação de Rx.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
21.07.17	20:00	Paciente retornou do CC acompanhado de maculeiro.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
21.07.17	22:00	Adm. dipirona + alcl eu; Vit. B1 + alcl eu.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
22.07.17	24:00	Adm. Ketazol + alcl eu.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
22.07.17	04:00	Adm. dipirona + alcl eu.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
22.07.17	08:00	Adm. Ketazol + alcl eu.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
22.07.17	10:00	Adm. ind. eu. Vit. B1 + alcl eu + npi.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
22.07.17	14:00	Pct. foi realizada troca de curativo conforme prescrição.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703
22.07.17	14:15	Pct. saiu de alta hospitalar levando consigo todos os seus pertences pessoais. Anotação de Rx Exames laboratoriais e laudo.	Ana Karla Silva Santos Téc. de Enfermagem COREN-RN 990-703

**FRONTOLINCA**  
**Dr. Paulo Gurgel**


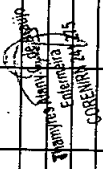
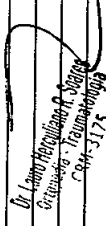
**PACIENTE - Y**

## REGISTRO

## PRESCRIÇÃO MÉDICA

Dr. Paulo Gurgel  
PACIENTE: Antônio sobre de Albuquerque Pinheiro APTO/ENF. 202 B  
REGISTRO: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_\_  
CONVÊNIO: \_\_\_\_\_

**DATA:**

PRESCRIÇÃO	HORARIOS
Droga lina 1 pss 10:30hs	
Spr. 0,9% 15cc cl 10/14/14	
Refexol 0,1 g 20 8/16/14	SND
Anipraxe 2cc 20 6/16/14	SND
Amoxicil 40 + 18cc 100 20/14/14	SND
PA + TPA	SND
 Dr. Leonardo de Oliveira A. Gomes CRM 3175	 Hospital Estadual de Curitiba CORENPR 20145
17 - Acta Hospitalar Tratar com ins.	
 Dr. Leonardo de Oliveira A. Gomes CRM 3175	

**RC FARMÁCIA**

**RECIBO**

[illegible]



## EVOLUÇÃO MEDICA

PACIENTE: Antonio M. M. M. REGISTRO: 123456789  
 APTO.: 1234 CONVENIO 1234  
 MÉDICO: 1234

CONVENIO

Dr. Lauro Heráclio P. Soares  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-3175

Dr. Lauro Herculano R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-3.75



**NOME:.**

Antônio Ulbré de A. Boneto

**REG.:**

**MÉDICO.:**

**CONVÊNIO.:**

## CONTROLE HÍDRICO E T.P.R.

**Aptō**

2023

[illegible]



Sistema  
Único de  
Saúde

Ministério  
da  
Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

RPTM

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Antonio Nobre de Albuquerque Bispo

6 - N° DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8191810029141110719119

8 - DATA DE NASCIMENTO

19/01/194

9 - SEXO

Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

Marina Ulenzo Balthazar

12 - TELEFONE DE CONTATO

DDD N° DO TELEFONE

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

14 - TELEFONE DE CONTATO

DDD N° DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO)

R. Abel 75 Bonito

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Ipom

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

RN

19 - CEP

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Part. inferior queda mot.  
11 fr. tibia e fêmur exten.  
Ventre osteomiel.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Alt. cingim

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Osse fino e raio x

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

fr. tibia

24 - CID 10 PRINCIPAL

S82.2

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Alt. us fr. tibia

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

070805050101

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

32 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Ortopedia e Traumatologia  
Cidade Iolite

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

1/1

35 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

CRM-RN 11724

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - N° DO BILHETE

41 - SÉRIE

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR

52 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

49 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

SUPERGRÁFICA - CURRAIS NOVOS - (84) 3431-1211

Estado do Rio Grande do Norte  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
Av. Mal. Floriano Peixoto, 117 - Centro - CEP 59700-000 Apodi - RN  
Telefone: (0xx84) 3333-2036  
E-MAIL: [smsapodi@rn.gov.br](mailto:smsapodi@rn.gov.br)

**ENCAMINHAMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - AIH**

Encaminhamos o (a) paciente **Antonio Nobre de A. Bisneto**, residente na rua Abiu, 26, COHAB - Apodi/RN. Registrado (a) no **CNS.:700609921326170**, para realizar os procedimentos de: **Procedimento múltiplo de fratura**, haja vista que o município não dispõe do (s) referido (s) procedimento(s).

Apodi/RN, 04 de julho de 2017.

Luis Sabino da Costa Neto  
Secretário Municipal de Saúde  
Portaria nº 0018/2017

**Responsável pela Autorização de Internação Hospitalar - AIH**

Luis Sabino da Costa Neto  
Secretário Municipal de Saúde  
Port. 0018/2017

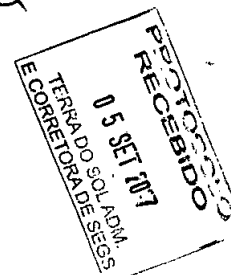




Dr. Lauro Herculano Rocha Soares  
CRM 3175

Antônio Roberto de A. Bispo

Paciente com diagnóstico  
de pseudotumor da tíbia esquerda,  
por sequele de fratura, de caráter  
crônico. Solicito pré-prostético e  
agendamento para procedimento.  
Incapacitante devido a mobilidade  
do osso em foco de fratura, com  
uso de muleta.



Dr. Lauro Herculano R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-3175

17.07.17

Rua Cel. Joaquim Manoel, nº 615 - Ed. Harmony Medical Center - Sl. 807 - Petrópolis - Natal/RN.





**PLANTÃO 24 HORAS**

CIRURGIAS - CLÍNICO GERAL  
PEDIATRIA - ORTOPEDIA  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES  
PRONTO-SOCORRO - RAIO-X

Rua Monte Sinai, 1948 - Fone: (84) 4008-5000 - (Ao lado do Nordeste Ponta Negra) - Natal/RN

Antônio Nobre da A. Bisneto

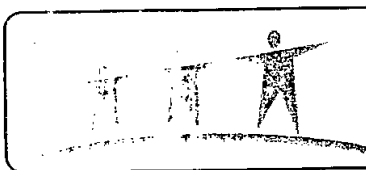
Paciente vítima de  
acidente de motocicleta em Janeiro  
2016, com fratura da tíbia esquerda  
que evoluiu com pseudartrose, o qual  
foi submetido a procedimento  
cirúrgico de fixação interna e  
luxado ósseo há  $\pm$  33 dias.  
Fratura em costureira. Sequela  
de atrofia muscular e diminuição  
da força do MIE.

RECEBIDO  
05 SET 2017  
TERRA DO SOL ADM  
E CORRETORA DE SEGUROS  
Dr. Lauro Herculanio R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-3175

Natal,

24/08/17

03



PRONTOCLÍNICA  
**Dr. Paulo Gurgel**  
Prontoclínica da Criança Ltda.

**PLANTAO 24 HORAS**

CIRURGIAS - CLÍNICO GERAL  
PEDIATRIA - ORTOPEDIA  
LABORATÓRIO DE ANÁLISES  
PRONTO-SOCORRO - RAIOS-X

Rua Monte Sinai, 1948 - Fone: (84) 4008-5000 - (Ao lado do Nordeste Ponta Negra) - Natal/RN

Antônio Nobre da A. Bisneto

paciente vítima de  
acidente de motocicleta em Janeiro  
2016, com fratura da tíbia esquerda  
que evoluiu com pseudartrose, o qual  
foi submetido a procedimento  
cirúrgico de fixação interna e  
exato tempo há  $\pm$  33 dias  
Fratura em consolidação. Sequela  
de atrofia muscular e diminuição  
da força do MIE.

Natal,

24/08/17

RECEBIDO  
05 SET 2017  
TERRA DO SOLADIM  
E CORRETORA DE SEGS

Dr. Lauro Herculanor R. Soares  
Ortopedia - Traumatologia  
CRM-3175

05 SET 17

DOCUMENTO 5 \*T5%\*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITACAO

ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

DOC. IDENTIFIC. / DATA EMISSAO DE 2808714 / 168570715

CPF 700.013.764-97 / DATA NASCIMENTO 13/01/1994

NOME LUCICLAUDIO SILVA  
NOME MARIA VERLÂNDIA  
BRILHANTE

PROBADO / DATA 23/08/2013 / 23/08/2013

EXERC. ATIV. REMISSAO

APOD. / DATA 25/08/2014

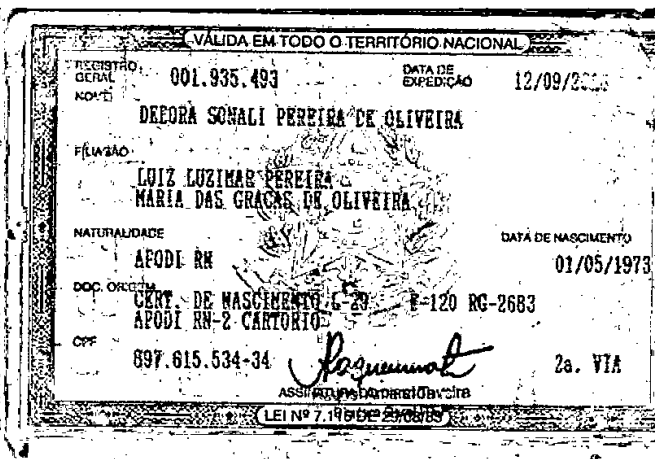
89842171286  
RN702029774

SECRETARIA DE HABITACAO DO NOROESTE

959454330

PROTOCOLO  
RECEBIDO  
23 MAR 2017  
TERRA DO SOL ADM.  
E CORRETORA DE SEGS

VITIMA



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOVA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte

Rua Memm, 150, Bairro, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250

CNPJ 08.324.195/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE

DEBORA SANDI PEREIRA DE OLIVEIRA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA DEPUTADO DALTON CUNHA 198

CNPJ: 897.615.534-34 NIS: 16009181314

PEQUENA/ÁREA URBANA

APODI RN

59700-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL

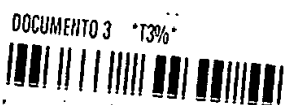
BAIXA RENDA COM NIS

Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
0523806017	11/2016
DATA DE VENCIMENTO	DATA PROPOSTA PRÓXIMA LECTURA
01/12/2016	02/12/2016
TOTAL A PAGAR (R\$)	48,12

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
000093444	UNICA	03/11/2016
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
03/11/2016	3000612812	55728

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,000000	0,16475249	5,54
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,000000	0,31571856	22,17
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	28,000000	0,47507224	13,30
Acrescimo Bandeira AMARELA			0,13
ICMS-Parcela Subvenção			4,98



PROTOCOLO RECEBIDO

23 MAR 2017

TERMINO DO SOL ADM.

CORRETORA DE SEGS

TOTAL DA FATURA 48,12

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	Tipo DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	LEITURA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ATUAL	Nº DE CONSTATANTE	CONSUMO (KWH)
7017259	Cat	05/09/2016	15.000,00	03/11/2016	16.128,00	1.000,00	128,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
MÊS	CONSUMO (KWH)	BASE DE CÁLCULO	VALOR DO IMPORTE
NOV 16	128	10,00	7,40
OUT 16	146	1,10	0,45
SET 16	136	5,73	2,36
AGO 16	123		
Jul 16	134		
JUN 16	135		
Mai 16	121		
ABR 16	132		
MAR 16	116		
Fev 16	126		
JAN 16	117		
DEZ 15	127		
NOV 15	123		

TARIFAS APLICADAS	
Consumo Ativo até 30 kWh	0,16475249
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,31571856
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,47507224

RESERVAÇÃO FISCAL	
163F3878 C85C 823C E449 E244 B80E F488	

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

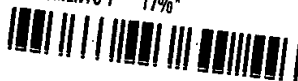
O consumidor deve estar atento às informações da fatura e verificar se estão corretas. Qualquer dúvida deve ser encaminhada para o atendimento ao cliente no telefone 0800 040 0000, no horário de atendimento de 9h às 18h, de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail atendimento@cosern.com.br.

DOCUMENTO 6 \*T6%\*



<b>REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>MINISTÉRIO DAS RODAS</b>		<b>DETRAN - RN 8935/ 2017</b> <b>CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO</b>		<b>REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>MINISTÉRIO DAS RODAS</b>	
Nº 010618047620 DETRAN - RN 8935/ 2017		Nº 010618047620 DETRAN - RN 8935/ 2017		Nº 010618047620 DETRAN - RN 8935/ 2017	
VIA: 1 CDD RENAVAM: 0297851664 RNDIC: 2014		VIA: 1 CDD RENAVAM: 0297851664 RNDIC: 2014		VIA: 1 CDD RENAVAM: 0297851664 RNDIC: 2014	
NOME: LIGIER DAVID VINIA FORTUNA CPF: 089.756.844-45 DATA EMISSÃO: 25/08/2014		NOME: LIGIER DAVID VINIA FORTUNA CPF: 089.756.844-45 DATA EMISSÃO: 25/08/2014		NOME: LIGIER DAVID VINIA FORTUNA CPF: 089.756.844-45 DATA EMISSÃO: 25/08/2014	
PLACA: NAL70915 MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 PAN ANO FAB: 2008 CILINDRADA: 125		PLACA: NAL70915 MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 PAN ANO FAB: 2008 CILINDRADA: 125		PLACA: NAL70915 MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 PAN ANO FAB: 2008 CILINDRADA: 125	
CATEGORIA: 1 COTA ÚNICA: R\$ 0.00 PARCELAMENTO: 2x R\$ 0.00		CATEGORIA: 1 COTA ÚNICA: R\$ 0.00 PARCELAMENTO: 2x R\$ 0.00		CATEGORIA: 1 COTA ÚNICA: R\$ 0.00 PARCELAMENTO: 2x R\$ 0.00	
PREÇO TARFÁRIO (R\$): 0.00 TAXAS DETRAN: R\$ 0.00 PREÇO TOTAL (R\$): 0.00		PREÇO TARFÁRIO (R\$): 0.00 TAXAS DETRAN: R\$ 0.00 PREÇO TOTAL (R\$): 0.00		PREÇO TARFÁRIO (R\$): 0.00 TAXAS DETRAN: R\$ 0.00 PREÇO TOTAL (R\$): 0.00	
MOTUS: JC30278527897		MOTUS: JC30278527897		MOTUS: JC30278527897	
APROV. RJ: 25/08/2014		APROV. RJ: 25/08/2014		APROV. RJ: 25/08/2014	

DOCUMENTO 7 \*17%\*

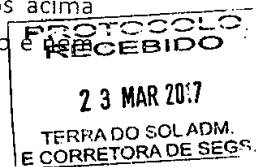


## JUSTIFICATIVA DA FALTA DE PRONTUARIO COMPLETO

Eu, Antonio Edson de Albuquerque Pinheiro, brasileiro (a),  
portador do Rg nº 2.808.714 e CPF 700.013.764-97,  
residente e domiciliado (a) Rua = Abreu  
Bairro COMAB Município Apodi, venho perante a  
seguradora Líder dos consórcios, afirmar que não tenho nenhum desses documentos  
exigidos pela seguradora Líder.

1. Relatório de internamento com indicações das lesões produzidas pelo trauma, datas e tratamentos realizados (clínicos, cirúrgico e fisioterapêuticos) e data de alta hospitalar.
2. Relatório de tratamento com indicações das lesões produzidas pelo trauma, datas e locais de tratamento realizados (clínicos, cirúrgicos e fisioterápicos) e data de conclusão do tratamento.

Venho por essa declarar que não tenho nenhum desses documentos acima citados. Pois devidos muitos problemas não fiz o tratamento por completo e não tenho condições de fazer.



Espero que os senhores compreendam a minha situação e assim possa dar prosseguimento ao meu processo concluindo com a MARCAÇÃO DE PERICIA para confirmar minhas sequelas de acordo o laudo medico.

Local Apodi 25/01 Data 2016

Atenciosamente

Antonio Edson de Albuquerque Pinheiro

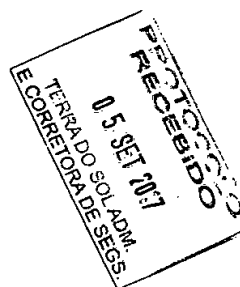
Outros



Eu, Antonio Nobre de Albuquerque Bimeto com RG N° 2.808.714 e o CPF de N° 700.013.764.97, com o número 3170169898 venho solicitar que a seguradora lição pessoa analise e arranje um seguro para que possa marcar pericia para que o medico possa me avaliar e da seu parecer final. Então assim solicito a analise do seguro de invalidez.

x

Antonio Nobre de Albuquerque Bimeto



Outros



### DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Antonio Nelson de Albuquerque Blometo

RG nº 2.808.714, data de expedição 05/04/2006, Órgão ITFP

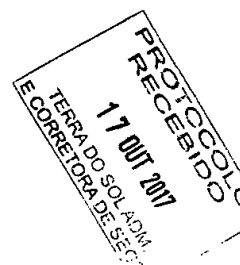
CPF nº 70.03.769.97, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua = Alim</u>
Número	<u>28</u>
Apto / Complemento	<u>Caraca</u>
Bairro	<u>CONAB / APÓDI</u>
Cidade	<u>Apodi</u>
Estado	<u>Rio Grande do Norte</u>
CEP	<u>59700-000</u>
Telefone de Contato	<u>84.9.91334320 / 9.96636221 / 9.91233471</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Apodi / RN 16/10/2017

Assinatura do Declarante: Antonio Nelson de Albuquerque Blometo





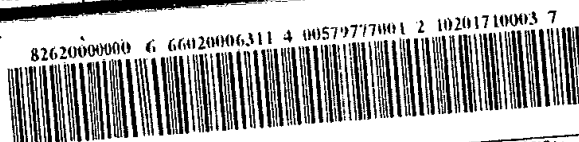


COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE  
Avenida Senador Salgado Filho, 1555, Tirol, CEP 58015-000  
CNPJ: 08.334.389/0001-38 | INSC. Estadual: 20055.424-5  
Admin. Central (40) 3332-4332 / Ouvidoria (40) 3332-4382

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO  
R. 1250 - 125 - APODI RN-401  
R. 1250 - 125 - APODI RN-401  
08000-840195  
33332164

CONTA DE CONSUMO DE AGUA E SERVIÇOS  
IMRESSO EM 06/10/2017 AS 08:53:19

DADOS DO CLIENTE		MATRÍCULA	MES/ANO
LUCICLAUDIO SILVA NOBRE RUA ABIU, II 26 - APODI APODI RN 59000-000		579770	10/2017
INSCRIÇÃO	311.001.095.0067.000	QUANTIDADE DE ECONOMIAS	
QUOTA	2	RESIDENCIAL	
SEQ. QUOTA	010	COMERCIAL	
SITUAÇÃO AGUA	LIGADO	INDUSTRIAL	
CONSUMO AGUA (M3):	16	POTENCIAL	
DATA LEITURA:	06/10/2017		
LEIT. ATUAL:	441		
LEIT. ANTER.	425		
DIAS CONSUMO:	32		
HISTORICO DE CONSUMO			
REF.	CONSUMO	REF.	CONSUMO
09/2017	14	07/2017	11
08/2017	11	06/2017	11
DESCRICAO		CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA			
RES ENTRE 50 E 100M 1 UNIDADE(S)		10 M3	38,32
ATE 10 M3 - 38,32 POR UNIDADE		5 M3	21,35
11 M3 A 15 M3 - R\$ 4,27 POR M3		1 M3	5,05
16 M3 A 20 M3 - R\$ 5,05 POR M3			0,87
MULTA P/IMPONTUALIDADE 08/2017			0,43
JUROS DE MORA 07/2017			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	64,72	1,65	1,07
COFINS	64,72	7,6	4,92
TOTAL A PAGAR			66,02
VENCIMENTO: 30/10/2017			
MONITORAMENTO MENSAL DA QUALIDADE DA AGUA DISTRIBUIDA			
Parâmetros	Turbidez	PH	Col. Total
Valores Recomendados	≤ 5,0 NTU	6,0 a 9,3	% de Ausência
Valores Obtidos	0,31	6,92	100,0 %
			Cloro Residual Livre
			0,2 a 2,0 mg/L
			0,69
			Nitrate (como N)
			≤ 10,0 mg/L



MATRÍCULA	MES/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
579770	10/2017	30/10/2017	66,02



COMPROVANTE DA CAERN

RECIBO  
17 OUT 2017  
TERRA DO SOL ADM.  
E CORRETORA DE SEGS.

## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170169848 **Cidade:** Apodi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE **Data do acidente:** 23/01/2016 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A  
BISNETO

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 21/09/2017

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Sim

**Diagnóstico:** FRATURA EXPOSTA DE PERNA ESQUERDA

**Resultados terapêuticos:** A ESCLARECER

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** VÍTIMA JÁ INDENIZADA EM MI ESQUERDO: 50% DE 70%  
A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA NÃO PERMITE AVALIAR SEQUELAS

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

### PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

**Nome do médico:** JORGE ALBERTO C DE SOUZA

**CRM do médico:** 52.37730-0

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170169848 **Cidade:** Apodi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE **Data do acidente:** 23/01/2016 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A  
BISNETO

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 31/03/2017

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA EXPOSTA DE PERNA ESQUERDA

**Resultados terapêuticos:** COM SEQUELA

**Sequelas permanentes:** LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO MI ESQUERDO

**Sequelas:** Com sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:** INVALIDEZ PARCIAL / MI ESQUERDO: 50% DE 70%

**Documentos complementares:**

**Observações:**

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00

### PRESTADOR

VISÃO MÉDICA LTDA

**Nome do médico:** JORGE ALBERTO C DE SOUZA

**CRM do médico:** 52.37730-0

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3170169848 **Cidade:** Apodi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE **Data do acidente:** 23/01/2016 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A  
BISNETO

### PARECER

**Diagnóstico:** Fratura exposta em perna esquerda.

**Descrição do exame médico pericial:** Déficit funcional moderado do membro inferior esquerdo.

**Resultados terapêuticos:** Fratura consolidada com tratamento cirúrgico utilizando fixador externo e após cerca de 1 ano nova cirurgia para implante de placa fixadora. Alta definitiva desde outubro de 2017. Evoluiu com disfunção motora durante a marcha e limitação moderada da flexo extensão do tornozelo esquerdo e joelho esquerdo.

**Sequelas permanentes:** APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 21/12/2017

**Conduta mantida:**

**Observações:** NOTA DO REVISOR - MANTIDO ENQUADRAMENTO EM MEMBRO DEVIDO A REPERCUSSÃO NO MESMO -

**Médico examinador:** GUIDO FERREIRA NUNES JUNIOR

**CRM do médico:** 7288

**UF do CRM do médico:** RN

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00

### PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

**Médico revisor:** MARCUS HERRERA R ALMEIDA

**CRM do médico:** 52.20028-8

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

DOCUMENTO 4 \*T4%\*



## PROCURAÇÃO

## OUTORGANTE

NOME:	Antonio Nelson de Albuquerque Bionete
NACIONALIDADE:	Brasileiro
PROFISSÃO:	Motorista
IDENTIDADE:	2.808.714
ENDEREÇO:	Rua Alui

## OUTORGADO

NOME:	Deborah Denali Pereira de Oliveira	<b>PROTOCOLO RECEBIDO</b>  <b>23 MAR 2017</b>  TERMO DE SOL ADM. E CORRETORA DE SEG
NACIONALIDADE:	Brasileira	
PROFISSÃO:	Agricultora	
IDENTIDADE:	CPF. 935.493	
ENDEREÇO:	Deputado Dalton Cunha	

Pelo presente instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado, acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

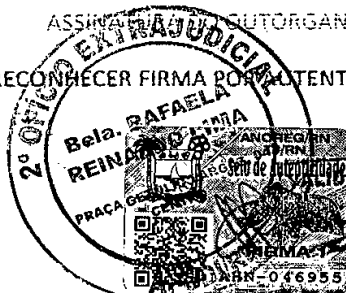


Apodi/RN 08/06/2016

LOCAL E DATA

Antonio Nelson de Albuquerque Bionete

ASSINATURA DO OUTORGANTE  
(RECONHECER FIRMA PARA AUTENTICIDADE)



SOBRE O  
DE AUTENTICIDADE

Reconheço por <input checked="" type="checkbox"/> autenticidade / <input type="checkbox"/> semelhança a firma de <u>Antonio Nelson de Albuquerque Bionete</u>	Em testemunho da verdade Apodi-RN, 08/06/2016 Raíssa Cristina de Oliveira ( ) Tradutor ( ) Substituta (X) Escrevente Autorizada
Assinatura de <u>Antonio Nelson de Albuquerque Bionete</u>	
Assinatura de <u>Antonio Nelson de Albuquerque Bionete</u>	
Assinatura de <u>Antonio Nelson de Albuquerque Bionete</u>	

SEGUNDO CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL  
TABELA  
Rafaela Reinado Lima



Seguradora Líder - DPVAT

---

Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2017

Carta nº 10563033

a/c: ANTONIO NOBRE DE ALBURQUERQUE BISNETO

Sinistro: 3160190613 ASL-0103821/16  
Vitima: ANTONIO NOBRE DE ALBURQUERQUE BISNETO  
Data Acidente: 23/01/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT



Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 2016

Carta nº: 9593932

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBURQUERQUE BISNETO

Sinistro: 3160190613 ASL-0103821/16  
Vítima: ANTONIO NOBRE DE ALBURQUERQUE BISNETO  
Data Acidente: 23/01/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **19/08/2016** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **23/01/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Comprovante de residência não conclusivo
- Declaração do Proprietário do Veículo autenticado

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na SOMPO SEGUROS S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00723/00724 - carta\_03





## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

DOCUMENTO 1 \*T1%\*



CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Antônio Nobre de Albuquerque Buneiro  
PORTADOR(A) DO RG Nº 2808714 EXPEDIDO POR SSP/RN EM 03/04/2006 E  
CPF 7000043764-97 / CNPJ 0000000000-00000000, PROFISSÃO motorista  
E RENDA MENSAL DE R\$ 880,00 (\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO  
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Antônio Nobre de A. Buneiro, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

**IMPORTANTE:** Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 001 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0892-3 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 24.594-1

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).

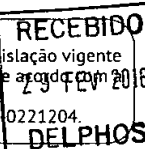
Nº do BANCO 1 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 1 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 1

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO. DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

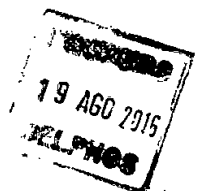
Apoeci 19 de Fevereiro de 2016 Antônio Nobre de A. Buneiro  
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

### ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204.









ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE APODI  
Telefone: (84) 3333-2737

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
- Secretaria do Interior -  
POLÍCIA CIVIL  
Delegacia Municipal de Apodi

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 097/2016**

Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE VEÍCULO AUTOMOTOR  
Tipo do Acidente: COLISÃO MOTO X MOTO  
Data e Hora do Acidente: 23 de Janeiro de 2016 16:40 h  
Local da Ocorrência: Em frente ao Parque de Vaquejada Francisco Joaquim de Sales – Apodi/RN

**Identificação do Comunicante:**

Nome: LISMAR DARIO VIANA FERREIRA  
CPF / Identidade RG.: 003.133.426 SSP/RN CPF: 068.756.644-45  
Naturalidade: Apodi/RN Data Nascimento: 12/11/1986  
Pai: Luiz Ferreira Neto  
Mãe: Maria Divanir Viana Ferreira  
Endereço: Rua Antonio Marcos Teixeira Diniz, 351, Bacurau I – Apodi/RN

**Identificação da Vítima:**

Nome: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
CPF / Identidade RG.: 2808714 SSP/RN CPF: 700.013.764-97  
Naturalidade: Apodi/RN Data Nascimento: 13/01/1994  
Pai: Luciclaudio Silva Nobre  
Mãe: Maria Verlandia Brilhante  
Endereço: Rua Abiu, 26, COHAB – Apodi/RN  
Condutor ou Passageiro? Condutor – CNH 05860337803

**Identificação do Veículo:**

Tipo: MOTICLETA Marca/Modelo: HONDA / 125 FAN  
Placa: NNJ-0915/RN Cor: PRETA  
Proprietário: LISMAR DARIO VIANA FERREIRA - Comunicante

**HISTÓRICO:**

O comunicante comparece a esta delegacia de policia civil para registrar a ocorrência de **Acidente de Veiculo Automotor / Colisão**; Que informa que a vitima acima identificada vinha conduzindo a sua motocicleta nas proximidades do Parque de Vaquejada nesta cidade quando em determinado momento em decorrência da chuva que estava caindo perdeu o controle e colidiu com uma moto que se encontrava parada / Estacionada; Que informa o comunicante que vinha em outra motocicleta atrás e que fez a ligação para o SAMU local, que prestou os primeiros socorros e conduziram a vitima até o Hospital Tarcisio Maia na cidade de Mossoró/RN; Que informa que a vitima ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO teve fratura exposta na perna esquerda e foi submetido a cirurgia naquele Hospital. E nada mais disse.

**OBS.:** É de inteira responsabilidade do/a comunicante, a informação prestada neste BO. Se comprovadamente falsa a comunicação, sujeitar-se-á o responsável as sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável – Artigo 340 do Código Penal.

Local e data deste Registro: Apodi, 25 de janeiro de 2016.

*Lismar Dario Viana Ferreira*  
Comunicante / Vítima

*Fco. Ambrósio*  
Responsável Pelo Registro

RECEBIDO  
29 FEV 2016  
DELPHOS

SECRETARIA DE INTERIORES 14 25/02/2016 11:53 - 000009093

EM BRANCO

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Antônio Nóbrega de Albuquerque Bisneto, portador da carteira de identidade nº 2808734 e inscrito no CPF/MF sob o nº 300.013.764-97, residente e domiciliado na Rua: Alvi, Nº 26, Conjunto Cohab, Cidade Apodi, Estado Rio Grande do Norte, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Antônio Nóbrega de Albuquerque Bisneto

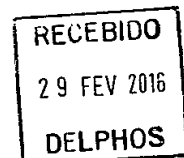
Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

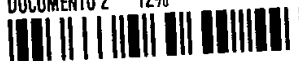
Apodi - RN 19 FEVEREIRO

Local e data



SEGURADORA LIDER RNT 14/25/02/2016 11:54 - 000008097





Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA NETO

REGISTRO N°

2547.286

## PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome:

D. N.

Idade:

Profissão:

Cartão SUS:

Endereço: Rua:

Bairro:

Cidade:

U.F.:

Fone:

Filiação: Mãe:

Pai:

Data:

Hora:

A.C.C.R.:

## 1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

queixa principal de dor no abdômen, com início em 20/01/2016, com febre e vômito.

## 2 - EXAME FÍSICO

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTA CONFORME O ORIGINAL  
SABE-MO-SORO  
SABE-MO-SORO

SEMPRE ASSINAR EM 14/01/2016 11:14 - 00000000

## 3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Prófusa suspeita de pneumonia

RECEBIDO

28 FEB 2016

DELPHOS



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

RELATÓRIO DE HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO

NOME  
SERVIÇO:

Antonio Roberto de Albuquerque Neto

UF: RN  
ENF:

Nº REG:

LEITO:

HISTÓRIA CLÍNICA

\* fratura exposta de fêmur esquerdo, submetido  
a cirurgia + fixação interna  
→ Obleto sem infecção.

Dr. Danilo M. M. M.  
Ortopedia e Traumatologia  
TEOT 13919 CRM/RN 7733

359 980089 1009 09197 14 25/02/2016 11:54 - 000008194

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o usuário dos Serviços de saúde:  
Antonio Roberto de Almeida 22 anos, foi  
atendido pela equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU-  
192/RN da cidade de Apodi, no dia 25/02/2016 às 17:16 horas no  
endereço em uma rua sem nome, na comunidade de Vargapolo  
paciente vítima de Quedor de moto

A presente declaração expressa a Verdade

Apodi-RN, 25 de Janeiro de 2016

José Duégiton Torres de Moraes  
Enfermeiro  
COREN/RN 245420

**SAMU**  
José Duégiton Torres de Moraes  
JOSÉ DUÉGITON TORRES DE MORAIS  
COORDENADOR DO SAMU APODI  
COREN/RN 245420

SEQUIROSA LIDER MNT 14 25/02/2016 11:54 - 000006097

**192**

SAMU METROPOLITANO OESTE - APODI/RN - DECLARAÇÃO N°      /2014  
SAMU - 192 - samumetropolitano@gov.rn.br

RECEBIDO

29 FEV 2016

DELPHOS



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Antônio Nóbrega de Albuquerque BisnetoRG nº 2808714, data de expedição 05/04/2006 Órgão SSP / RN

CPF nº 300.013.764-97 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua - Alceu</u>
Número	<u>26</u>
Apto / Complemento	<u>casa</u>
Bairro	<u>conjunto Cohab</u>
Cidade	<u>Apodi</u>
Estado	<u>Rio Grande do Norte</u>
CEP	<u>59700000</u>
Telefone de Contato	<u>(84) 99115-5990</u>
E-mail	<u>nobrega.neto@hotmail.com</u>

SECRETARIA LIDER PART 14 25/02/2016 11:55 - 000008098

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Apodi, 25 de janeiro de 2016Assinatura do Declarante: Antônio Nóbrega de A. Bisneto

RECEBIDO  
29 FEV 2016  
DELPHOS





## Declaração do Proprietário do Veículo

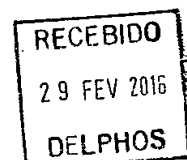
Eu, Guilherme Dias Viana Ferreira,  
 RG nº 003133426, data de expedição 07/07/2009,  
 Órgão SSP/RN, portador do CPF nº 068.796.644-45 com  
 domicílio na cidade de Apodi, no Estado de  
Rio Grande do Norte onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Antônio Marcos Teixeira Diniz, nº 351,  
 complemento Rua, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
 mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
 vítima Antônio Nóbrega de A. Brito cujo o condutor era  
Antônio Nóbrega de Albuquerque Brito.

Veículo: motocicleta  
 Modelo: Honda Foron 125  
 Ano: 2008  
 Placa: NNJ 0915  
 Chassi: 9C2JC30708R627897  
 Data do Acidente: 23.01.2016  
 Local e Data: Apodi, 25 de Janeiro de 2016

Guilherme Dias Viana Ferreira  
 Assinatura do Declarante

\*Antônio Nóbrega de Albuquerque Brito  
 Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )

SEI/PRORON LIDER PRURT 14 25/02/2016 11:55 - 000008009





Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA NETO

REGISTRO N°

2547.286

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome:

Antonio Eduardo de Rueta

D. N.

Idade:

26

Profissão:

Alfabetizador

Cartão SUS:

Endereço: Rua:

Cidade:

Ipipiranga

Bairro:

U.F.:

Fone:

Filiação: Mãe:

Pat:

Data:

28/02/16

Hora:

19:00

A.C.C.R.:

URGENTE

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

queixa principal de dor no abdômen, com início em 12/02/16, com dor progressiva e constante.

2 - EXAME FÍSICO

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTA CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ  
SAME ARQUIVO

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Pré-eclâmpsia

RECEBIDO

29-FEV-2016

DELPHOS



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

RELATÓRIO DE HISTÓRIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO

NOME: *Antonio Roberto de Albuquerque Neto* Nº REG: \_\_\_\_\_  
SERVIÇO: \_\_\_\_\_ ENFª: \_\_\_\_\_ LEITO: \_\_\_\_\_

HISTÓRIA CLÍNICA

*\* fratura exposta de perna esquerda, submetida  
a amputação cirúrgica + fixação interna  
→ evolui sem intercorrências.*

Dr. Danilo Miranda  
Ortopedia e Traumatologia  
TEOT 13919 CRM/RN 7733

SEMPRODOR LUGAR 14 25/02/2016 11:54 - 00000094

RECEBIDO

29 FEV 2016

DELPHOS

SUS Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde				2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE H. R. T. M.					
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE H. R. T. M.				4 - CNES	
Identificação do Paciente				6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE Antonio Nobre de Albuquerque Bisnito					
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 81918101012194411071911913181194				8 - DATA DE NASCIMENTO 13/01/194	
9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 3				10 - RAÇA/COR	
11 - NOME DA MÃE Maria Virlande Brilhante				12 - TELEFONE DE CONTATO DDD Nº DO TELEFONE	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL				14 - TELEFONE DE CONTATO DDD Nº DO TELEFONE 81418181119798	
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) R. Abel, 26 B. Coque				16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Apodi	
17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO				18 - UF RN	
19 - CEP					
JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO					
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS #fratura exposta de punho esquerdo em acidente de moto					
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Necessidade de cirurgia ortopedica					
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Aproximadamente 10 cm de fratura exposta de punho					
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura exposta de punho					
24 - CID 10 PRINCIPAL					
25 - CID 10 SECUNDÁRIO					
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Fratura exposta de punho esquerdo					
28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO					
29 - CLÍNICA					
30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO					
31 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF					
32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 81917203812104					
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE Daniel Miná					
34 - DATA DA SOLICITAÇÃO 23/01/16					
35 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO Ortopedia e Traumatologia 15013919 ORTODONTIA 735					
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)					
36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO					
37 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO					
38 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO					
40 - Nº DO BOMBEIRO					
41 - CNPJ DA SEGURADORA					
42 - CNPJ EMPRESA					
43 - CNAE DA EMPRESA					
44 - CBOR					
45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURO					
AUTORIZAÇÃO					
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR					
47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR					
52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR					
48 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF					
49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR					
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO					
51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)					

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA  
ESTA COPIA É O ORIGINAL  
SAME MO 26/01/16  
SAME ARQUIVO

RECEBIDO  
29 FEV 2016  
DELPHOS



Sistema  
Único de  
Saúde

Ministério  
da  
Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

PRM

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

2 - CNES

4 - CNES

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Antonio Nobre de Albuquerque Bispo

6 - N° DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19

8 - DATA DE NASCIMENTO

19/01/194

9 - SEXO

Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

Maria Oliveira Bonfante

12 - TELEFONE DE CONTATO

DDD N° DO TELEFONE

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

14 - TELEFONE DE CONTATO

DDD N° DO TELEFONE

15 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO)

R. Abel 75 Ocoara

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Araripe

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

2600000

18 - UF

PE

19 - CEP

55000000

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Part. int. queda mot.  
11 fr. tibia e fêmur direito.  
Sem alterações.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Alt. cingim.

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Acne fimo e raio x

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fr. tibia

24 - CID 10 PRINCIPAL

S82.2

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Alt. fr. tibia

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

04080505010

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

32 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Ortopedia e Traumatologia

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

11/11

35 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJECTO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

40 - N° DO BILHETE

41 - SÉRIE

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

44 - CBOR

45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR

52 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

49 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

11/11

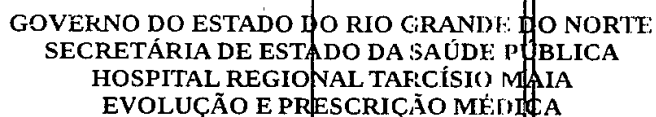
51 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

RECEBIDO

29 FEV 2016

DELPHOS

Supervisão - CURRIS NOVOS - (84) 3431-1211



Nome: Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto  
CLÍNICA CIRÚRGICA - Leito: 217-2  
DATA DE ADMISSÃO: 23/01/2016

DATA

## EVOLUÇÃO

#2 DIH: Fratura exposta de perna E por acidente de moto- Corri 1E

Nega dor e febre.  
Ferida operatoria sangrante  
Diurese fisiológica. Nega evacuação  
Neurovascular preservado  
BEG, consciente, orientado, normocorado, aa  
ACP: sem alterações  
ABD: plano, flácido, indolor à palpação.

DATA

## PRESCRIÇÃO

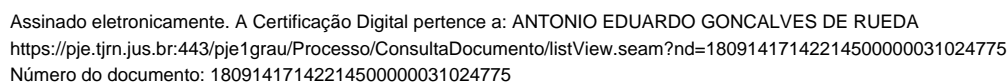
## HORÁRIO

- 1 Dieta livre
- 2 SF a 0,9% - 1500 ml EV/24 hs
- 3 Cefalotina 1gr EV 6/6 hs
- 4 Dipirona 1g EV 6/6 hs
- 5 Tenoxicam 40 mg EV / dia
- 6 Omeprazol 40 mg EV/dia
- 7 Curativo diario
- 8 SSVV e CCGG

10-16-77-64  
10-16-77-64  
10  
06

STANDARD LINE UNIT 14 25/02/2016 11:54 - 00000000

Dr. Rodrigo Ales Burreto  
Ortopedia e Traumatologia  
Cir. do Joelho  
CRM-RN 475 TEOR 11.724





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto  
CLÍNICA CIRÚRGICA - Leito: 217-2  
DATA DE ADMISSÃO: 23/01/2016

DATA

EVOLUÇÃO

24/01/16 # Fratura exposta de perna E  
Fixador externo  
Ferida operatoria sangrante  
Neurovascular preservado  
RX de controle pos op não realizado

Solicito RX de controle

DATA

PRESCRIÇÃO

HORÁRIO

- 1 Dieta livre
- 2 SF a 0,9% - 1500 ml EV/24 hs
- 3 Cefalotina 1gr EV 6/6 hs
- 4 Dipirona 1g EV 6/6 hs
- 5 Tenoxicam 40 mg EV / dia
- 6 Omeprazol 40 mg EV/dia
- 7 Curativo diario
- 8 SSVV e CCGG

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
25/02/2016 11:54 - 000000095

RECEBIDO

29 FEV 2016

DELPHOS

SUS Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
Identificação do Estabelecimento de Saúde				2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE					
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE				4 - CNES	
Identificação do Paciente				6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE					
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)				8 - DATA DE NASCIMENTO	
9 - SEXO				10 - RAÇA/COR	
11 - NOME DA MÃE				12 - TELEFONE DE CONTATO	
13 - NOME DO RESPONSÁVEL				14 - TELEFONE DE CONTATO	
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)				17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO	
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA				18 - UF	
19 - CEP					
JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO					
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS					
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO					
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)					
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL					
24 - CID 10 PRINCIPAL					
25 - CID 10 SECUNDÁRIO					
26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO					
28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO					
29 - CLÍNICA					
30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO					
31 - DOCUMENTO					
32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE					
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE					
34 - DATA DA SOLICITAÇÃO					
35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)					
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)					
36 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO					
37 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO					
38 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO					
45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA					
46 - ( ) EMPREGADO					
47 - ( ) EMPREGADOR					
48 - ( ) AUTÔNOMO					
49 - ( ) DESEMPREGADO					
50 - ( ) APOSENTADO					
51 - ( ) NÃO SEGURADO					
AUTORIZAÇÃO					
48 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR					
47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR					
52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR					
49 - DOCUMENTO					
50 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR					
51 - DATA DA AUTORIZAÇÃO					
52 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)					

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTA COPIA É O ORIGINAL  
SAME Nº 26111/26  
SAME ARQUIVO

RECEBIDO  
29 FEV 2016  
DELPHOS

508500000 - 14:11 9102/2016 14 25/02/2016 11:54 000000000





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SESAP - Secretaria de Estado da Saúde Pública  
Hospital Regional Tarcísio de Vasconcelos Maia

FICHA INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

23/01/16		19:20	
DATA DA ENTRADA		HORA	
Nome do Usuário:* Antonio Nobre de Albuquerque Bineto		Naturalidade Apodi	
Filiação* Luciolaudio Silva Nobre Maria Verlanelio Brilhante			
Estado Civil:* V. Batavel	Data de Nascimento:* 13/01/94	Idade: 22	Sexo: F <input checked="" type="radio"/> M <input type="radio"/>
Renda Mensal R\$:			
Endereço:* R. Abim		N° 26	
Bairro:* Cruz. COAB	Cidade:* Apodi	Profissão: Comerciante	
Ponto de Referência:			
CNS - Cartão Nacional do SUS:* 898 0029 4410 7919		CPF:* 700.013764-97	RG:* 2808714
Telefone para contato:* 9103-3286. M. M.			
Pessoa Responsável:* Luciola Silva Nobre		Grau de parentesco: Tio	Telefone:* 9-8881-9798.

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

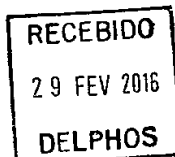
CASA	<input checked="" type="checkbox"/>	PRÓPRIA	<input checked="" type="checkbox"/>	ALUGADA	<input type="checkbox"/>	CEDIDA	<input type="checkbox"/>	TELEFONE	<input type="checkbox"/>
ÁGUA	<input checked="" type="checkbox"/>	LUZ	<input checked="" type="checkbox"/>	TAIPA	<input type="checkbox"/>	ALVENARIA	<input checked="" type="checkbox"/>		
NÚMERO DE PESSOAS QUE RESIDEM	<input type="checkbox"/>	CRIANÇA	<input type="checkbox"/>	ADOLESCENTE	<input type="checkbox"/>	ADULTO	<input checked="" type="checkbox"/>	IDOSO	<input type="checkbox"/>

PROCEDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

CRACHÁ	<input checked="" type="checkbox"/>	REFEIÇÃO	<input type="checkbox"/>	NORMAS E ROTINAS	<input type="checkbox"/>	ORIENTAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>
MOTIVO DA INTERNAÇÃO:* Acidente de moto / fratura exposta							
CLÍNICA	DIFUSOR		LEITO	217-02			
Observações:							

Data: 24/01/16

Assistente Social



SEGURADORA LIDER KWART 14 25/02/2016 11:54 - 000008096

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Assinatura do titular: Antonio Nobre de A. Bisneto

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2808714 1.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 05/04/2006

NOME ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

FILIAÇÃO LUCICLAUDIO SILVA NOBRE

NATURALIDADE MARIA VERLANDIA BRILHANTE DATA DE NASCIMENTO 13/01/1994

APODI RN 13/01/1994

CERT. NASC. No. 20512 L. 49 F. 95

CRT. APODI RN CARTORIO

ASSINATURA DO DIRETOR DATA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal  
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
700.013.764-97

Nome  
ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Nascimento  
13/01/1994

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE  
8499.F8BE.F4D7.A610

A autenticação deste comprovante deverá  
ser confirmada no Internet, no endereço

[www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)

Este comprovante também pode ser  
Solicitado à Receita Federal do Brasil  
às 10:48:01 de 03/11/2010, hora e data de Brasília;  
digito verificador: 00.

DOCUMENTO 6 \*T696\*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR  
ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

DATA DE NASCIMENTO 13/01/1994 Nº INSCRIÇÃO 0302 6945 1686 D.V. ZONA 035 SEÇÃO 0035

MUNICÍPIO / UF APODI/RN DATA DE EMISSÃO 05/05/2010

JUIZ ELEITORAL

Assinatura do titular: Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Assinatura do titular: Antonio Nobre de Albuquerque Bisneto

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

840900000 - 05:11 9702/2016 11:55 14 18091417142214500000031024775

RECEBIDO  
29 FEV 2016  
DELPHOS

PROTOCOLO DE AVISO PROVISÓRIO

Seguradora: Inter  
Consórcios do Seguro DPV-T

**OUTRA**

**SINISTRO**

Número do Protocolo: ASP-051851/2016

Aviso: CORREIOS

Natureza: Invalidez

**QUALIFICAÇÃO DO EVENTO**

Vítima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE  
BISNETO  
Seguradora: YASUDA MARITIMA SEGUROS S/A  
CPF da Vítima: 700.013.764-97

Dependência: 0807  
Próprio

Data de Nascimento: 13/01/1994

Data do Sinistro: 23/01/2016

Titular do CPF: ANTONIO NOBRE DE  
ALBUQUERQUE BISNETO

**DOCUMENTOS SINISTRO**

Nenhum documento de sinistro entregue.

**DOCUMENTOS BENEFICIÁRIO**

Nenhum documento de beneficiário entregue.

**CONTATO**

Nome: GILDANIA BRILHANTE GAMA

Telefone:  
Celular: (84) 99148-9556

Aviso de sinistro provisório por insuficiência na documentação mínima para o seu cadastramento total. Os documentos ora protocolados no anexo, ficarão aguardando os demais necessários à continuidade da regulação do sinistro.

Data de emissão deste aviso provisório: 25/02/2016

INVALEZ - 2969 2016

DAMS - 2972 2016



INVALIDEZ PERMANENTE e/ou  
DAMS - Despesas Médicas

Seguro DPVAT - Protocolo de Recepção de Documentos



1. QUALIFICAÇÃO DO ACIDENTE

Nome da Vítima ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data do Acidente 23/01/2016 CPF: 700.013.764-97

2. QUALIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

Nome GILDÂNIA BRILHANTE GAMA  
☐ A própria Vítima ☒ Representante Legal: Grau de Parentesco: PRIMA  
Endereço ANTONIO MARQUES TEIXEIRA DINIZ  
No. 351 Complemento CASA Bairro BAURAL I  
Cidade APODI UF RN CEP 59700-000  
Telefone (084) 99148-9556 Email DANINHA BRILHANTE @ HOTMAIL.COM

Informações Importantes!

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa na Seguradora Líder DPVAT.
- Para acompanhar o processo, acesse nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue 0800 022 12 04.
- A indenização por Invalidez Permanente é de até R\$ 13.500,00. Este valor varia conforme a gravidade das lesões e de acordo com a Tabela de Seguro prevista na Lei 6.194/74.
- O Reembolso de Despesas Médico-Hospitalares (DAMS) é de até R\$ 2.700,00. Este valor varia conforme o total de despesas comprovadas, tomando por base os limites definidos pelas tabelas autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
- Poderão ser solicitados documentos complementares específicos, conforme legislação em vigor.
- Representante Legal - Pessoa que representa a vítima menor (0 a 15 anos). Pode ser PAI ou MÃE.

3. COBERTURA SOLICITADA

☐ INVALIDEZ PERMANENTE

☒ DESPESAS MÉDICAS

Atenção! Preencha com ☒ Para documentação entregue

4. DOCUMENTOS BÁSICOS PARA AS GARANTIAS DE INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS MÉDICAS (DAMS)

- ☒ Registro da Ocorrência, expedido pela autoridade policial (Cópia Autenticada e legível).
- ☒ Carteira de Identidade da vítima (na falta deste documento, apresentar: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - (Cópia simples e legível)).
- ☒ CPF da vítima (Cópia simples e legível).
- ☒ Comprovante de Residência em nome da Vítima (Cópia simples e legível). Na ausência deste documento, Declaração de Residência - original (modelo no balcão de atendimento).
- ☒ Autorização de Pagamento / crédito de indenização original, anexado com cópia simples de qualquer documento comprobatório dos dados bancários, (modelo no balcão de atendimento).

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES SOMENTE PARA INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ Laudo do Instituto Médico Legal - IML da localidade do acidente ou da residência da vítima (Cópia autenticada e legível).
- ☐ Na falta do Laudo do IML, declaração (original) firmada pela vítima e documento firmado pelo médico assistente (original), que comprove a existência da invalidez permanente, com a data da alta definitiva (modelo no balcão de atendimento).
- ☐ Boletim de Atendimento Hospitalar ou Ambulatorial (Cópia simples e legível).
- ☐ Carteira de Identidade do representante legal se houver (na falta deste documento, apresentar: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - (Cópia simples e legível)).
- ☐ CPF do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Comprovante de Residência em nome do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Na ausência deste documento, Declaração de Residência - original (modelo no balcão de atendimento).

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES SOMENTE PARA DESPESAS MÉDICAS (DAMS)

- ☒ Comprovações (originais e legíveis) das Despesas Médico-Hospitalares (quitados).
- ☒ Notas Fiscais (originais e legíveis) de farmácia acompanhadas do respectivo receituário médico (Cópia simples e legível).
- ☒ Relatório do Médico Assistente, informando as lesões sofridas em decorrência do acidente e o tratamento realizado (Cópia simples e legível).
- ☐ Carteira de Identidade do representante legal se houver (na falta deste documento, apresentar: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - (Cópia simples e legível)).
- ☐ CPF do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Comprovante de Residência em nome do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Na ausência deste documento, Declaração de Residência - original (modelo no balcão de atendimento).

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

Data 19/02/16  
Nome Gildânia Brilhante Gama  
Identidade 2693729  
Gildânia B. Gama  
Assinatura do Portador

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

Data 19/02/16 ☒ Recebi os documentos assinados  
Nome \_\_\_\_\_  
Matrícula Correios \_\_\_\_\_  
Francisco Gurgel de Freitas Junior  
Agente de Correios  
Mat. 8.628.080-5  
Assinatura do Atendente

INVALIDEZ PERMANENTE e/ou  
DAMS - Despesas Médicas

Seguro DPVAT - Protocolo de Recepção de Documentos



1. QUALIFICAÇÃO DO ACIDENTE

Nome da Vítima ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data do Acidente 23/01/2016 CPF: 700.013.764-97

2. QUALIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

Nome GILDÂNIA BRILHANTE GAMA  
☐ A própria Vítima ☒ Representante Legal: Grau de Parentesco: PRIMA  
Endereço ANTONIO MACHES TEREZA DINIZ  
No. 351 Complemento CASA Bairro BAURAL I  
Cidade APODI UF RN CEP 51700-000  
Telefone (084) 99148-9556 Email DANINHA BRILHANTE@hotmail.com

Informações Importantes!

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa na Seguradora Líder DPVAT.
- Para acompanhar o processo, acesse nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue 0800 022 12 04.
- A indenização por Invalidez Permanente é de até R\$ 13.500,00. Este valor varia conforme a gravidade das lesões e de acordo com a Tabela de Seguro prevista na Lei 6.194/74.
- O Reembolso de Despesas Médico-Hospitalares (DAMS) é de até R\$ 2.700,00. Este valor varia conforme o total de despesas comprovadas, tomando por base os limites definidos pelas tabelas autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
- Poderão ser solicitados documentos complementares específicos, conforme legislação em vigor.
- Representante Legal - Pessoa que representa a vítima menor (0 a 15 anos). Pode ser PAI ou MÃE.

3. COBERTURA SOLICITADA ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☒ DESPESAS MÉDICAS

Atenção! Preencha com ☒ Para documentação entregue

4. DOCUMENTOS BÁSICOS PARA AS GARANTIAS DE INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS MÉDICAS (DAMS)

- ☒ Registro da Ocorrência, expedido pela autoridade policial (Cópia Autenticada e legível).
- ☒ Carteira de Identidade da vítima (na falta deste documento, apresentar: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - (Cópia simples e legível)).
- ☒ CPF da vítima (Cópia simples e legível).
- ☒ Comprovante de Residência em nome da Vítima (Cópia simples e legível). Na ausência deste documento, Declaração de Residência original (modelo no balcão de atendimento).
- ☒ Autorização de Pagamento / crédito de indenização original, anexado com cópia simples de qualquer documento comprobatório dos dados bancários, (modelo no balcão de atendimento).

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES SOMENTE PARA INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ Laudo do Instituto Médico Legal - IML da localidade do acidente ou da residência da vítima (Cópia autenticada e legível).
- ☐ Na falta do Laudo do IML, declaração (original) firmada pela vítima e documento firmado pelo médico assistente (original), que comprove a existência da invalidez permanente, com a data da alta definitiva (modelo no balcão de atendimento).
- ☐ Boletim de Atendimento Hospitalar ou Ambulatorial (Cópia simples e legível).
- ☐ Carteira de Identidade do representante legal se houver (na falta deste documento, apresentar: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - (Cópia simples e legível)).
- ☐ CPF do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Comprovante de Residência em nome do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Na ausência deste documento, Declaração de Residência - original (modelo no balcão de atendimento).

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES SOMENTE PARA DESPESAS MÉDICAS (DAMS)

- ☒ Comprovantes (originais e legíveis) das Despesas Médico-Hospitalares (quitados).
- ☒ Notas Fiscais (originais e legíveis) de farmácia acompanhadas do respectivo receituário médico (Cópia simples e legível).
- ☒ Relatório do Médico Assistente, informando as lesões sofridas em decorrência do acidente e o tratamento realizado (Cópia simples e legível).
- ☐ Carteira de Identidade do representante legal se houver (na falta deste documento, apresentar: Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação - (Cópia simples e legível)).
- ☐ CPF do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Comprovante de Residência em nome do Representante Legal - se houver (Cópia simples e legível).
- ☐ Na ausência deste documento, Declaração de Residência - original (modelo no balcão de atendimento).

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

Data 19/02/16  
Nome Gildânia Brilhante Gama  
Identidade 2699729  
Gildânia B. Gama  
Assinatura do Portador

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

Data 19/02/16 ☒ Recebi os documentos assinados  
Nome \_\_\_\_\_  
Matrícula Correios \_\_\_\_\_  
29 FEB 2016  
Assinatura do Atendente

Recibo de Pagamento (Folha de Pagamento)				Data e Assinatura	
Empregador BERGESON LUCENA DE MORAIS 91372844449		CNPJ/CEI 13.932.549/0001-56		Admissão 02/01/2016	Competência Janeiro de 2016
Empregado 000001 ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO		Cargo ENTREGADOR		Lotação MATRIZ	
PIS 16043611318		Banco	Agência	Conta	Tipo de Conta
Discriminação das Verbas					
Cod.	Descrição	Referência	Provento	Desconto	
011	Salário-Base	30 dia(s)	880,00		
013	Periculosidade	30%	264,00		
310	INSS	8%		91,52	
			Total de Proventos	Total de Descontos	
			1.144,00	91,52	
				Líquido a Receber	
				1.052,48	
Salário Contribuinte		Base do Cálculo do INSS	Base do Cálculo do FGTS	FGTS	Base do Cálculo do IRRF
880,00		1.144,00	1.144,00	91,52	

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001          AGÊNCIA: 1769-8          CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	15/05/2017
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	4.725,00
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00892-3

CONTA: 000010024594-3

---

---

Nr. da Autenticação 817512664C88F4F8

# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	28/12/2017
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:
----------------------

VALOR TOTAL:	4.725,00
--------------	----------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00892-3

CONTA: 000010024594-3

---

---

Nr. da Autenticação 1B000550E287C25E



Rio de Janeiro, 28 de Março de 2017

Carta nº: 10732825

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170169848 ASL-0116700/17

Vitima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Data Acidente: 23/01/2016

Natureza: INVALIDEZ

Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

**Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.**

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

---

Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2017

Carta nº 10773705

A/C: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170169848 ASL-0116700/17  
Vitima: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Data Acidente: 23/01/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: DEBORA SONALI PEREIRA DE OLIVEIRA

Ref.: REPROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros rejeição da instituição bancária, devido aos dados bancários informados serem inconsistentes. Assim sendo, solicitamos esclarecimentos para regularização do impedimento, sendo necessário apresentação de novo formulário de Autorização de Pagamento preenchido e assinado e comprovante bancário atualizado.

Solicitamos que os documentos e/ou esclarecimentos sejam apresentados à **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente.

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00281/00282 - carta\_25



**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, inscrito na OAB/PE 16.983 e **MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA**, brasileira, inscrita na OAB/PE 23.748; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA RUEDA & RUEDA ADVOGADOS**, inscrita na OAB/PE sob o número 1205, com escritório situado na Rua Condado, nº 77, Parnamirim, Recife, Pernambuco, CEP: 52.060-080 TEL: (81) 3128 6150, com endereço eletrônico: [ressarcimento.judicialsl@ruedaerueda.com.br](mailto:ressarcimento.judicialsl@ruedaerueda.com.br), aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante**

Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807






### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira  
Rua do Campo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107.1600

AD828690  
088574

Reconhecimento das assinaturas de: **HÉLIO BITTON RODRIGUES** e  
**JOSÉ ISMAR ALVES TORRES** (X00000524453)

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia:  
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut. TJPB/0038

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ  
Paula Cristina A. D. Gaspar  
3.9% Escrevente  
CNPJ 40962 série 00077 ME  
Aut. 20 5 3ª Lei 6.896/04



SUBSTABELECIMENTO

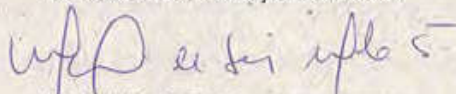
Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A**; **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BCS SEGUROS S/A**; **BMG SEGURADORA S/A**; **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL SEGURADORA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **CIA MUTUAL DE SEGUROS**; **COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA**; **COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **FEDERAL DE SEGUROS S/A**; **FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A**; **J. MALÚCELLI SEGUROS S/A**; **MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MARÍTIMA SEGUROS S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A**; **PANAMERICANA DE SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **PQ SEGUROS S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **QBE BRASIL SEGUROS S/A**; **ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SUHAÍ SEGUROS S/A**; **SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**;





VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.

  
Maristella de Farias Melo Santos

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino Oliveira Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800		OFÍCIO DO 17º	
Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD08)		Bruno Rodrigo Belem Gaspar	
Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por:		Escritor	
Em testemunho da verdade.	Serventia	4	20
	367 TJ+FUNDOS	1	50
	Total	5	70
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.		CAD: CGJ nº 94.04761	
ERKH-87150 VRY Consulte em <a href="https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico">https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico</a>		Art. 20 § 3º Lei 8.935/94	
		OFÍCIO DE NOTAS - RJ	



**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife – PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

  
**Valdir Dias de Sousa Júnior**

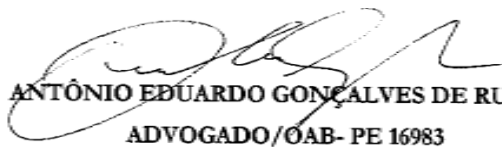
*Valdir Junior  
Gerente Jurídico Contencioso*



## SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes que lhe foram conferidos por, SEBEMI SEGURADORA S/A, FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; ESSOR SEGUROS S.A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ARUNA SEGUROS S/A; BTG PACTUAL SEGURADORA S.A.; AUSTRAL SEGURADORA S.A; ARGO SEGUROS BRASIL S.A.; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A; SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A.; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; ÂNGELUS SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; J.MALUCELLI SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; SUHAI SEGUROS S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ICATU SEGUROS S/A; COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; PQ SEGUROS S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS; CAIXA SEGURADORA S/A; VANGUARDA CIA. DE SEGUROS GERAIS; MAPFRE VIDA S/A; COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS; MARÍTIMA SEGUROS S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MBM SEGURADORA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; INVESTPREV SEGURO E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; MAPFRE SEGUROS S/A; COMPANHIA BRASILEIRO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; VIDA SEGURADORA S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ALFA SEGURADORA S/A; ACE SEGURO S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; GENTE SEGURADORA S/A; SINAF PREVIDÊNCIA CIA. DE SEGUROS; MAPFRE AFFINITY SEGURADORA S/A; BMG SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CREDITO S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ITAU SEGUROS S/A; FEDERAL SEGUROS S/A; BRADESCO SEGUROS S/A; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A e SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT aos advogados **MARIANA DE OLIVEIRA SILVA**, brasileira, advogada regularmente inscrita na OAB/PE sob o nº 30.915, **EVANDRO JOSÉ DE MELO FILHO**, brasileiro, advogado regularmente inscrito na OAB/PE sob o nº 25.613, **VICTOR HUGO MEDEIROS DE MORAIS**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 12.683 e **ALEXANDRE HENRIQUE OLIVEIRA DE BRITO**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 12.868, todos, com endereço profissional na Rua Dr. Luiz Felipe Câmara, nº 55, sala 505, Edifício Themis Tower, Lagoa Nova – RN, com poderes para ter acesso aos autos para carga, cópia realizar audiência, praticar os atos necessários para o fiel cumprimento, nos autos deste processo, tendo o presente termo vigência para protocolo em até 1 (um) ano após a data de sua assinatura, caso não protocolado aos autos.

Recife/PE, 22 de agosto de 2014.

  
**ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**  
ADVOGADO/OAB- PE 16983



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.876.808-00, e por seu Diretor de Relações Institucionais, JOSÉ MARCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; THEREZINHA COIMBRA FRANÇA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 92420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30; TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 14º andar - Centro - RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente da ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, daí quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo o qualquer levantamento, judicial ou em instituições financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Para o presente com o mesmo conteúdo, a Seguradora Líder DPVAT adota (por) sua própria e válida a presente a seguir:

R. Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205  
Tel 21 3061-1600  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

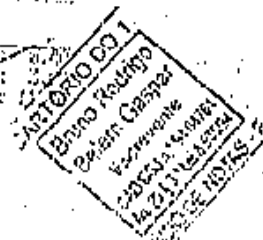
OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1709-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

120 CRÉDITO DE 10745 - João Carlos Alberto Lima Oliveira  
Rua do Curup A - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-0800  
Assentado por assinatura as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON 120000200/1400  
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014. Cert. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia  
JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON  
FARM-DVAT S/A, 0000-252/1 011  
Consulte em <http://www3.firj.rj.gov.br/seguradora>



Assinada eletronicamente, a Certificação Digital pertence a: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA  
<https://pje.tjm.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18091417151177300000031024802>  
Número do documento: 18091417151177300000031024802

**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983, com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-0, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.246.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2014.


Valdir Dias da Silva Sousa Júnior

Valdir Junior  
Gerente Jurídico Confidencial

[illegible][illegible]

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED  
DATE 08-04-2001 BY 60322 UCBAW/BJS

[illegible]



**Imprensa Oficial**  
do Estado de São Paulo

## DIÁRIO OFICIAL - PARTE V

### PUBLICAÇÕES

## PUBLICAÇÕES A PEDIDO

**EM VENDA NA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO:**

**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** - Publicação diária, em 10 volumes anuais, com 250 páginas cada volume. Preço: R\$ 10,00 (dez reais) por volume. Anualidade: R\$ 100,00 (cem reais).

**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANUALIDADE** - Publicação anual, em 10 volumes, com 250 páginas cada volume. Preço: R\$ 100,00 (cem reais) por volume. Anualidade: R\$ 100,00 (cem reais).

**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - ANUALIDADE** - Publicação anual, em 10 volumes, com 250 páginas cada volume. Preço: R\$ 100,00 (cem reais) por volume. Anualidade: R\$ 100,00 (cem reais).

**ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABREVIATURAS** - Publicação anual, em 1 volume, com 100 páginas. Preço: R\$ 10,00 (dez reais).

**SIGLAS** - Publicação anual, em 1 volume, com 100 páginas. Preço: R\$ 10,00 (dez reais).

**AGÊNCIA DE ABREVIATURAS E SIGLAS** - Publicação anual, em 1 volume, com 100 páginas. Preço: R\$ 10,00 (dez reais).

**AGÊNCIA DE ABREVIATURAS E SIGLAS** - Publicação anual, em 1 volume, com 100 páginas. Preço: R\$ 10,00 (dez reais).

**AGÊNCIA DE ABREVIATURAS E SIGLAS** - Publicação anual, em 1 volume, com 100 páginas. Preço: R\$ 10,00 (dez reais).

1. **Die Bedeutung der Arbeit.** Die Arbeit ist die Grundlage aller menschlichen Existenz. Sie ist die Quelle aller Güter und die Bedingung für das Überleben. Ohne Arbeit gäbe es keine Nahrung, keine Kleidung, keine Wohnung. Die Arbeit ist also die Basis für das materielle Wohlbefinden.

2. **Die Arbeit als Quelle der Freude.** Die Arbeit ist nicht nur eine Notwendigkeit, sondern auch eine Quelle der Freude. Wenn man seine Arbeit mit Leidenschaft und Engagement betreibt, kann sie zu einer bereichernden Erfahrung werden. Die Arbeit ermöglicht es uns, unsere Fähigkeiten zu entwickeln und zu zeigen.

3. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg, um sich selbst zu verwirklichen. Durch die Arbeit können wir unsere Talente und Fähigkeiten entfalten und zu etwas Großem beitragen. Die Arbeit ist ein Mittel, um unsere Ziele zu erreichen und unsere Lebensaufgabe zu erfüllen.

4. **Die Arbeit als Grundlage der Gesellschaft.** Die Arbeit ist die Grundlage der gesamten Gesellschaft. Ohne die Arbeit der Menschen gäbe es keine Wirtschaft, keine Kultur, keine Wissenschaft. Die Arbeit ist also die Basis für den Fortschritt und die Entwicklung der Menschheit.

5. **Die Arbeit als Pflicht.** Die Arbeit ist eine Pflicht, die auf uns alle zukommt. Wir müssen unsere Arbeit ernst nehmen und sie mit Verantwortung betreiben. Nur so können wir unsere Pflichten gegenüber der Gesellschaft erfüllen und zum Wohle der Menschheit beitragen.

6. **Die Arbeit als Weg zum Erfolg.** Die Arbeit ist ein Weg zum Erfolg. Wer hart und ehrlich arbeitet, wird seinen Erfolg finden. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigenen Fähigkeiten zu testen und zu verbessern. Nur durch die Arbeit kann man seine Ziele erreichen und seinen Traum verwirklichen.

7. **Die Arbeit als Quelle der Würde.** Die Arbeit ist eine Quelle der Würde. Wer seine Arbeit ernst nimmt, verdient Respekt und Anerkennung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Würde zu bewahren und zu steigern. Nur durch die Arbeit kann man seine Würde als Mensch und als Bürger der Gesellschaft behaupten.

8. **Die Arbeit als Weg zur Freiheit.** Die Arbeit ist ein Weg zur Freiheit. Wer seine Arbeit selbstbestimmt betreibt, erfährt die Freiheit der Entscheidung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Freiheit zu verwirklichen und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Freiheit der Entscheidung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

9. **Die Arbeit als Quelle der Gesundheit.** Die Arbeit ist eine Quelle der Gesundheit. Wer regelmäßig und in angemessener Weise arbeitet, bleibt fit und gesund. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Gesundheit zu erhalten und zu verbessern. Nur durch die Arbeit kann man die Gesundheit bewahren und sie gegen alle Krankheiten verteidigen.

10. **Die Arbeit als Weg zum Glück.** Die Arbeit ist ein Weg zum Glück. Wer seine Arbeit mit Freude und Engagement betreibt, findet das Glück. Die Arbeit ist ein Mittel, um das Glück zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man das Glück finden und es gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

11. **Die Arbeit als Grundlage der Moral.** Die Arbeit ist die Grundlage der Moral. Wer seine Arbeit ernst nimmt, entwickelt eine starke Moral. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Moral zu stärken und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Moral bewahren und sie gegen alle Verführungen verteidigen.

12. **Die Arbeit als Weg zur Weisheit.** Die Arbeit ist ein Weg zur Weisheit. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Weisheit. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Weisheit zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Weisheit erlangen und sie gegen alle Irrtümer verteidigen.

13. **Die Arbeit als Quelle der Liebe.** Die Arbeit ist eine Quelle der Liebe. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erfährt die Liebe. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Liebe zu entfalten und zu zeigen. Nur durch die Arbeit kann man die Liebe bewahren und sie gegen alle Kälte verteidigen.

14. **Die Arbeit als Weg zum Frieden.** Die Arbeit ist ein Weg zum Frieden. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erfährt den Frieden. Die Arbeit ist ein Mittel, um den Frieden zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man den Frieden finden und ihn gegen alle Kriege verteidigen.

15. **Die Arbeit als Grundlage der Gerechtigkeit.** Die Arbeit ist die Grundlage der Gerechtigkeit. Wer seine Arbeit ernst nimmt, verdient Gerechtigkeit. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Gerechtigkeit zu bewahren und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Gerechtigkeit bewahren und sie gegen alle Ungerechtigkeiten verteidigen.

16. **Die Arbeit als Weg zur Tugend.** Die Arbeit ist ein Weg zur Tugend. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Tugend. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Tugend zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Tugend erlangen und sie gegen alle Laster verteidigen.

17. **Die Arbeit als Quelle der Ehre.** Die Arbeit ist eine Quelle der Ehre. Wer seine Arbeit ernst nimmt, verdient Ehre. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Ehre zu bewahren und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Ehre bewahren und sie gegen alle Schande verteidigen.

18. **Die Arbeit als Weg zum Ruhm.** Die Arbeit ist ein Weg zum Ruhm. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Ruhm. Die Arbeit ist ein Mittel, um den Ruhm zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man den Ruhm finden und ihn gegen alle Vergessenheit verteidigen.

19. **Die Arbeit als Grundlage der Macht.** Die Arbeit ist die Grundlage der Macht. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Macht. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Macht zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Macht erlangen und sie gegen alle Schwäche verteidigen.

20. **Die Arbeit als Weg zur Herrschaft.** Die Arbeit ist ein Weg zur Herrschaft. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Herrschaft. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Herrschaft zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Herrschaft finden und sie gegen alle Widerstände verteidigen.

21. **Die Arbeit als Quelle der Herrlichkeit.** Die Arbeit ist eine Quelle der Herrlichkeit. Wer seine Arbeit ernst nimmt, verdient Herrlichkeit. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Herrlichkeit zu bewahren und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Herrlichkeit bewahren und sie gegen alle Schmach verteidigen.

22. **Die Arbeit als Weg zum Sieg.** Die Arbeit ist ein Weg zum Sieg. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt den Sieg. Die Arbeit ist ein Mittel, um den Sieg zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man den Sieg finden und ihn gegen alle Niederlagen verteidigen.

23. **Die Arbeit als Grundlage der Unsterblichkeit.** Die Arbeit ist die Grundlage der Unsterblichkeit. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Unsterblichkeit. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Unsterblichkeit zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Unsterblichkeit erlangen und sie gegen alle Vergessenheit verteidigen.

24. **Die Arbeit als Weg zur Glückseligkeit.** Die Arbeit ist ein Weg zur Glückseligkeit. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Glückseligkeit. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Glückseligkeit zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Glückseligkeit finden und sie gegen alle Leidenschaften verteidigen.

25. **Die Arbeit als Quelle der Vollkommenheit.** Die Arbeit ist eine Quelle der Vollkommenheit. Wer seine Arbeit ernst nimmt, verdient Vollkommenheit. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Vollkommenheit zu bewahren und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Vollkommenheit bewahren und sie gegen alle Unvollkommenheiten verteidigen.

26. **Die Arbeit als Weg zum Heil.** Die Arbeit ist ein Weg zum Heil. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Heil. Die Arbeit ist ein Mittel, um das Heil zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man das Heil finden und es gegen alle Sünden verteidigen.

27. **Die Arbeit als Grundlage der Erlösung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Erlösung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Erlösung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Erlösung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Erlösung erlangen und sie gegen alle Verdammnisse verteidigen.

28. **Die Arbeit als Weg zur Seligkeit.** Die Arbeit ist ein Weg zur Seligkeit. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Seligkeit. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Seligkeit zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Seligkeit finden und sie gegen alle Unglücksfälle verteidigen.

29. **Die Arbeit als Quelle der Selbsterlösung.** Die Arbeit ist eine Quelle der Selbsterlösung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, verdient Selbsterlösung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die eigene Selbsterlösung zu bewahren und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbsterlösung bewahren und sie gegen alle Abhängigkeiten verteidigen.

30. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

31. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

32. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

33. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

34. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

35. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

36. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

37. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

38. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

39. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

40. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

41. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

42. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

43. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

44. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

45. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

46. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

47. **Die Arbeit als Grundlage der Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist die Grundlage der Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erwerben und zu verteidigen. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung erlangen und sie gegen alle Widrigkeiten verteidigen.

48. **Die Arbeit als Weg zur Selbstverwirklichung.** Die Arbeit ist ein Weg zur Selbstverwirklichung. Wer seine Arbeit ernst nimmt, erwirbt Selbstverwirklichung. Die Arbeit ist ein Mittel, um die Selbstverwirklichung zu erlangen und zu bewahren. Nur durch die Arbeit kann man die Selbstverwirklichung finden und sie gegen alle Hindernisse verteidigen.

<



Num. 32102746 - Pág. 6



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jails de Mendonça Alexandra, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Mícelo Novas de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Modelinos, Rosana Tachima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Senfoma, que, como os presentes respectivo conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declararam que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declararam, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional do Seguro Privado - CNSP. A remuneração de

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2





diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência do Seguro Privado - SUSEP, de seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cotello de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos anuais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram e título de assuntos gerais.

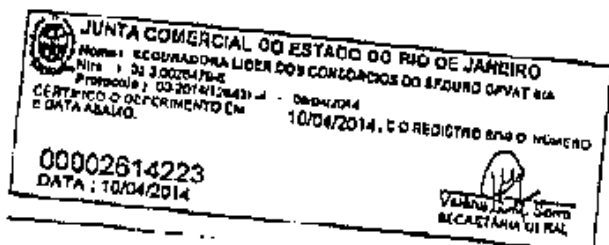
**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações levadas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma do sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cesar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Noves de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Tachime Salsano - Conselheiro; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.

  
André Leal Faria  
Secretário



Cópia da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013  
Página 2 de 2

02  
837

SEGUROADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO PRIVAT S.A.  
NIRE nº. 31.1.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-01

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**CONVOCACÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

**PRESEÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germino Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiello, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cesar Alves de Oliveira, Invenien Cavalcante Braga, Sidney Maury Santana, Marcelo Goldmann e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcântara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constituintes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Avelanassa Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Brito Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Fagundes.

**ORDEM DO DIA:** (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAVASSI XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCIO X, expedido pela SSP/SI, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.270.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.427.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINICIUS CATALDO DE FELIPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M.1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.434-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo inalterada a Investidura de novos administradores. Os

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro PRIVAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012  
Página 1 de 2

02/10/12

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que a lei 12.415/2012, que dispõe sobre a atividade mercantil e, ainda, não estejam inabilitados para cargo, nos termos da Lei 12.415/2012, e, ainda, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambos do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais pertinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora eleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada dissentiram a título de assuntos pormen.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações lidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de relatório dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Távares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalhin - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Santana - Conselheiro; (ass.) Marcelo Galerman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Azeiteiro Xavier - Diretor Presidente eleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor eleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor eleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor eleito; (ass.) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor eleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

*André Leal Faoro*

André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguros Privados Ltda dos Conselheiros do Seguro D'VAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012  
Página 2 de 2

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
(em organização)

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
realizada em 10 de Outubro de 2007.

**1. DATA, HORA E LOCAL:**

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**2. PRESENÇA:**

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Alencar Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lenro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Momenop, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio César Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

**3. ORDEM DO DIA:**

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

**4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. RICARDO DE SÁ ACATAUASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/FP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e REGINA MARIA RANGEL FARIAS, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembleia geral extraordinária, encerrando-se a reunião.

exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembleia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

#### 5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP da sua eleição na Assembleia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.


#### 6. ENCERRAMENTO:

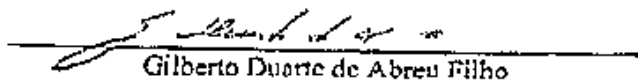
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.

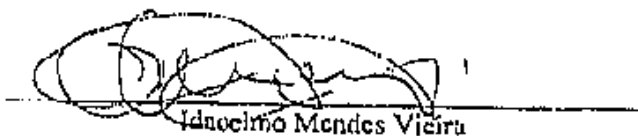
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007


  
Luiz Távares Pereira Filho  
Presidente do Conselho

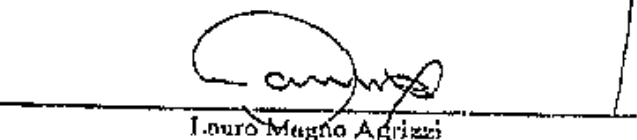
  
André Leal Fuoro  
Secretário

  
Casimiro Blanco Gómez

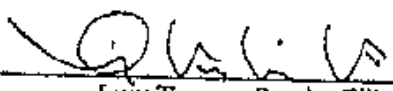
  
Gilberto Duarte de Abreu Filho


  
Idnelmo Mendes Vieira

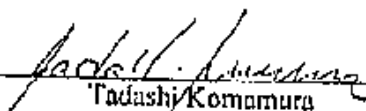
  
Juvêncio Cavalcante Braga

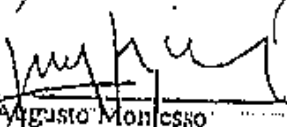
  
Lauro Mugno Aguzzi

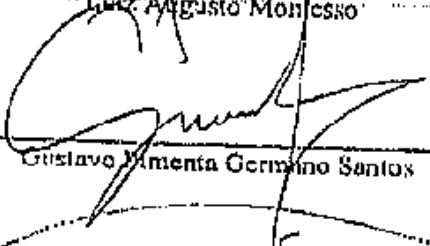
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

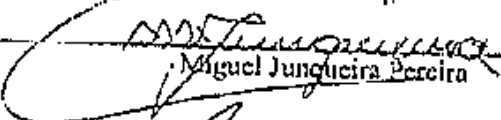
  
Luiz Tavares Pereira Filho

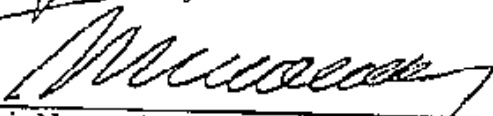
  
Emerson Bernardino da Silva

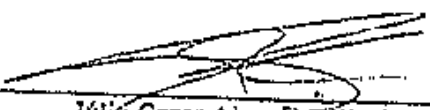
  
Tadashi Komamura

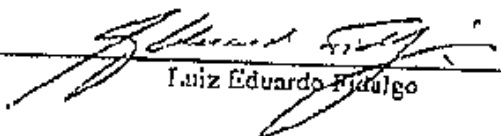
  
Luiz Augusto Montesano

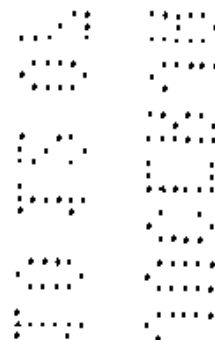
  
Gustavo Amenta Germino Santos

  
Miguel Junqueira Pereira


  
Múcia Novaes de Albuquerque Cavalcanti

  
Júlio César Alves de Oliveira



  
Luiz Eduardo Rialgo



Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos  
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

  
\_\_\_\_\_  
Mauro César Batista

23 23  
23 23  
23 23

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 3 e 4.**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Ilídio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era do conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genco Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genco Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, item c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fixasse menção ao percentual de quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir do 1º de fevereiro de 2008.

**Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios da Seguro DPVAT**  
**1º.1 de 20**



**- INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, na qualidade de interveniente unânime,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

**Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 3 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

**Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 9 de 20

categorias 1, 2, 3 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

### **Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO**

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da interessada, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo sem ingresso no Juri Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### **Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE**


4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas do exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades reassuradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações holonárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas ou outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 10 de 20



interos efetivamente despendidas; despesas municipais; os créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

#### **Clausula 5ª - ATENDIMENTO**

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.




#### **Clausula 6ª - SEGURADORA LÍDER**

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT aqui convençãoado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, controlar passivos, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de decisão da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, incluída em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 11 de 20



#### **Cláusula 7 - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

#### **Cláusula 8 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratificar entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### **Cláusula 9 - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

#### **Cláusula 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### **Cláusula 11 - ASSEMBLÉIA**

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 12 de 20

A.      M      Im

convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembléias.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

## **Clausula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente Instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integram na época da alteração;

## **Clausula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias no término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.1, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuídas ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o resíduo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso, a reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela da sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 13 de 20

responsabilidade entendida com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente no final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

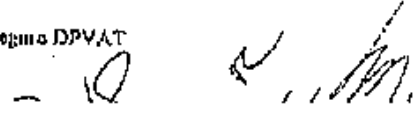
13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário do seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevier decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia da montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio em 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicarão-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1 - O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações referentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.


E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem no sempre bom, firme e valioso."

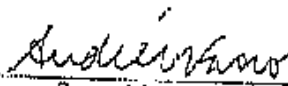
Ata da Assembleia de Constituição das Consórcios do Seguro DPVAT  
FL 15 de 20


*[Assinaturas manuscritas]*

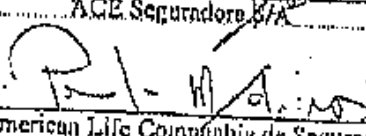
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.


Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

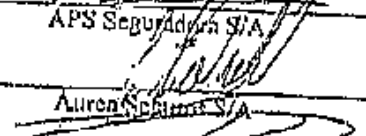
  
Presidente da Mesa


  
Secretário da Mesa

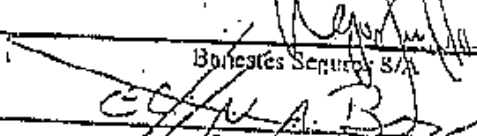
  
ACE Seguradora S/A

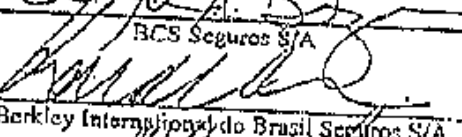
  
American Life Companhia de Seguros


  
APS Seguradora S/A

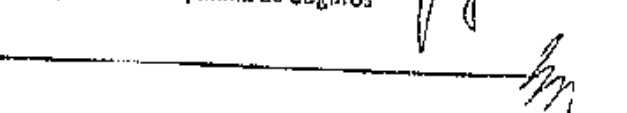
  
Aurora Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

  
Bonfatti Seguros S/A


  
BCS Seguros S/A


  
Berkley International do Brasil Seguros S/A


  
Bradesco Auto/VI Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20




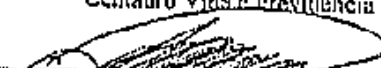
  
Bradesco Vida e Previdência S/A


  
Brasilsul Seguros Companhia de Seguros

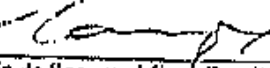
  
BVA Seguros S/A

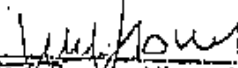
Thierry Cloutier  
Diretor-Presidente

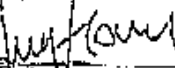
  
Caixa Seguradora S/A

  
Centauro Vida e Previdência S/A


  
Grupo do Brasil Cia de Seguros

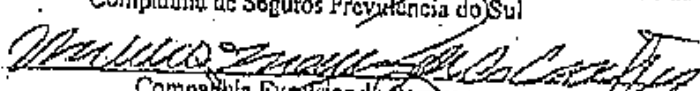
  
Cia de Seguros Minus Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

  
Companhia de Seguros Grãfia Azul

  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Executor de Seguros

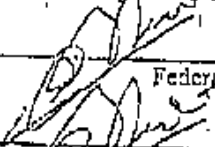
  
Companhia Multid de Seguros

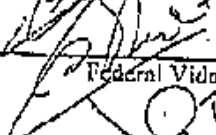
  
CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


  
Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro D:VAT  
Fl. 17 de 20

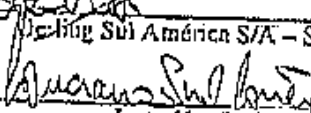
~~Seguros S/A - Companhia Seguros e Previdência S/A~~

  
Federal de Seguros

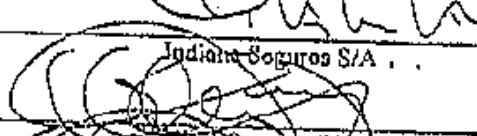
  
Federal Vida e Previdência S/A

  
Finnasa Seguradora S/A  
Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

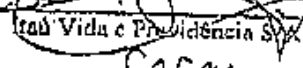
  
Genas Seguradora S/A

  
Geising Sul América S/A - Seguros Industriais

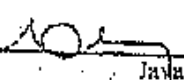
  
Genat Hartford Seguros S/A

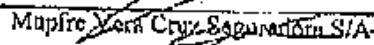
  
Indiana Seguros S/A

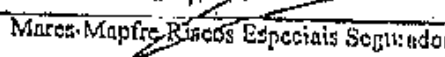
  
Itap Seguros S/A

  
Itap Vida e Previdência S/A

  
J. Malucelli Seguradora S/A

  
Java Nordeste Seguros S/A

  
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

  
Mapfre Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 18 de 20

Martins Seguros S/A

MBM Seguros S/A

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mogeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguradora Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Paraná Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinuf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 19 de 20



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE  
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS  
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS  
CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10**

**REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007**

Às 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Eliseo Penaz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Paiva para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, com a presença de todos os presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genie Seguradora S.A., Sr. Vasco Moreira Trindade, levantou questão prejudicial no tocante à pretensa ilegalidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genie Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11, I dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que consista no invés de 20% como quorum para convocação de assembleias gerais o percentual de 5% conforme determinam o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; e Sr. Casimiro Bianco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a alteração na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Bianco. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**"INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO  
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,  
9 e 10.**

**Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro DPVAT**  
**Fl. 1 de 76**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, na qualidade de Interviente-nomente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determinou, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

#### **Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes das contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados nos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

#### **Cláusula 2ª - ADEÇÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS**

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem aderir simultaneamente ao Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficarão sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 2 de 20

### Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio de ingresso, na qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos membros, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

### Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

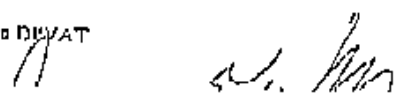
4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente à sua respectiva quota, participando com essa percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, o restante da forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras da presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição do patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou se torne implícita no Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadores de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, analisadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, analisadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos milionários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Pl. 3 de 20



#### **Cláusula 5ª - ATENDIMENTO**

Cada Seguradora compromete-se a atender os segurados e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

#### **Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER**

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT, como aqui convencionado, a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, ficando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, em virtude de operação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

#### **Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS**

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 4 de 20

A 



Confirmação que vier a sucedê-la, para fiscalização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por meio do licenciamento dos veículos.

#### Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder atuar entre as Seguradoras consorciadas na arrecadação e despesas relativas à operação do Consórcio e, ainda, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

#### Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.




#### Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

#### Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definido pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 5 de 20



11.2 - Nas assembleias, prevalecente as decisões adotadas por maioria simples de votos, estabelecida o "quorum" de instauração de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quinto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade dos quotas de participação das Seguradoras, estabelecidos na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

## **Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO**

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrem na época da alteração;

## **Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA**

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento expondo a opção de reembolso dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquela em que pretenda ser excluída,

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras remanescentes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo,

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessar e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessar e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o resíduo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
PL 6 de 20

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, ocorridos ou não, depois de transferidos todos os direitos e obrigações da sua parcela de IDNR, e demais rescalvos, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura desembolsada na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente pedido de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações julgadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, ou hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se limem em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio do Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 7 de 20

13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, na que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

#### Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1. O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a seus respectivos quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações afinentes ao "Seguro DPVAT" - categorias 1, 2, 9 e 10.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Sida dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

#### Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigência enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

#### Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores e herdeiros no seu prebo, firme e valioso."

Ato da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 8 de 20

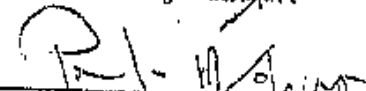
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavagem desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

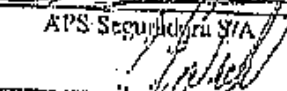
  
Presidente da Mesa

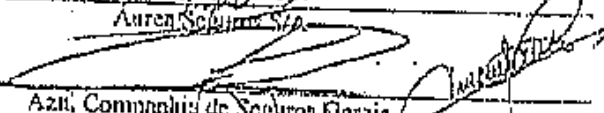
  
Secretário da Mesa

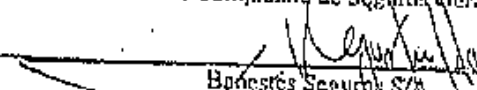
  
ACE Seguradora S/A

  
American Life Companhia de Seguros

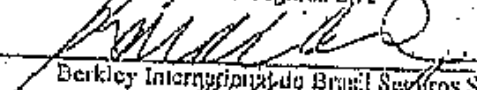
  
APS Seguradora S/A

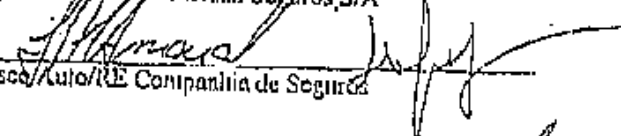
  
Auren Seguros S/A

  
Azul Companhia de Seguros Gerais

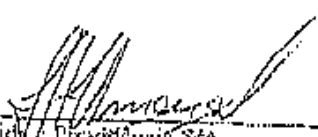
  
Bonifres Seguros S/A


  
BCS Seguros S/A

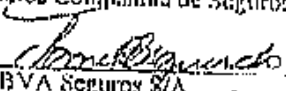
  
Berkley International do Brasil Seguros S/A

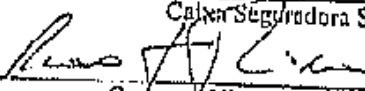
  
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros


Ata da Assembleia de Consolidação dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 16 de 20

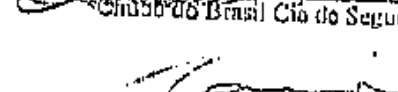
  
Bradesco Vida e Previdência S/A

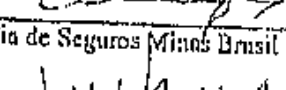
  
Brasileiras Companhia de Seguros

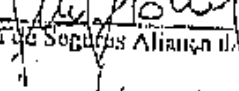
  
BVA Seguros S/A  
Miguel Claudon  
Diretor-Presidente

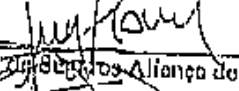
  
Caixa Seguradora S/A


  
Centouro Vida e Previdência S/A


  
Cesb do Brasil Cia de Seguros

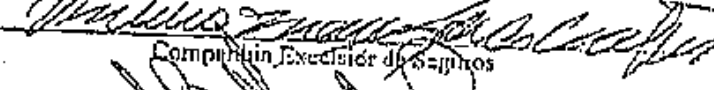
  
Cia de Seguros Minas Brasil


  
PP Companhia de Seguros Aliança do Brasil


  
Companhia de Seguros Aliança do Brasil

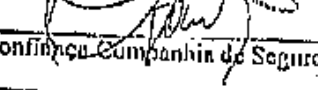
  
Companhia de Seguros Grãfia Azul

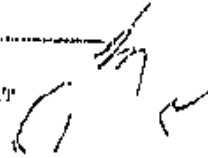
  
Companhia de Seguros Previdência do Sul

  
Companhia Executor de Seguros

  
Companhia Mutual de Seguros

  
CONAPV Companhia Nacional de Seguros

  
Confiança Companhia de Seguros

  
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT  
Fl. 17 de 20

Associação Brasileira de Seguros Privados - ABSP

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Financ Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genes Seguradora S/A

Geeling Sul América S/A - Seguros Industriais

Genes Sul América

Genes Seguros S/A

Genes Seguros S/A

Genes Vida e Previdência S/A


J. Multicall Seguros S/A

Jaya Nordeste Seguros S/A

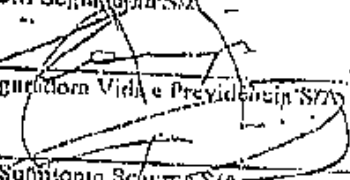
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

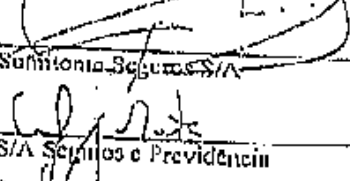
Mares-Mapfre Reservas Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro PRIVAT  
Pl. 18 de 20

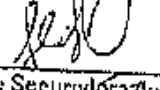
  
Marília Seguros S/A

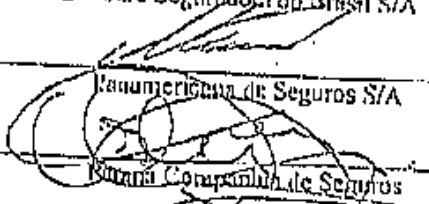
  
MDM Seguros S/A

  
Minha-Brazil Seguros Vida e Previdência S/A


  
Mistral-Surmontia Seguros S/A

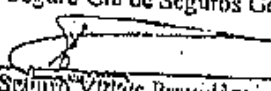
  
Moggaral S/A Seguros e Previdência

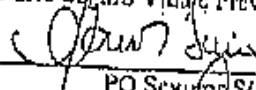
  
Nobre Seguros do Brasil S/A

  
Paranaguense de Seguros S/A

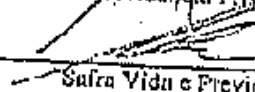
  
Paraná Companhia de Seguros

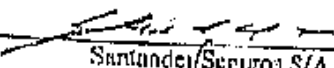
  
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

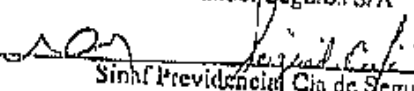
  
Porto Seguro Vida e Previdência S/A

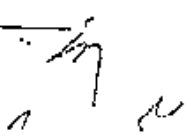
  
PQ Seguros S/A

  
PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

  
Safra Vida e Previdência S/A

  
Santander Seguros S/A

  
Sinaf Previdência Cia de Seguros

  
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguros BRVAT  
Fl. 19 de 20







# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte e a última eletronicamente lida em 23 de Janeiro de 2012

## ATAS, CURTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Associações, Sociedades e Outros

## SUMÁRIO

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

## ODEBRECHT

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

**ATA DE REALIZAÇÃO DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE JARDIM BOTÂNICO**

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros

Atas, Cortidões e Demonstrações Financeiras, Associações, Sociedades e Outros





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**2ª Vara da Comarca de Apodi**  
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo n° 0800390-65.2018.8.20.5112

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO**, em razão do meu ofício, que a **contestação** acima foi apresentada **tempestivamente** pela  
p a r t e r e q u e r i d a .

Outrossim, conforme despacho retro, **INTIMO** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias,  
querendo, manifestar-se acerca da contestação apresentada, requerendo o que entender de direito.

Apodi/RN, 9 de outubro de 2018.

**MADSON VINICIUS FIGUEIREDO LOPES**  
Auxiliar de Secretaria

**Em anexo.**

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA 2ª VARA  
DA COMARCA DE APODI RIO GRANDE DO NORTE**

**Processo nº 0800390-65.2018.8.20.5112**

**ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO**, já devidamente qualificado nos autos, por seu advogado que a esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nestes autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ E COMPLEMENTO** que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPAVT**, apresentar sua Impugnação à Contestação e documentos, pelos motivos a seguir expostos:

**I – SOBRE AS PRELIMINARES**

Excelência, a ré alega em sua defesa, embora o faça com refinada técnica, preliminares incabíveis na espécie, e há muito superadas pela jurisprudência pátria. Senão vejamos.

**a) DO INTERESSE DE AGIR**

A via administrativa demonstra-se inadequada, vez que há irregularidades no processo de liberação da indenização, levando ao ajuizamento para cobrança de obrigações.

É importante mencionar que administrativamente já foi tomada todas as medidas cabíveis para solução da lide, não restando mais nada a ser feito.

Rua Sete de setembro, 28 – Sala 01 – 1º Andar, BR 405 – Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wanderlison@hotmail.com

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

*A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).*

*APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional Art. 5,º XXXV, CF/88.*

Veja que o principal motivo, é o fato de a Seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa.

#### **b) DA DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA**

A Lei nº 6.194/74 que regula o instituto em análise, não estabelece em seu conteúdo normativo a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear

o recebimento do seguro, assim como **não** exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte dos Consórcios do Seguro DPVAT, para tal fim.

É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos Direitos e Garantias Fundamentais, tais como: O princípio da Legalidade e o da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional.

O princípio da Legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da Carta Magna. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao Estado Democrático de Direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

Já o princípio da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao Poder Judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstaculizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão a direito, sob pena de flagrante inconstitucional.

Neste sentido, o doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

*“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceria, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral. Comentários aos arts. 1º***



---

*à 5o da Constituição da República Federativa do Brasil. Doutrina e Jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1998, pág. 199).*

Desta forma, fica evidente que a exigência de prévio esgotamento da via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional, indo à contrapartida dos princípios basilares presentes no Ordenamento Jurídico pátrio.

Claro também é o entendimento dos nossos Tribunais, sobre a questão, inclusive do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

***Apelação Cível. Seguros. DPVAT. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul - TJRS. Apelação Cível Sexta Câmara Cível Nº 70032813339 Comarca de Porto Alegre APELANTE: LEANDRO LUÍS CARDOSO TURCATO APELADO: CENTAURO SEGURADORA S.A. Decisão monocrática. Apelação cível. Seguros. DPVAT. A inexistência de pedido administrativo não é óbice ao ajuizamento de ação de cobrança relativa ao seguro DPVAT. Sentença desconstituída. Inteligência do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Apelo provido. DECISÃO MONOCRÁTICA Vistos. Estou em dar provimento ao apelo para desconstituir a sentença. Com efeito, a inexistência de pedido administrativo não é óbice ao ajuizamento de ação de cobrança relativa ao seguro DPVAT. É totalmente desnecessário o esgotamento da via administrativa, ou até mesmo a dedução do pedido nessa esfera, como pressuposto ao ingresso de demanda judicial, ao contrário do exposto pelo julgador de primeiro grau. Caso o ajuizamento da presente demanda estivesse condicionado ao pedido administrativo, ocorreria flagrante afronta à garantia constitucional, assegurada pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.***

***APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou evidenciado***

no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. **2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional.** Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

**Ação de indenização. Seguro obrigatório DPVAT. Pedido administrativo. Desnecessidade. Nexo de causalidade. Demonstração.** É desnecessário preceder a via administrativa para postular a cobrança do seguro obrigatório na esfera judicial, porquanto o ordenamento constitucional exige apenas a lesão ou ameaça a direito. Presente, portanto, o interesse de agir. Havendo a demonstração por meio de documentos oficiais, da morte da vítima em razão de acidente de trânsito, demonstrado está o nexo de causalidade, sendo devido o pagamento da indenização. (Apelação Cível nº 100.001.2007.016554-7, 1ª Câmara Cível, TJ-RO, Relator: Juiz Guilherme Ribeiro Baldan. Julgado em 05/08/2008)

Apelação Cível. Direito Civil. Ação Indenizatória. Acidente de Trânsito. Seguro Obrigatório (DPVAT). julgamento do feito sem resolução do mérito. **legitimidade passiva ad causam da seguradora reconhecida. desnecessidade de prévio processo administrativo. consórcio obrigatório entre as seguradoras que operam no seguro do art. 7º da lei nº 6.194/74. presença de condição da**

*ação – interesse da agir. impossibilidade de julgamento do mérito. necessidade de produção de provas. retorno dos autos à primeira instância. recurso conhecido e provido em parte. (apelação cível nº 2009.002013-3, 1ª câmara cível, tj-rn, relator: des. Vivaldo Pinheiro, julgado em 05/05/09)*

Desta forma, fica claro a desnecessidade de esgotamento da via administrativa para se pleitear a Ação de Cobrança do seguro DPVAT, podendo a parte optar pelo ingresso direto junto ao Poder Judiciário.

**c) – DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE - PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE Ocorrência – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

Aduz a parte requerida que existe dúvidas acerca do nexo de causalidade da debilidade enfrentada pela autora.

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

*Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:*

*a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;*

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência ou Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora

Rua Sete de setembro, 28 – Sala 01 – 1º Andar, BR 405 – Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wander.alison@hotmail.com

fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Como já mencionado, além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a **parte autora cumpriu** o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.

**É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

*EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.*

Rua Sete de setembro, 28 – Sala 01 – 1º Andar, BR 405 – Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wander.alison@hotmail.com

Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

*O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...)*

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

**d) – FALTA DE LAUDO DO PERICIAL – DOCUMENTO INDISPENSÁVEL**

Alega a Requerida, ainda em sede preliminar, que os documentos colacionados aos autos não são capazes de qualificar a invalidez experimentada pelo autor, bem como quantificar seu grau, sendo o único documento apto para sua comprovação o laudo expedido pelo ITEP/RN.

Contudo, basta a realização de prova pericial para comprovar que o autor sofreu perda da função de membro, ocasionada por acidente automobilístico. Até mesmo a ré concorda haver necessidade de produzir prova pericial, ao apresentar quesitos que pretende ser respondidos.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJ/SP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA.** *Apelação parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator:*

---

*Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012)*

***[...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT), A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilidade de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012)***

Não se olvide, ainda, que em amparo a malfada tese o Ilustre ex adverso colacionou julgado do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo qualificando-o como paradigma recente.

Contudo, tal julgado não tem relação com a preliminar arrolada de falta de documento indispensável. O autor da ação do referido acórdão, inclusive, juntou aos autos o Laudo do IML, tratando-se de um caso em que o perito, realizando laudo pericial nos autos da ação de cobrança, entendeu inexistir a incapacidade do demandante.

Anote-se o trecho de interesse:

***“No entanto, na hipótese vertente, não há como acolher o pedido do autor de nulidade da sentença por cerceamento da defesa e nem de procedência da ação. Isto porque, embora o acidente tenha restado devidamente comprovado (fls 16), o mesmo não ocorreu relativamente à alegada invalidez. Aliás, sustenta o autor que sua incapacidade para as ocupações habituais e a debilidade***

Rua Sete de setembro, 28 – Sala 01 – 1º Andar, BR 405 – Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wander.alison@hotmail.com

*permanente de função foram reconhecidas por laudo do IML (fls.[...])*

*[...] 173/174). Todavia, constou do referido laudo que a extensão da lesão deveria ser avaliada em exame complementar (fls...)*

*Realizada perícia médica judicial (fls. 133/135), concluiu o d. expert "Ao exame clínico pericial encontramos cicatriz cirúrgica no antebraço esquerdo, compatível com procedimento cirúrgico pregresso. [...]" (TJ-SP - APL: 992070292042 SP, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 17/05/2010, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/05/2010.)*

Também a suposta comprovação de que o entendimento do Egrégio TJRJ consolidou-se neste sentido é, para dizer o mínimo, imprecisa, já que todos os julgados citados se referem à falta de juntada do Boletim de Ocorrência, e não do laudo do técnico pericial. Aliás, uma consulta no site do E. Tribunal Carioca demonstra justamente o contrário do alegado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. DPVAT DECISÃO A QUO ACERTADA. LAUDO DO IML QUE NÃO SE CONFUGURA COMO DOCUMENTO ESSENCIAL À PROPOSITURA DA LIDE. CABE PROVA PERICIAL ACERCA DOS FATOS CIRCUNSCRITOS AO EVENTO DANOSO. QUESTÃO REFERENTE À QUEDA NO INTERIOR DO VEÍCULO. AUSÊNCIA DE EXCLUSÃO LEGAL DESSE FATO. O EVENTO DANOSO DEVE SER ANALISADO NO MÉRITO. FATO QUE DEPENDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA [...] (TJRJ 0027996-17.2013.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO DES. GABRIEL ZEFIRO - Julgamento: 29/05/2013 - DECIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL).*

*EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA ç SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM BASE NO ART. 267, IV, DO CPC A AUSÊNCIA DO LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO*

**LEGAL (IML) QUANTIFICANDO AS LESÕES SOFRIDAS - DISTINÇÃO ENTRE OS CONCEITOS DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO E DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS PARA A PROVA DO DIREITO ALEGADO - FALTA DE JUNTADA DO REFERIDO DOCUMENTO QUE NÃO OBSTA O JULGAMENTO DO MÉRITO - DEFICIÊNCIA PROBATÓRIA QUE PERMITE SANAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO -POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA SUPOSTA INCAPACIDADE ATRAVÉS DE PERÍCIA [...] (0114465-97.2012.8.19.0001 – APELACAO - DES. MARIO GUIMARAES NETO - Julgamento: 05/03/2013 - DECIMA SEGUNDA CÂMARA CIVEL)**

Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito do autor, requerendo, portanto, que seja rejeitada a preliminar de falta de pressuposto processual.

## **II – MÉRITO**

### **a) – DA SÚMULA 474 STJ**

Aludi a Requerida que a presente súmula 474 do STJ foi criada pois necessárias as perícias médicas judiciais para comprovar o grau de invalidez do acidentado.

Ocorre que eivada de má-fé esta sua alegação, pois a referida Súmula, e seu corpo, somente esclarece que o beneficiário será pago na proporção do grau de sua invalidez.

As jurisprudências trazidas pela Requerida apenas denotam que existem decisões baseadas no grau de invalidez dos acidentados, utilizando para o cálculo, a tabela supra colacionada neste instrumento, em que restou comprovado que o Autor nitidamente possui invalidez de um grau extremamente peculiar, devendo ser concedido o teto do referido seguro, ao caso concreto.

É cediço que ao anexar o laudo pericial do IML aos autos, bem como outros documentos que comprovem o nexo causal e os danos ocasionados ao acidentado, o grau de invalidez é analisado.

No caso concreto, restou exitosa a comprovação do referido dano, devendo ser atribuído ao Autor o valor devido ao seguro obrigatório, senão vejamos:

Rua Sete de setembro, 28 – Sala 01 – 1º Andar, BR 405 – Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wander.alison@hotmail.com



*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. IRRELEVÂNCIA. **OCORRÊNCIA DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E DANO DECORRENTE COMPROVADOS. DOCUMENTOS SUFICIENTES À ANÁLISE DO PEDIDO.** PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TERMO A QUO. SÚMULA 278, STJ. O TERMO INICIAL PARA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL COMEÇA A CORRER A PARTIR DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE DO AUTOR. **LAUDO DO IML. NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO COMPROVADO PELA APRESENTAÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA APLICAÇÃO DA TABELA PARA O CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO.** LEGALIDADE LIMITE PREVISTO NA LEI 6.194/94. LAUDO DO IML ACOSTADO AOS AUTOS ATESTANDO QUE O AUTOR APRESENTA INVALIDEZ PERMANENTE E PARCIAL, NO PERCENTUAL DE 70% (SETENTA POR CENTO). [...] RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO EM PARTE. (TJ-PR 8304132 PR 830413-2 (Acórdão), Relator: Albino Jacomel Guerios, Data de Julgamento: 09/02/2012, 10ª Câmara Cível) (grifo nosso)*

Desta forma, incoerente alegar que novo laudo pericial irá provar o nexo de causalidade e o grau de sequela das lesões, tendo em vista que o laudo pericial do IML apresentado bem como os diversos documentos anexados à exordial comprovam o nexo causal e a extensão das sequelas produzidas no referido acidente.

#### **b) – DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória

nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de 40 (quarenta) salários-mínimos, para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, **FIXOU os valores**, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a **INEVITÁVEL** e progressiva deterioração pela inflação.

Realizando uma simples análise, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até setembro de 2018, 12 (doze) anos após sua criação, chegou a 88,9%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/5 (um quinto).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do *site* da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da correção monetária, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XI<sup>a</sup> ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988), ressalta:

*“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desconstruído do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.*

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

*“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas. (...)”*

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, conseqüentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

*(...)Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.*

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e **CONGELOU** os valores em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação,

pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. **Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 12 anos de deterioração da moeda.**

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

*EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda. 2. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J. J. Costa Carvalho, julgado em 2011).*

A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C. Cível - AC - 1259547-4 - Paranaíba - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção).

**c) – DA VERBA HONORÁRIA**

Antes de finalizar esta impugnação, o autor pede vênia para tecer algumas notas sobre o pedido de diminuição da verba honorária, pois a alega a ré que o caso é de todo singelo, e que por tal motivo a verba honorária deve ser fixada no mínimo legal.

No entanto, para a defesa de seus direitos apresentou extensa (embora de refinada técnica) contestação. O feito ainda apresenta necessidade de dilação probatória, não estando excluída a atuação em nível recursal.

O E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se debruçou algumas vezes sobre o tema dos honorários advocatícios em ações desta natureza, valendo citar alguns julgados paradigmas:

*Seguro obrigatório. DPVAT. [...] Honorários de advogado. Manutenção do valor arbitrado. Fixação de acordo com os critérios previstos no artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Limitação dos honorários advocatícios, prevista no art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50. Inaplicabilidade. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 1104852820098260010 SP 0110485-28.2009.8.26.0010, Relator: Hamid Bdine, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado)*

*Ação de cobrança. Seguro obrigatório. DPVAT. [...] Verba honorária que se reduzida importaria em aviltamento. Litigância de má-fé. Não se configura litigância de má-fé no exercício regular do direito de recorrer. Sentença reformada. Apelo parcialmente provido. (TJ-SP - APL: 401005920088260602 SP 0040100-59.2008.8.26.0602, Relator: Ruy Coppola, Data de Julgamento: 29/11/2012, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2012 – grifos e destaques nossos)*

O autor ainda pede vênia para transcrever trecho assaz pertinente do inteiro teor do acórdão retro mencionado:

*“Quando aos honorários advocatícios, verifico que estes não merecem ser reformados, seja para fixa-los em desfavor do apelado, seja para*

*reduzi-los de 15% para 10% sobre o valor da condenação. De fato, a sucumbência do autor foi mínima, devendo ser as rés condenadas ao pagamento das despesas processuais, custas, e honorários advocatícios, não sendo o caso de serem carreados em face deste. No mais, o caso em tela também não comporta a redução pretendida para o patamar mínimo de 10% montante da condenação, eis que os honorários advocatícios foram estipulados de acordo com o trabalho desenvolvido com acuidade pelo patrono do apelado. Eventual redução importaria em aviltamento da verba.”*

Por fim, saliente-se que mesmo que a condenação seja proporcional, nos termos do que apurar o r. laudo, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, uma vez que o pedido realizado na inicial foi o seguinte:

“Ao final, seja julgado procedente o pedido, condenando-se a ré, em pagar uma indenização ao autor/beneficiário no percentual apurado pelo I. Expert, que deverá ser corrigida monetariamente e acrescida de juros legais.”

Destarte, requer sejam os honorários advocatícios arbitrados em valor 20% da condenação, ou, na hipótese deste valor resultar irrisório, que sejam arbitrados por Vossa Excelência de maneira equânime.

### **III – DA NOMEAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA - CONVÊNIO TJRN**

Tendo em vista o convênio firmado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em processo nº01573/2012, no qual firmam as partes que, as perícias médicas que envolvam cobrança de seguro DPVAT serão nomeados pelo Juízo e pagas pela Seguradora, independente do seu resultado.

**Desta feita, requer que seja nomeado Perito Técnico judicial a fim de realizar Laudo Técnico aferindo o grau da lesão sofrida pelo requerente.**

### **IV – DOS PEDIDOS**

**DIANTE DO EXPOSTO**, requer que Vossa Excelência rejeite as preliminares levantadas pela ré, para que no mérito seja a presente ação julgada procedente, determinando-se a realização de perícia médica que apure o grau de invalidez que acomete o autor, para assim condenar-se a ré nos exatos termos da inicial.

Rua Sete de setembro, 28 – Sala 01 – 1º Andar, BR 405 – Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wander.alison@hotmail.com



Nestes termos,  
Pede deferimento.

Apodi/RN, 19 de outubro de 2018.

*(Assinado Digitalmente - Lei 11.419/2006)*

**Wander Alison Costa dos Santos**  
**Advogado OAB/RN 15.032**

Rua Sete de setembro, 28 – Sala 01 – 1º Andar, BR 405 – Apodi/RN (84) 99163-1768  
(84) 99621-7173 - e-mail: wanderalison@hotmail.com



---

## **APRESENTAÇÃO DE QUESITOS**

Nesta oportunidade o autor apresenta os seguintes quesitos para perícia médica:

1. O autor possui alguma invalidez ou sequela permanente decorrente do acidente de trânsito sofrido?
2. Em que região do corpo está localizada a invalidez ou sequela?
3. Qual tempo médio para a convalidação da referida lesão?
4. A invalidez ou sequela é notória ao autor, ou seja, poderá ser perceptível sem parecer médico?
5. A ciência inequívoca da consolidação das sequelas pode ser verificada sem um laudo profissional?
6. Com base na documentação médica apresentada, é possível precisar a data da ciência inequívoca, pelo autor, do caráter definitivo de suas sequelas?
7. Sendo o autor possuidor de invalidez, qual o grau da invalidez segundo a Lei 11.945/2009?
8. Existe tratamento médico capaz de reverter a situação do autor?
9. Existindo tratamento, este é acessível a pessoas de situação financeira precária?
10. É fornecido pelo Sistema único de Saúde de forma satisfatória?



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**2ª Vara da Comarca de Apodi**

BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

**Processo nº 0800390-65.2018.8.20.5112**

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Requerente: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CARTA DE INTIMAÇÃO**  
**MUTIRÃO DPVAT**

**DESTINATÁRIO:** ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO  
Rua Abiu, 26, Cohab, APODI - RN - CEP: 59700-000

De ordem do(a) Dr(a). **DANIEL AUGUSTO FREIRE DE LUCENA E COUTO MAURICIO**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara desta Comarca de Apodi/RN, tem a presente a(s) seguinte(s) finalidade(s):

**FINALIDADE: INTIMAÇÃO** de Vossa Senhoria para comparecer no Fórum da Comarca de Apodi/RN (endereço acima) no dia **30/04/2019, às 11:00 h**, para realização de **perícia técnica** designada no presente processo, no **MUTIRÃO DPVAT**.

Eu, **CIMENDES JOSE PINTO**, Servidor(a) desta Vara, o digitei.

Apodi/RN, aos 27 de fevereiro de 2019.

*Assinado digitalmente - Lei nº 11.419/2006*

**CIMENDES JOSE PINTO**

Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Apodi  
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº 0800390-65.2018.8.20.5112

### **ATO ORDINATÓRIO**

**INTIMO** a(s) parte(s), por seu(s) Advogado(s), para comparecer(em) no Fórum local no dia **30/04/2019**, **às \* h**, para a realização de **perícia técnica** designada no presente processo, no **MUTIRÃO DPVAT**, munida(s) de documentos pessoais e de outros documentos relacionados à presente ação, bem como para, querendo, indicar assistente técnico para acompanhar a referida perícia.

APODI/RN, 27 de fevereiro de 2019.

**CIMENDES JOSE PINTO**  
Auxiliar Técnico

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
DESTINATÁRIO: ANTONIO NOBRE DE ALBUQUERQUE BISNETO Rua Abiu, 26, Cohab, APODI - RN - CEP: 59700-000		
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
Processo nº 0800390-65.2018.8.20.5112		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
FLAVIO NOBRE	01/03/19	AC APODI-RN 01 MAR 2019 DREN
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENTE	
1.59.7990	Francisco Lison de Oliveira Carreira	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JT 84979248 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

2 VARA DA COMARCA DE APODI

Fórum Municipal Des. Newton Pinto

Rodovia BR 405, Km 76, Portal da Chapada, Apodi/RN

CEP: 59.700-000 - Fone: (84) 3333-2045

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

